

cadernos do

terceiro mundo

**URUGUAI:
Não à ditadura**

JANEIRO 1981 • ESC. 60\$00 • KZ 60.00 • MT 60.00 • PESOS 60,00 • CV 60\$00 • CR\$ 80,00 • ANO IV N.º 30

A batalha da África Austral



Portugal esquece povo de Timor-Leste

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

ores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

Africa Austral e Uruguai, em destaque neste número

Os problemas da Africa Austral são muitos. E as declarações de porta-vozes da nova administração norte-americana sugerem que esses problemas poderão agravar-se mais ainda. Reagan, quer durante a campanha eleitoral, quer após a vitória exibiu o conservadorismo e o apoio aos regimes que defendem os interesses norte-americanos, qualquer que seja a sua origem, mesmo discriminatórios ou racistas, como é o caso da Africa do Sul.

No entanto, a situação política da Africa Austral é bem mais complexa daquela que poderá transparecer de uma simples decisão – mesmo que provindo do monstro americano – de se combater abertamente os países independentes e progressistas da região que tentem construir uma sociedade mais igualitária. E os Estados Unidos sabem disso, à uma diferença muito grande entre as palavras e a acção. Angola não está só. Moçambique, Namíbia e Zimbabwe também não estão sós. Já existe hoje uma consciência, uma solidariedade na Africa e nos organismos internacionais impossível de ser ignorada.

Em entrevista exclusiva aos **cadernos**, o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Paulo Jorge, dá-nos uma visão globalizante de Angola e da Africa no mundo. Uma matéria que analisa detalhadamente a questão da Namíbia e uma outra que desvenda o mistério – não muito difícil de decifrar – da explosão nuclear no Atlântico Sul preenchem o principal assunto tratado neste número.

Na nossa capa fazemos uma chamada para Timor-Leste. No artigo do nosso colaborador salienta-se a grande manobra diplomática em que parece estar envolvido o governo conservador português: escudado demagogicamente nos aspectos humanitários do genocídio do povo maubere, Lisboa estaria a preparar-se para reconhecer, de facto, a anexação da sua antiga colónia pela Indonésia.

Uma outra cobertura jornalística, que aguardávamos um tanto ansiosos e que criou uma certa expectativa na nossa redacção, foi o plebiscito realizado no Uruguai. Daí compartilharmos da alegria do líder do Partido **Blanco** e candidato mais votado nas eleições presidenciais de 1971, Wilson Ferreira Aldunate, de passagem pelo Brasil na altura do referendo, onde falou com os nossos companheiros do Rio de Janeiro. Nas 14 páginas dedicadas à ex-«Suiça da América do Sul», os nossos enviados especiais a Montevideu relatam-nos o clima em que vive hoje o povo uruguaio.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

cadernos do terceiro mundo

Publicação Mensal – n.º 30 – Janeiro 1981

**— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS
PARA PORTUGAL, ANGOLA,
CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU,
MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E
PRÍNCIPE.**

Editor e Director: Altair L. Campos
Administração: Ernesto Pádua
Redacção: Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinha
Documentação e Arquivo:
Cristina Assis
Revisão e Tradução: Estevam Reis

Colaboram neste número:

Adelino Gomes
Beatriz Cannabrava
Gabriel Omotazo
Juan Alvarez
Miguel Torres
Robert Manning
Stephen Talbot

Publicidade: João Reis

Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.^o
1000 Lisboa

Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10 - 1.º
Telef. 320650 — 1200 Lisboa

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados

Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

*Darci Ribeiro, Juan Somovia, Henry Pease Garcia,
Aquino de Bragança e Wilfred Burchett*

Composição e Montagem:

Renascença Gráfica SARL

Impressão e Acabamento:

Gráfica Europam Lda

Tiragem desta Edição: 37 000 exemplares

— REPRESENTAÇÕES:

Angola: *Luis Henrique*
Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: *Etevaldo Hipólito*
Rua Kwanga 153, Maputo

**— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA
O BRASIL**

Editor e Director: *Neiva Moreira*

Director Administrativo: *Altair Campos*

Secretário de Redacção: *Nilton Caparelli*

Representante em Brasília: *Clóvis Sena*

Representante em S. Paulo:

Paulo Canabrava Filho

Arte: *David Gomes Araújo* (Editor)

Maria Nakan

Administração: *Mauro Fernando de Sousa*

Publicidade: *Jesús Antunes*

Documentação e Arquivo: *Maria Goretti Aires*

Propriedade:

Editora Terceiro Mundo, Lda
Rua da Lapa, 180, Sobreloja A
CEP 20021 Rio de Janeiro

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: *Roberto Remo*

**MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL,
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Gerente Geral: *Gerónimo Cardoso*

Propriedade:
Periodista del Tercer Mundo A. C.
Calle San Lorenzo 153, 4.º piso
México D.F.

**BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA,
EQUADOR, PERU E VENEZUELA**

Propriedade:
**DESCO Centro de Estudos e Promoción
del Desarrollo**
Av. Salaverry 1945, Lima

**— EDIÇÃO EM INGLÊS
PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA
E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA
DO TERCEIRO MUNDO**

Editor: *Fernando Molina*

Editor Consultivo: *Cedric Belfrage*

Apartado Postal 20-572
México 20 DF

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **NOVOSTI** (URSS), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFA** (Palestina) e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Prisma Latinoamericano** (Cuba) e com o jornal **Daily News**, de Dar-es-Salam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES: **ANGOLA:** EDIL – Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADA:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda, Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoval 601 y Mendubro, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. **GUATEMALA:** Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave, Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, NY, 10025 – Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÄ-BRÉTANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição – Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza del Monte di Pietà 59/60, Roma – Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma – Uscita, Banci Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expedidores y Vozadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUÁ:** Ignacio Briones Torres, Reporto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMA:** Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia María Esq. Ave González, Rio Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **PORTUGAL:** Central Distribuidora Livreira, SARL (CDL), Av. Santos Dumont, 57 – 1000 Lisboa. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudos de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Neste número

- 1 Aos leitores: África Austral e Uruguai, em destaque nesta edição
4 Correio do leitor
6 Editorial — África Austral, os avanços são irreversíveis

África Austral

- 10 Entrevista com Paulo Jorge, *Luis Henrique*
17 1981, ano decisivo para a Namíbia, *Beatriz Bissio*
22 Pretória fez fracassar Conferência de Genebra
23 A misteriosa explosão no Atlântico Sul, *Stephen Talbot e Robert Manning*
28 A mordaça sul-africana
30 A união faz a força, *Etevaldo Hipólito*

África

- 37 Uganda: A hora da reconstrução, *Gabriel Omotozo*
39 Chade: O fim de quinze anos de guerra? *Carlos Pinto Santos*

América Latina

- 47 Uruguai: Ferreira Aldunate, «diálogo só com os militares»,
Juan Alvarez
55 Por trás do não, uma ampla mobilização popular, dos nossos
enviados especiais
60 Equador: Contra as velhas estruturas, *José Steinsleger*
63 Trindade e Tobago: Nas duas ilhas gémeas, pouca coisa
mudou ou mudou para pior, *Miguel Torres*

Ásia

- 70 Timor-Leste: As iniciativas de Portugal esquecem povo mau-
bere, *Adelino Gomes*

Comunicação

- 76 Discos, a invasão cultural
80 Panorama Tricontinental
92 Telex
Ciéncia e Tecnologia
94 Indústria farmacêutica, um privilégio das transnacionais



UM LIVRO PARA AS CRIANÇAS

OS GRANDES CLÁSSICOS INFANTIS

OS MAIS BELOS CONTOS
DA
ÁFRICA NEGRA

A CIDADE DE ONDE NUNCA SE VOLTA
O ANEL MÁGICO
SIMBA SUMBA E A FILHA DO SOL E DA LUA



PUBLICAÇÕES
EUROPA-AMÉRICA



uma edição de
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

I editorial editorial editorial editorial editorial editorial editorial

África Austral, os avanços são irreversíveis

DEPOIS da designação de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos da América – e entrando em linha de conta com as suas conhecidas intenções – a maioria dos analistas interroga-se sobre as possibilidades que ele, Reagan, terá em traduzi-las em programas de acção política. Tais interrogações centram-se, particularmente, nas áreas quentes do cenário internacional, por serem susceptíveis de provocar confrontações globais e, portanto, ameaçar a segurança mundial.

Preocupação especial levanta a África Austral. Ninguém ignora que as posições defendidas pelo novo presidente foram favoráveis ao regime de minoria branca de Pretória e ostensivamente hostil para com os movimentos de libertação. Durante a campanha eleitoral, Reagan enviou emissários a Pretória, o que lhe custou uma unânime reacção adversa em África. Aliás, já depois da vitória de Reagan, o ex-secretário de Estado do governo republicano de Richard Nixon, Henry Kissinger, teve contacto com Jonas Savimbi, chefe da UNITA, a organização anti-revolucionária auxiliada pela África do Sul, que a partir do seu território, luta contra Angola.

Kissinger, é bom recordar, foi o promotor da frustrada «Operação Angola», realizada em 1975 contra a então nascente república e con-

tra a sua vanguarda, o MPLA. A operação foi executada com o apoio da CIA e das Forças Armadas sul-africanas. Tais antecedentes causam o receio de que a nova administração republicana se pretenda associar estreitamente a Pretória e adopte uma linha dura face aos povos que, na África Austral, lutam contra o racismo e o colonialismo, provocando desse modo, um perigoso aumento de tensão na área.

Trata-se de preocupações compreensíveis; mas elas não nos devem impedir a análise global do problema. Não há dúvida de que o establishment norte-americano não acompanhou o avanço dos movimentos de libertação naquela crítica região do globo, sendo precisamente no bloco social que colocou Reagan no governo que se encontram os núcleos de poder mais desejosos de uma *revanche*. Com ela almejariam ver devolvidas as posições perdidas e a abalada hegemonia ocidental.

Mas se nessa conjuntura prevaleceram dentro dos Estados Unidos as camadas mais conservadoras e nostálgicas, isso deve-se, entre outros motivos, à alteração da correlação de forças a nível mundial, que reduziu o alcance da hegemonia norte-americana. E essa realidade não é susceptível de ser modificada por uma mudança interna nos Estados Unidos.

rial editorial editorial editorial editorial editorial editorial editorial

APARTHEID

Se houve lugar em que essas relações tiveram modificações substanciais, isso ocorreu justamente na África Austral. Em 1975, quando foi tentada a «Operação Angola», a situação era muito diferente da actual. Moçambique havia conquistado recentemente a sua independência e Angola estava prestes a assumi-la. Na Rodésia, a luta contra o racismo não tinha alcançado ainda o seu auge e aquela ex-colónia constituiu, juntamente com a África do Sul, uma base para desferir ataques contra a FRELIMO e o MPLA. Do norte, o regime do Zaire associava-se à agressão contra Angola.

Apesar da amplitude do cerco bélico montado, o projecto de arrasar o movimento de libertação angolano foi derrotado. Se algo de semelhante fosse tentado agora, em 1981, que perspectivas teria de êxito?

Moçambique tem já cinco anos de consolidação incessante, de organização do povo e de construção do seu Estado. Nesse período, de igual forma que os países em situação semelhante à sua, Moçambique enfrentou dificuldades económicas, assim como problemas derivados da fuga de técnicos e dirigentes de empresas que se seguiu à queda do colonialismo. Inconvenientes desses, enfrentados através do planeamento e da formação de quadros, ao mesmo tempo que era realizada uma harmoniosa distribuição do rendimento e dos serviços públicos. Moçambique é hoje incomparavelmente mais unido e mais forte – inclusive militarmente – do que em 1975.

O mesmo vale para Angola. As duas guerras de libertação e o êxodo dos portugueses atingiram-na com severidade. Mas, apesar do breve período decorrido, o país está empenhado na organização das bases da reconstrução económica, à medida que avança a

organização estatal e popular. Exemplo disso foi a realização do Primeiro Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, em Dezembro último. Para esta análise, contudo, convém destacar o aspecto bélico. A tensa situação nas suas fronteiras fez com que os dirigentes do país dedicassem esforços preferenciais ao sector defensivo. Foi assim possível desenvolver, ao longo destes anos, um exército moderno, eficiente e em constante aperfeiçoamento qualitativo.

Quando, em Junho de 1980, os sul-africanos invadiram o país, depararam com um adversário muito mais poderoso do que esperavam. Contando apenas com as suas forças, o exército nacional angolano impôs a retirada aos seus oponentes. Outra mudança substancial registou-se a partir de um acordo de coexistência entre Angola e o Zaire, desaparecendo, desde então, os perigos de confrontação latente na fronteira norte do país. E é significativo que depois do triunfo de Reagan, Mobutu tenha declarado que não está disposto a pagar com sangue zairense a possibilidade de uma aventura norte-americana.

A independência do Zimbabwe e a eleição de Robert Mugabe como primeiro-ministro implicou uma outra mudança substancial. A outrora colónia dominada por uma minoria branca empregava a sua força militar contra os países da Linha da Frente e os movimentos de libertação. O eixo Pretória-Salisbúria já não existe, com o consequente isolamento da África do Sul. E o facto de contar agora com um aliado fraterno em vez de um inimigo na sua fronteira ocidental, permite a Moçambique dedicar ao desenvolvimento económico uma boa parte dos quadros e recursos que anteriormente eram absorvidos na frente militar.

orial editorial editorial editorial editorial editorial editorial editor

Africa Austral.

A mutação do quadro na Africa Austral é, portanto, quantitativa e qualitativa e projecta-se em todos os planos, modelando uma situação irreversível. Isso não significa que os adversários da libertação africana não farão todo o possível para impedir que ela se consolide e se expanda. As invasões militares sul-africanas ao sul de Angola têm precisamente como objectivo a estrutura produtiva do país e criar problemas sócio-económicos de tal magnitude que o obriguem a concentrar-se em si mesmo, fazendo-o aceitar o plano colonialista que Pretória idealizou para a Namíbia.

Luanda, porém, respondeu tanto no plano militar como também no político. Exige que seja aplicada efectivamente a resolução 435 das Nações Unidas, que estabelece uma zona desmilitarizada entre Angola e a Namíbia. E reiterou não aceitar nenhuma solução sobre a Namíbia que não passe pela ruptura clara dos laços de dependência com o regime de Pretória e não garanta a plena participação da SWAPO.

Nessa linha, o governo do MPLA-PT continuará a contar com ampla solidariedade internacional, especialmente da Africa – e esse é um factor que ninguém pode desconhecer. O ataque efectuado, em Junho de 1980, pela Africa do Sul provocou um duro pronunciamento por parte da Conferência Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), em Freetown, e uma resolução condenatória por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Resolução que viria a ser aprovada por doze votos a favor e três abstenções (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França).

Por outro lado, uma identificação muito estreita de Reagan com os racistas sul-africanos causar-lhe-ia problemas e dificuldades

muito sérias no seu próprio país. Existem amplos sectores da população norte-americana sensibilizados contra o racismo, estando em primeiro lugar a numerosa população negra. O novo presidente pode ver-se directamente afectado se der passos em falso nesse terreno, já que a sua vitória só foi possível graças a uma modificação das tendências eleitorais, provenientes de sectores desiludidos pelas contradições e desacertos do presidente Carter. Muitos eleitores habituais dos candidatos democratas, entre eles uma parte (difícil de calcular mas, em todo o caso, consciente) do eleitorado negro, inclinou-se agora pelo republicano Reagan.

A perda de votos dos negros e um rápido processo de recuperação do Partido Democrata, é algo que a nova administração tratará de evitar a todo o custo, e uma actuação inadequada na Africa Austral agiria precisamente nesse sentido. Tudo indica, pois, que Reagan não terá a capacidade suficiente para patrocinar uma política que tivesse por objectivo uma modificação do quadro naquela região de Africa. E, no entanto, previsível que a atitude do seu governo consista em procurar que o isolamento sul-africano não derive para uma situação que possa fazer perigar os imensos investimentos norte-americanos na Africa do Sul. Esse, aliás, tem sido o sentido das suas últimas declarações.

Mas, se em vez de optar pelo realismo, o novo presidente norte-americano se deixar levar pelo extremismo reaccionário que caracteriza o seu passado político e a sua recente campanha eleitoral, ficará exposto a um revés de grandes proporções, e seria causador de um grave e imponderável ascenso da tensão mundial.

ÁFRICA AUSTRAL

APARTHEID

NO



A África Austral, juntamente com o Médio Oriente e a América Central, é um dos pontos de tensão no mundo de hoje. Cada vez mais, a África do Sul desonta como potência nuclear, aliada a Israel e aos interesses contrários aos movimentos de libertação, apesar dos esforços da ONU em isolá-la a todos os níveis o regime do **apartheid**, principalmente no que respeita ao desenvolvimento de armas atómicas.

Neste número, **cadernos do terceiro mundo** procurou fazer uma avaliação do problema, analisando a questão da Namíbia, as constantes agressões sofridas por Angola e a radicalização do regime racista da África do Sul no contexto da África Austral.

Paulo Jorge:

“Os povos estão cansados da exploração imperialista”



O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano define as linhas gerais da diplomacia do seu país e analisa os grande temas da conjuntura africana

Luís Henrique

NA entrevista exclusiva que deu aos cadernos, o ministro Paulo Jorge deixa bem clara a posição do Governo de Angola quanto ao que representa a independência africana dentro do contexto neocolonialista que os países imperialistas ainda tentam impôr ao continente.



Ministro Paulo Jorge, que princípios orientam a diplomacia angolana?

A diplomacia angolana assenta em princípios e critérios bem definidos. Devemos estabelecer e manter relações com todos os países do mundo, na base dos princípios universais que regem as relações internacionais: o respeito mútuo pela soberania nacional e integridade territorial, a não-utilização do recurso à força para a solução dos diferendos e o estabelecimento de relações baseadas no critério de reciprocidade de vantagens.

A estes princípios universais vêm juntar-se outros, entre os quais a política de não-alinhamento, que pressupõe um posicionamento claramente anti-imperialista, anticolonialista, antineocolonialista, anti-sionista, anti-apartheid, a oposição à instalação de bases militares estrangeiras em território da República Popular de Angola e ainda não pertencer a qualquer pacto ou aliança militar.

É evidente que, no decurso do desenvolvimento das relações diplomáticas com outros países do mundo, temos de levar em conta a diversidade de relações e a mútua cooperação político-económica, assim como a permanente manifestação de solidariedade com os movimentos de libertação nacional, ou seja, a solidariedade para com todos os países em luta contra a opressão e a dominação colonial, para a conquista da liberdade e a independência dos povos. Isso pressupõe igualmente o princípio do internacionalismo proletário e o apoio e solidariedade com a luta dos trabalhadores em todo o mundo. Para complemento dessa política, preconizamos também o princípio de boa vizinhança com os países limítrofes da RPA.

Quais os principais problemas enfrentados por Angola no relacionamento internacional nestes cinco anos de independência?

Vale recordar, para melhor compreensão destes cinco anos de diplomacia, que, do final de 1975 até fins de 76 (ano da realização do 1.º Congresso do MPLA, no qual o nosso partido foi constituído), a diplomacia angolana era dirigida pelo actual Chefe de Estado, camarada José Eduardo dos Santos. Foi um período de grandes esforços, caracterizado essencialmente por três fases. A primeira, em que se desenvolveu uma intensa actividade diplomática no sentido de se obter o reconhecimento *de jure* do novo Estado que acabava de nascer, a República Popular de Angola, no momento em que o nosso povo enfrentava conflitos internos e externos (a dupla invasão dos exércitos regulares da África do Sul e do Zaire). A acção diplomática partia praticamente do zero, pois não

existia estrutura e infra-estrutura anteriores à proclamação da independência da RPA, a 11 de Novembro de 1975, que pudesssem transformar-se no embrião do Ministério das Relações Exteriores.

Uma segunda fase, que se caracterizaria igualmente por uma intensa actividade, visava a admissão da RPA em organismos internacionais, como a Organização de Unidade Africana (OUA), Nações Unidas, Movimento dos Não-Alinhados, etc.; ao mesmo tempo que se desencaudeava no quadro diplomático uma importante acção para desmistificar a existência de movimentos-fantoches em Angola. Movimentos que contavam com o apoio de potências imperialistas do Ocidente e que procuravam impedir que o Governo tomasse realmente o poder.

E uma terceira fase, decorrente das duas últimas, que se caracterizou pelo início do estabelecimento de relações diplomáticas com inúmeros países e pela acção que a RPA desenvolveu no contexto internacional, de apoio aos movimentos de libertação em várias partes do



O presidente José Eduardo dos Santos

mundo, além da sua inserção no contexto africano, como país africano que somos.

Afirmação no contexto internacional

Desde esse período, como se tem desenvolvido a acção diplomática de Angola?

Uma vez ultrapassada essa fase, em que estávamos fundamentalmente voltados para as questões internas, pois o país nascia com problemas graves resultantes das acções militares nos anos de 75 e 76, o Governo angolano, através do Ministério de Negócios Estrangeiros, pôde voltar-se mais para o exterior. E se, por exemplo, entre 76 e 77, tínhamos cerca de uma vintena de países acreditados em Angola, hoje esse número é, aproximadamente, de 50. O acréscimo de 30 países, entre 77 e 80, significa, portanto, um salto importante. Hoje, a RPA está seguramente acreditada em 18 países e dentro em breve estará em mais três.

E não apenas em países socialistas...

Socialistas e capitalistas. Entendemos que as relações diplomáticas devem ser desenvolvidas com todos os países do mundo, independentemente das opções políticas e ideológicas de cada um. A coexistência pacífica é um dos princípios básicos do nosso relacionamento internacional.

Nos primeiros tempos, tínhamos poucas embaixadas no exterior, em grande parte por carência de pessoal ou quadros formados. Actualmente não contamos ainda com quadros suficientes para as nossas obrigações no contexto internacional. Por outro lado, nós hoje participamos em cerca de trinta organizações internacionais. A RPA procura aumentar progressivamente a sua responsabilidade e participação no conjunto das nações. A RPA afirmou-se no contexto internacional — isso, hoje, é evidente — participando praticamente nos mais importantes acontecimentos que ocorrem nesse âmbito.

E as relações com os demais países africanos?

A República Popular de Angola tem desempenhado um importante papel entre os países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Zimbabwe), tendo arquitectado o engajamento dos demais países africanos com vista à implementação de um dos princípios fundamentais da OUA: o da libertação total do continente, caracterizado igualmente pelo apoio político, diplomático e material que o nosso Governo dá aos movimentos de libertação da SWAPO (Namíbia),

African National Congress — ANC (África do Sul) e à Frente Patriótica, antes da independência do Zimbabwe.

Esta posição de solidariedade ou de intervenção permanente nos organismos internacionais a favor dos movimentos de libertação nacional estende-se à luta do povo árabe da Palestina, de Timor-Leste e de outros povos que, de uma maneira ou de outra, estão empenhados na luta armada ou política pela sua autodeterminação e independência em qualquer continente. Assim como apoiamos a luta do povo vietnamita, do Kampuchea popular, do Laos.

Como se desenvolve o relacionamento de Angola com a América Latina?

Mantemos relações bilaterais bastante sólidas com a Revolução Cubana e, actualmente, com o povo da Nicarágua. Expressamos a nossa solidariedade ao povo de El Salvador, que trava uma luta heróica, bem como mantemos relações bilaterais com regimes como o da Jamaica, Granada e Guiana.

É certo que também desenvolvemos relações bilaterais, benéficas, com outros países latino-americanos com quem não temos afinidades ideológicas. Neste caso se enquadram o Brasil, México e Panamá. A nossa orientação diplomática estende-se a todo o mundo. Não temos preconceitos em estabelecer relações com qualquer país.

Paulo Jorge, como analisa a onda de autoritarismo que assola o continente latino-americano?

Tanto na África, na Ásia como na América Latina verificamos que certos povos continuam submetidos a regimes fascistas, subordinados às potências imperialistas, sobretudo os Estados Unidos. Neste caso se enquadram, entre outros, o Uruguai, a Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Guatemala e Honduras. Os Estados Unidos entendem que a América Latina é uma espécie de «reserva de caça» dos seus interesses económicos fundamentais, em detrimento dos seus povos.

Como esse fenómeno se repete em África e na Ásia, podemos prever que nos próximos anos haverá reacções a essa política neocolonialista. No futuro, sem dúvida, aumentará o número de países que poderão optar pelo socialismo. Os povos estão cansados da dominação e da exploração imperialistas.

Cooperação entre as ex-colónias

Pensa que se tem vindo a processar um avanço na cooperação entre os países que se tornaram independentes do colonialismo português em África?

No tempo da luta armada, existia um organismo



denominado Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que cumpria um papel unitário e permitia reunir os dirigentes do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Movimento Popular para a Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) para uma troca de experiências do desenvolvimento da luta armada e, sobretudo, para podermos ter posições comuns nos organismos internacionais.

Esse princípio de unidade e acção gerou um princípio também de unidade e acção entre os novos Estados independentes que surgiram sob a direcção desses movimentos de libertação. É lógico, portanto, que Estados independentes com estreita afinidade política e ideológica desenvolvam uma estreita cooperação no campo económico e político.

Não podemos esquecer que essa cooperação tende a ser gradual, pois trata-se de novos Estados que surgiram com a conquista da independência, encontrando situações extremamente difíceis, resultantes da própria guerra.

Cada um dos nossos países, suponho, ainda não teve a oportunidade de conhecer todas as suas potencialidades económicas necessárias para um intercâmbio entre si. Nas reuniões a nível ministerial e de chefes de Estado, estabeleceu-se um certo número de princípios ou normas que conduzem a um progressivo estreitamento da cooperação entre os nossos Estados. Estou convencido que essa cooperação é benéfica para os nossos povos, porque ela se efectua em bases e objectivos honestos.

Acredita que a ofensiva sul-africana esteja voltada apenas para a Namíbia ou visa, de igual modo, a desestabilização da economia angolana?

Creio que a ofensiva da África do Sul se destina principalmente a desestabilizar a República Popular de Angola, que, tal como a República Popular de Moçambique, optou por uma sociedade socialista baseada nos princípios do marxismo-leninismo, o que constitui um mau exemplo para as potências ocidentais imperialistas e seus agentes em África. Convém ao imperialismo impedir que a Namíbia, o Zimbabwe e até a África do Sul façam a mesma opção político-ideológica.

Antes da independência do Zimbabwe, o imperialismo agia de várias formas. A África do Sul investia



«Entre Maio de 78 e fins de 1979, os prejuízos causados pelas agressões sul-africanas atingiram os 200 milhões de dólares»

contra a República Popular de Moçambique, contra a Zâmbia e o Botswana. Essa acção visava impedir o apoio material desses países aos movimentos de libertação no Zimbabwe, Namíbia e África do Sul. No entanto, a Frente Patriótica, pela guerra e nas eleições, possibilitou a independência do Zimbabwe. Com o fim da ofensiva no Zimbabwe, na Zâmbia e em Moçambique, Pretória incursiona agora contra a RPA.

Dever internacionalista

O regime de Pretória e as potências ocidentais pretendem com essa ofensiva militar impedir que a RPA ajude a SWAPO, uma vez que esse movimento de libertação possui bases logísticas e de operação em território angolano. O regime do *apartheid* e as potências ocidentais enganam-se ao imaginarem que os bombardeios e consequentes prejuízos materiais ou perdas humanas possam influenciar o nosso Partido e governo no sentido de abandonar a SWAPO. Isso não acontecerá. O apoio à SWAPO é um dever internacionalista, independente das consequências e do preço que o nosso povo tenha que pagar.

Diga-se de passagem, que as destruições que os sul-africanos têm feito em Angola não atingem a SWAPO, mas sim as populações das aldeias angolanas. A invasão de Angola, entre 75 e 76, pela África do Sul e pelo exército do Zaire, provocou danos materiais orçados em 6 biliões e 700 milhões de dólares. Entre Maio de 78 e fins de 79, os prejuízos com as destruições provocadas pelos sul-africanos chegaram a 200 milhões de dólares.

A ofensiva da África do Sul contra a RPA também tem como objectivo perpetuar a ocupação ilegal da Namíbia. Uma coisa precisa ficar clara: a RPA não tem fronteiras com a África do Sul, mas sim com a Namíbia. A criação de um governo-fantoché de obediência ao regime de Pretória permite, de forma camouflada, à África do Sul estender as suas fronteiras até Angola.

Caso o conflito se internacionalize, antevê a possibilidade da RPA recorrer à solidariedade militante de países amigos, particularmente Cuba?

Considero remota essa possibilidade. Não há dúvida que existe um estado de guerra não-declarado entre Angola e a África do Sul. Se, efectivamente, Pretória optar por uma escalada na guerra e colocar em perigo a soberania nacional e a integridade territorial da RPA, independente de toda a actividade diplomática que se possa desencadear para limitar o conflito, o governo angolano terá o direito de recorrer a quem quer que seja.

Aliás, o Artigo 51 da *Carta das Nações Unidas* dá-nos o direito de recorrer aos países amigos, com quem temos relações e Tratados de Amizade e Cooperação para enfrentarmos as agressões que coloquem em risco a própria existência de Angola. Se no passado, quando de dupla invasão, não hesitámos em apelar à comunidade internacional para beneficiarmos da ajuda internacionalista de Cuba, URSS, Argélia, Moçambique, Nigéria, Jugoslávia, Guiné, etc., evidentemente que, numa situação de perigo ainda maior, estará legitimado o recurso à ajuda desses países.

Qual a possibilidade concreta da formação de uma comunidade económica da África Austral baseada fundamentalmente nos países da Linha da Frente?

O guia imortal da revolução angolana, o camarada presidente Agostinho Neto, tinha como preocupação dominante o desenvolvimento económico e social do nosso país, preocupação essa sentida da mesma forma pelo camarada presidente José Eduardo dos Santos. Achamos que o desenvolvimento económico e social da RPA não pode ser visto de maneira isolada. Tem que estar interligado com os países da chamada África Austral.

Creio que os problemas de desenvolvimento e cooperação bilaterais são mais ou menos comuns. Por isso, em várias ocasiões, temos agido no sentido do estabelecimento de uma cooperação económica não só a nível regional como continental. Se encararmos em conjunto o desenvolvimento económico e social da África Austral, poderemos, inclusive, prever um incremento nas relações comerciais e uma gradual transformação industrial, em conformidade com os recursos naturais de que cada país dispõe. É importante assinalar que essa cooperação permitirá que certos países da área se libertem da dependência da África do Sul e das potências ocidentais. Através da combinação de interesses económicos e do desenvolvimento de relações comerciais — na base de produtos agrícolas, industriais e recursos minerais — poderemos chegar a uma acção comum.

A ofensiva sul-africana

Onde está localizado o epicentro da ofensiva contra Angola? Na África do Sul? Nos Estados Unidos?

É evidente que a ofensiva sul-africana, os atentados à bomba e certas dificuldades no abastecimento às populações estão inteiramente ligados. Vale assinalar que as potências imperialistas já devem ter chegado à conclusão que é praticamente impossível dominar militarmente a



RPA, porque as Forças Armadas angolanas estão melhor organizadas, são mais numerosas e possuem equipamentos sofisticados.

Agora, o objectivo é debilitar economicamente a RPA, visando a nossa capitulação e impedir que alienemos a independência política à económica. A ofensiva sul-africana vale-se das organizações-fantoches, infiltrando grupos armados para atacar populações e centros económicos. Daí os atentados, que inclusive dificultam a circulação de mercadorias para as províncias, visando provocar descontentamento. Tudo se encontra ligado. O epicentro dessas acções está nos Estados Unidos, embora a África do Sul constitua a base fundamental.

Muitos governos fizeram declarações contra o apartheid e as reiteradas agressões a Angola. O que pode ser feito mais objectivamente para deter a agressão sul-africana?



Agostinho Neto e Paulo Jorge. Juntos desde a fundação do MPLA

Queremos expressar inicialmente o nosso apreço e reconhecimento por essas declarações, porque elas estimulam o nosso povo e o nosso governo. É necessário fazer algo mais concreto como, por exemplo, expressar uma solidariedade concreta e dar ajuda material. Uma ajuda financeira será de utilidade não só no plano económico como para enfrentar as situações criadas com as perdas de vidas. Esse apoio ajudaria também a melhor contribuirmos para a libertação da Namíbia.

Outra contribuição dos governos que condenam o apartheid e mantêm relações bilaterais com as potências ocidentais, seria pressionar os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá e a República Federal da Alemanha no sentido de que cessem o apoio ao regime de Pretória e encontrem uma solução negociada para o problema da Namíbia. Enfim, que as potências ocidentais aceitem a aplicação de sanções económicas estabelecidas pelas Nações Unidas, realizem o embargo petroliero, deixem de vender armas e de auxiliar a África do Sul na questão da energia nuclear.

Marrocos e os fantoches

Nos últimos tempos circula a informação segundo a qual a base operacional de Savimbi estaria em Marrocos. Tem alguma informação concreta nesse sentido?

Creio que se trata efectivamente de uma especulação. A base operacional desse fantoche está na Namíbia. O maior apoio fornecido às organizações-fantoches que operam contra a RPA vem da África do Sul. Sem dúvida, parte dos traidores da UNITA está sendo treinada e recebe ajuda de Marrocos. Isso pode ser confirmado pelos próprios dirigentes das organizações-fantoches, inclusive pelas confissões feitas por traidores capturados no nosso território. Apesar desses factos, não se pode concluir que a base operacional da UNITA esteja em Marrocos.

O que pensa da actuação da OUA no sentido de libertar o continente africano?

Reputamos de fundamental importância a independência total da África. Não há dúvida que o conjunto dos países africanos tem contribuído não só para o desenvolvimento das relações entre os países independentes, como também para solucionar os conflitos resultantes de manobras das potências ocidentais, desejosas de recuperar os interesses perdidos, embora salvaguardadas ainda com a existência do neocolonialismo na região. Por isso, a OUA tem recorrido aos países socialistas na ajuda aos movimentos de libertação. Vários países africanos que se

libertaram pelo processo da luta armada receberam o apoio dos países socialistas.

A OUA terá que desempenhar um papel importante na questão do desenvolvimento económico dos países africanos. Essa preocupação começou a ser esboçada em 79, na reunião havida na Libéria e ganhou impulso na sessão extraordinária realizada em Lagos. Uma vez conseguida a libertação total do continente, a OUA terá que impulsionar as relações económicas entre os seus membros e defendê-los.

Qual a posição da RPA em relação ao conflito Irão-Iraque?

O conflito entre o Iraque e o Irão causou-nos inquietações. Tivemos a oportunidade de fazer saber, tanto ao Iraque quanto ao Irão, pela via diplomática, que tínhamos essa inquietação e desejaríamos que esse conflito entre duas nações não-alinhadas fosse resolvido pela via de negociações e pelos princípios vigentes no seio dos países não-alinhados.

Tivemos a oportunidade de manifestar essa nossa posição, uma vez mais, durante a nossa estada nas Nações Unidas, através de contacto directo, e pudemos inclusive sublinhar que esse conflito de maneira nenhuma serviria aos interesses quer do povo iraquiano, quer do povo iraniano. Pelas implicações e consequências dessa guerra, seriam as potências imperialistas as únicas beneficiadas.

Creio tratar-se de uma reivindicação por parte do Iraque, ao que parece baseada em legítimas posições, reivindicações de carácter territorial, especificamente no que se refere ao Shatt-El-Arab. Creio também que o conflito resultou do facto das diligências do Iraque não terem sido correspondidas pelo Irão. Em qualquer cir-

cunstância, repito, as divergências precisam ser solucionadas por meio de negociações.

E essa posição efectivamente tem-se verificado tanto no seio do nosso Conselho da Revolução, com através da iniciativa do presidente em exercício dos Países Não-Alinhados, pela constituição de uma comissão que engloba vários países para o encontro dessa solução negociada. No entanto, é difícil analisar mais fundo as origens do conflito, porque não dispomos de todos os dados necessários para melhor avaliá-los, assim como as suas consequências.

A guerra Iraque-Irão relegou para plano secundário nas discussões da Assembleia Geral da ONU, vários problemas importantes, como a independência da Namíbia, a questão do povo palestino, a situação do Médio Oriente, a libertação do Sáara Ocidental e de Timor Leste

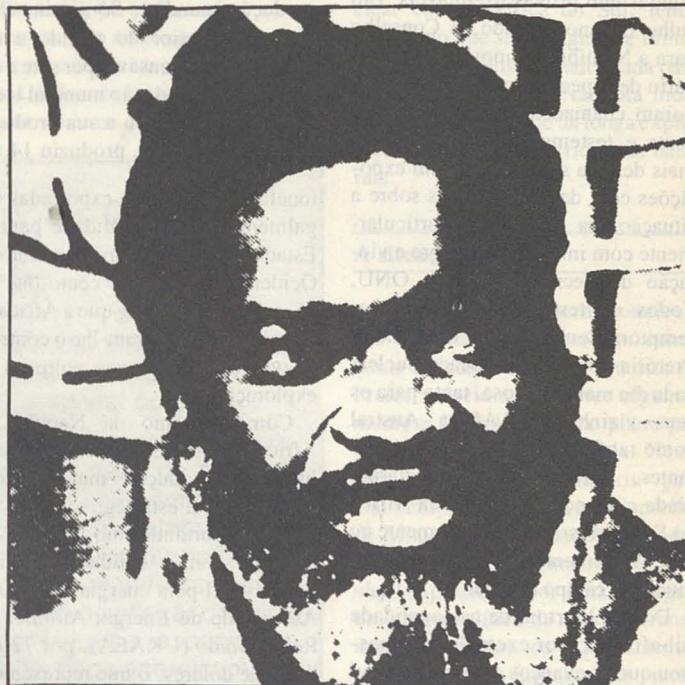
Algumas palavras para finalizar.

Gostaria de exprimir o nosso grande apreço pelo trabalho desenvolvido pelos *cadernos do terceiro mundo*, que permite aprimorar o conhecimento entre povos. Por isso, não só lemos com muito interesse cada número dos *cadernos*, que faz um trabalho sério e analítico da situação internacional como, fundamentalmente, pela possibilidade de aproximar os países chamado Terceiro Mundo.

Os *cadernos do terceiro mundo*, por conseguirem facilitar o relacionamento entre os países subdesenvolvidos que, ao se conhecerem, podem encarar o desenvolvimento das suas relações. Gostaríamos de encorajar os responsáveis pela revista no sentido de prosseguirem essa importante tarefa de ligação entre os povos.



1981, ano decisivo para a Namíbia



Sam Nujoma, líder da SWAPO

As Nações Unidas, através do seu Comité Especial, e a SWAPO redobram esforços para conseguir a independência dessa rica nação do sul do continente africano

Beatriz Bissio

APÓS um ano de libertação do Zimbabwe, os esforços internacionais e africanos concentram-se na libertação da Namíbia. Apesar de, em 1966, as Nações Unidas terem dado por terminado o mandato da África do Sul sobre o território namíbio, criando o Conselho da ONU para a Namíbia, 60 mil soldados do exército sul-africano continuam a ocupar ilegalmente aquela rica ex-colónia alemã.

Tal como em qualquer exemplo de colonialismo, é nas razões de tipo económico que terão de ser procuradas as explicações para o ocupação

ilegal. Efectivamente, a África do Sul não acatou a resolução das Nações Unidas por vários motivos, entre eles a própria localização estratégica da Namíbia, ao sul de Angola, considerada por Pretória como um Estado-tampão entre a África do Sul e a ex-colónia portuguesa. Mas a razão porque não retirou as suas tropas do país deve-se, fundamentalmente, às riquezas namíbias, que despertaram desde muito cedo a covinha das empresas transnacionais que operavam na África do Sul e do próprio regime do *apartheid*.

Sendo a Namíbia o único território

do mundo sob a soberania da ONU (apesar da ocupação ilegal sul-africana), foi esse organismo que ditou as normas para a sua administração. O Decreto n.º Um, aprovado em 1974, refere-se concretamente à protecção dos recursos naturais: por essa disposição, torna-se ilegal a extracção e exportação das riquezas do território namíbio sem o consentimento da Organização das Nações Unidas.

Esse decreto, contudo, não impedi que a África do Sul continuasse a extraer minerais e que incentivasse muito especialmente a actividade

mineira no território, em aliança com conhecidas empresas transnacionais.

Urânio a granel

De toda esta situação as Nações Unidas têm provas irrefutáveis. Em Julho do ano passado, o Conselho para a Namíbia promoveu um seminário de especialistas nesta questão. Foram chamados mais de vinte *experts* e testemunhas, que, durante mais de uma semana, fizeram exposições com dados concretos sobre a situação na Namíbia, particularmente com informações sobre a violação do decreto n.º 1 da ONU. Todos os testemunhos foram peremptórios em qualificar o regime de Pretória como uma ameaça nuclear cada dia mais perigosa, tanto para os seus vizinhos da África Austral como também para países mais distantes. Vários deles denunciaram ainda a aliança do regime da África do Sul com Israel, nomeadamente no desenvolvimento de projectos comuns no campo nuclear.

Donato Morton, de nacionalidade sul-africana, por exemplo, demonstrou que os avanços da África do Sul nessa área não se destinavam a fins exactamente pacíficos. Sean McBride — prémio Nobel da Paz e ex-membro da Comissão da ONU para a Namíbia —, por sua vez, enumerou quem é quem na lista dos que saqueiam os recursos namíbios. Entre os acusados, citou quase todos os países mais desenvolvidos do Ocidente, particularmente os Estados Unidos e o Japão. «Os governos desses países — afirmou McBride — têm que ser considerados totalmente responsáveis pelos problemas que figuram neste painel».

No caso da Namíbia, concretamente, quando se fala em actividades mineiras, está-se a referir quase

que exclusivamente à extração do urânio. Calcula-se que até hoje foi explorada ilegalmente uma quantidade de urânio avaliada em 600 milhões de dólares. A Namíbia é o terceiro produtor do mundo ocidental, representando 16,6 por cento da produção mundial. Só a mina *Rössing* — a maior do mundo a céu aberto — é responsável por sete a dez por cento da produção mundial total. A *Rössing* começou a sua produção em 1977; em 1979, produziu 14 mil

toneladas de urânio, exportadas ilegalmente na sua totalidade para os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Os 28 por cento das ações da mina *Rössing* que a África do Sul possui, asseguram-lhe o controlo da votação das novas políticas de exploração.

Com o urânio da Namíbia, a África do Sul coloca-se no terceiro lugar da produção mundial total desse mineral estratégico.

Um importantíssimo contrato foi assinado com a entidade britânica responsável pela energia atómica, a Autoridade de Energia Atómica do Reino Unido (UKAEA), por 72 milhões de dólares, o que representou, entre 1976 e 1980, 7500 toneladas de óxido de urânio.

A *Rio Tinto Zinc* (RTZ), com sede em Londres, controla mais de metade do comércio mundial de urânio e possui 48 por cento das ações da *Rössing*. Por sua vez, a *Rio Algom*, subsidiária da *Rio Tinto Zinc*, possui 10 por cento das ações da *Rössing*, sendo outros 10 por cento da empresa francesa *Minatome*. A *Rössing Uranium Ltd.* constituída por firmas mineiras transnacionais da Alemanha Federal, África do Sul e Canadá, tem a maior parte das ações daquela empresa.

A *Consolidated Diamond Mines*, dominada pela África do Sul e por

uma transnacional norte-americana é a primeira companhia mineira da Namíbia.

Uma ex-funcionária do *Foreign Office* britânico, Barbara Rogers — que actualmente trabalha numa firma que se opõe a este tipo de contrato ilegal com a Namíbia — foi outra das testemunhas do seminário das Nações Unidas. Barbara afirmou que o urânio proveniente da Namíbia (4 por cento do total) não é utilizado pela Grã-Bretanha em projectos de cívis para a sua indústria mas sim reexportado para terceiros países ou usado em «aspectos supérfluos» do seu programa nuclear britânico.

Segundo os especialistas, há indícios de que a Grã-Bretanha utilizaria o urânio da Namíbia para fins militares, já que por ser ilegalmente explorado não está sujeito às normas da Agência Internacional de Energia Atómica, constituindo assim um mercadoria facilmente vendável para os países que a utilizam para fins militares.

«Corrida do ouro»

Roger Murray, consultor da Comissão da ONU para a Namíbia e economista de renome, afirmou que «a descoberta de 300 mil toneladas de urânio estimulou a bonança na Namíbia e fez nascer uma verdadeira «corrida do ouro» em direcção ao território». Murray afirmaria no direcção do correr do seminário das Nações Unidas que todos os impostos derivados do urânio da *Rössing* são pagos pelo governo da África do Sul e que a evasão dos lucros das empresas transnacionais provoca a perda para a economia da Namíbia de cerca de um terço do seu Produto Nacional Bruto.

Em resumo: o papel da África



Sul é atrair o capital transnacional para a Namíbia em importantes investimentos na mineração de urânia, fábricas de enriquecimento e de produção de energia nuclear. Assim, e com a conivência principalmente da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha Federal, Japão e Israel, e apesar de todas as sanções económicas decretadas contra o regime racista da África do Sul, Pretória avança implacavelmente na sua

decisão de se converter numa potência nuclear de primeira ordem.

Por outro lado, dada a forte participação de firmas norteamericanas no desenvolvimento da tecnologia sul-africana do urânia e na expansão da energia atómica, isso levou a que quase todas as testemunhas que se pronunciaram no seminário da ONU fossem unânimes em acusar os Estados Unidos de apadrinhar o surgimento de uma potência bélica nu-

clear na África Austral, apesar das perigosas implicações para a segurança do continente.

Grande parte das testemunhas adiantaram que as Nações Unidas devem declarar o termo imediato de qualquer cooperação no campo nuclear com a África do Sul, tendo defendido que seja exigida de Pretória uma compensação adequada para o futuro governo da Namíbia independente, em virtude da longa exploração ilegal das suas riquezas naturais.

Um vasto e rico território

A Namíbia é um árido país de 824 269 km². Em 1974, a sua população era de 1 milhão e 200 mil habitantes, dos quais 60 mil viviam em Windhoek, a capital do país.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os britânicos invadem a Namíbia (então colónia alemã) a partir da África do Sul. Terminada a guerra, o território fica sob administração da Liga das Nações, que, posteriormente, atribui a sua administração à União Sul-Africana. Após o termo da Segunda Guerra Mundial, a África do Sul manifesta formalmente às Nações Unidas a sua intenção de anexar o território. A ONU, que herdara da Liga das Nações a responsabilidade das colónias em «fideicomisso», nega energicamente o seu apoio e, de 1961 a 1968, tenta anular o mandato fiduciário e estabelecer a independência do país. Tendo os seus esforços jurídicos sido em vão, a ONU, em 1968, proclama finalmente a ilegalidade da ocupação sul-africana sobre o país, que, para a comunidade internacional, passa, desde então, a denominar-se Namíbia.

A fim de alcançar a real independência do país, o povo namíbio resolve iniciar a luta armada de libertação, criando para tal, em 1966, uma organização, a SWAPO (*South West African People's Organization*), hoje reconhecida pela ONU, OUA e Movimento dos Paises Não-Alinhados como único e legítimo representante do povo namíbio.

As ricas jazidas de ferro, chumbo, zinco, cobre, diamantes, manganês, tungsténio, cádmio e, particularmente, urânia, a principal matéria-prima da energia nuclear, tornaram o território alvo da cobiça das potências ocidentais.

A situação política

Ante as pressões internacionais e o seu crescente isolamento no continente africano, o governo racista de Pretória decidiu promover algumas medidas liberalizantes no plano político em relação à Namíbia. Nesse sentido, em 1978, «transferiu» parcialmente o poder para um Conselho de Ministros de 12 membros, todos eles da Aliança Democrática Turnhalle (presidida por Dirk Mudge), um grupo político da minoria branca namíbia. Todos os 12 elementos eram elementos intimamente vinculados ao ocupante sul-africano.

Mesmo assim, apesar de se tratar de elementos fantoches, o governo sul-africano não estava disposto a ceder uma quota demasiado grande do poder, reservando-se o direito de voto em matéria constitucional, de política externa e em alguns aspectos de defesa.

O Conselho da ONU para a Namíbia condenou de pronto essa decisão, considerando-a uma «manobra da África do Sul destinada a transferir o poder para grupos ilegítimos, subordinados aos seus interesses, a fim de manter a sua política de discriminação e exploração do povo namíbio e seus recursos naturais».

De igual modo, a SWAPO, *South West African People's Organization* (Organização do Povo do Sudoeste Africano, antiga designação da Namíbia) condenou a *Aliança Democrática de Turnhalle*, designando-a como um «órgão tributário da África do Sul», da mesma forma que denunciou o recente encontro de Kissinger com o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof Botha. Segundo a interpretação do movimento patriota, Kissinger e Botha teriam procurado uma saída para «tentar frustrar o projecto da ONU para a independência da Namíbia».

Na sua sessão de final de Novembro último, o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia voltou a ratificar o seu projecto para assegurar o acesso à independência do território e reiterou ser a SWAPO o único e legítimo representante do povo namíbio.

Foi em 1973 que a SWAPO foi reconhecida pela primeira vez pelas Nações Unidas e, desde então, participa em todas as instâncias de trabalho daquele organismo internacional. Para além da ONU, a SWAPO é também reconhecida pela Organização de Unidade Africana (OUA) e pelo Movimento dos Não-Alinhados.

A Conferência de Freetown (Serra Leoa) da OUA, realizada no mês de Julho de 1980, foi clara quanto ao problema da Namíbia; condenando a *Aliança Democrática Turnhalle* e a Assembleia de Windhoek, a conferência denunciou igualmente a pseudotransferência de poder na Namíbia como um recurso da África do Sul para evitar a independência total do território. De regresso da Cimeira de Freetown, Sam Nujoma, presidente da SWAPO, afirmaria: «Só a intensificação da luta armada poderá as-

segurar a nossa independência, se o regime racista não aceitar o diálogo real». Como é sabido, a SWAPO conta com vários milhares de combatentes armados a operar em território namíbio.

O papel da Europa Ocidental

Sam Nujoma, por diversas vezes, denunciou a conivência da Europa Ocidental com o regime racista. Recentemente, em entrevista à revista *Der Spiegel*, da Alemanha Federal, o líder da SWAPO afirmaria que este país «entrega armas a Pretória bem como tecnologia e equipamentos» (*). Durante a sua visita ao continente europeu, Nujoma deslocou-se igualmente a Copenhague, onde denunciaria: «A Europa Ocidental viola as resoluções da ONU ao receber urânio namíbio».

Nujoma lembrou que todo esse esquema foi descoberto quando um avião que levava contrabando teve um pequeno acidente num aeroporto francês, o que o levaria a ser revisado. Nas declarações então proferidas, Sam Nujoma denunciou que as companhias aéreas UTA (francesa) e a *South African Airways* (sul-africana) são também utilizadas para contrabandear o urânio namíbio.

O dirigente da SWAPO admitiu que a África do Sul nunca se viu seriamente pressionada a abandonar a sua política racista nem a retirar-se do território que ocupa ilegalmente, porque, «no fundo, os Estados Unidos vêem-na como um baluarte de resistência ao avanço dos movimentos de libertação e das forças progressistas na África Austral».

Assinale-se que Carter nunca viria a responder a uma carta a ele enviada pelo primeiro-ministro do Zimbabве, Robert Mugabe, onde este

lhe sugeria que organizasse uma conferência para a Namíbia semelhante à que a Grã-Bretanha celebrou em *Lancaster House*, no ano de 1979, para negociar a independência do seu país.

Os interesses em jogo são tantos que a solução do problema namíbio não se apresenta fácil. Recentemente, foi divulgado um documento do Centro Nacional de Informação Estratégica dos Estados Unidos intitulado «Guerra de Recursos». Nele, os autores exortam o governo norte-americano a assinar «acordos cooperativos» com a África do Sul e Israel e «outras nações amigas» para proteger a livre circulação marítima daquelas matérias-primas consideradas «críticas». A África do Sul cumpriria, neste sentido, um papel estratégico, quer pelo seu domínio na produção de urânio, quer porque o seu litoral acompanha a rota dos grandes petroleiros provenientes do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho.

Uma intensa campanha informativa

Em resposta aos recursos interpostos por Pretória, o Conselho da ONU para a Namíbia adoptou um programa no qual se exigem sanções obrigatórias contra o regime sul-africano, condena-se os países ocidentais e todos aqueles que ajudam Pretória no campo nuclear e tecnológico e exorta-se a que se inicie uma intensa campanha informativa sobre a situação da Namíbia.

A Namíbia foi o centro dos debates da 35.ª Assembleia Geral da ONU, no ano passado, tanto nas sessões plenárias como nas comissões, particularmente no Comité contra o *apartheid* e na Comissão de Descolonização.

A proposta das Nações Unidas

A ONU tem trabalhado intensamente numa proposta viável para a independência da Namíbia. Nesse sentido, chegou a elaborar um plano de paz concreto, em cuja redacção participaram quatro potências ocidentais e cinco países africanos (os países da Linha da Frente: Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botswana), juntamente com representantes da ONU. Os pontos do referido plano são:

1) cessar-fogo imediato numa zona de 31 milhas de cada lado da linha fronteiriça norte do território (fronteira com Angola);

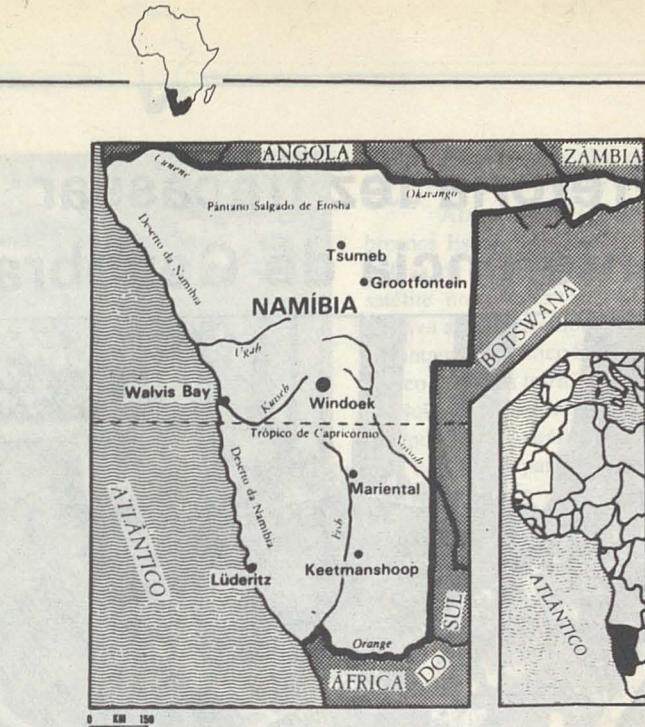
2) uma força da ONU patrulharia a zona e supervisionaria as eleições para uma nova Assembleia Constituinte para a Namíbia independente.

Resta ver como será aceite esse plano, que inclui resoluções anteriores da ONU no sentido de exigir a libertação de todos os presos políticos, o embargo de armas, a retirada do investimento estrangeiro e a exigência da aceitação da SWAPO como interlocutora pelo lado namíbio.

As Nações Unidas estabeleceram que as conversações entre a África do Sul e a SWAPO têm que ser directas, a fim de encontrar a forma de concretizar a retirada das forças sul-africanas ocupantes.

Porém, a SWAPO já antecipou o seu ceticismo a respeito da atitude a ser adoptada por Pretória, que «poderá tentar frustrar os esforços da comunidade internacional».

Porém, hoje, há formas de contrabalançar uma atitude como essa. Importantes matérias-primas (inclusive algumas consideradas altamente estratégicas) estão controladas por governos do Terceiro Mundo comprome-



metidos na luta contra o *apartheid* ou com a linha de conduta traçada pelas Nações Unidas e — muito especialmente — pelo Movimento dos Países Não-Alinhados.

Um exemplo claro do que pode vir a acontecer se as grandes potências se vierem a aliar à África do Sul para evitar a independência da Namíbia, foi a posição adoptada pela Nigéria. Recentemente, o presidente Shehu Shargari afirmou que o petróleo do seu país não será vendido a nenhuma nação que mantenha relações económicas e diplomáticas com a África do Sul.

A SWAPO anunciou que 1981 poderá ser o ano da independência da Namíbia. E, regra geral, os movimentos de libertação evitam fazer prognósticos excessivamente optimistas, que poderiam deixar um sentimento de frustração nos seus militantes e combatentes. Apesar do empenho da África do Sul e dos seus aliados ocidentais, o papel decisivo da ONU no campo internacional e a luta da SWAPO no campo interno

poderão vir, a curto prazo, a arrancar de Pretória uma independência negociada para a Namíbia. Desse modo, um passo fundamental cumprir-se-á na descolonização de África. Permanecerá, como último baluarte, a própria África do Sul, cujo movimento de libertação tem também lançado importantes ofensivas.

(*) Sam Nujoma visitou oficialmente pela primeira vez a Alemanha Federal durante o passado mês de Novembro, tendo, nessa ocasião, se encontrado com o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão federal, Hans Dietrich Gensher, assim como representantes de partidos políticos e organizações de massas. Sintomaticamente, em começos de Dezembro, deslocou-se a Bona o presidente da Aliança Democrática Turnhalle, Dirk Mudge, na esperança de aí receber tratamento semelhante — ou melhor ainda — ao que fora concedido a Sam Nujoma. Porém, os seus planos viraram-se, de certa forma, frustrados devido ao cancelamento no último momento da entrevista marcada com Gensher. Razão invocada por Bona: a entrevista fora apresentada por Mudge como solicitada pelo governo alemão.

Em declarações à imprensa, Mudge justificaria as agressões sul-africanas ao território angolano como destinadas a «destruir as bases dos terroristas da SWAPO».

Pretória fez fracassar Conferência de Genebra



Jornada inaugural da Conferência de Genebra

«A SWAPO vai intensificar a luta armada». Para Sam Nujoma, líder do movimento de libertação da Namíbia, esta é a única saída após o resultado infrutuoso da Conferência de Genebra promovida pelas Nações Unidas e concluída no dia 14 de Janeiro. Todos os observadores são unâmes em apontar a África do Sul como a única responsável pelo malogro da Conferência. Segundo estes, o regime de Pretória teria pretendido ganhar tempo na expectativa de uma nova política para a África Austral por parte da administração de Reagan mais consentânea com os seus interesses, ao mesmo tempo que teria aproveitado o cenário de Genebra – sobre o qual afiliou as atenções da opinião pública internacional – para tentar promover os seus apêndices no território namíbio, a Aliança Democrática Turnhalle, em particular.

Para o principal responsável da SWAPO, a conduta dos representantes sul-africanos em todo o processo de negociações em Genebra caracterizou-se pela má-fé, «marcada pela chantagem» e constituiu «uma clara e inequívoca demonstração de que não estão dispostos a

aceitar as posições já assumidas sobre a Namíbia por toda a Comunidade Internacional».

A Conferência de Genebra, presidida pelo subsecretário-geral da ONU, Brian Urquhart, teve como documento de fundo o plano apresentado pela ONU, em que se estabelecia o calendário para a transição pacífica da Namíbia para a independência, plano cujas condições a SWAPO estaria disposta a aceitar e que os representantes de Pretória evitaram discutir directamente. Segundo esse bem elaborado plano a fase de transições caracterizar-se-ia por:

– Um cessar-fogo com início a 14 de Janeiro. Em 31 de Março tomaria posse um representante da ONU que governaria o território tendo à sua disposição 7.500 soldados, 360 polícias e 400 funcionários de várias nacionalidades que supervisionariam o regresso dos refugiados e todo o processo decorrente da campanha e acto eleitorais; criação de uma zona desmilitarizada entre a Namíbia, Angola, a Zâmbia e o Botswana com 100 quilómetros de profundidade; redução das forças sul-africanas de

20 mil para 1500 homens no período de três meses após o cessar-fogo; início da campanha eleitoral em Junho de 1981; eleições gerais em Outubro de 1981, a que se seguiria a partida do último contingente de tropas sul-africanas; libertação dos presos políticos; elaboração de uma constituição pela Assembleia Constituinte e formação do primeiro governo independente com base nos resultados eleitorais.

No termo da Conferência, face à intransigência das autoridades de Pretória, uma nova e firme ofensiva se desenhava já por parte das delegações africanas dos países da Linha da Frente: exigir nas Nações Unidas que a aplicação de sanções contra o regime do apartheid seja de facto efectivada.

Da «batalha» de Genebra SWAPO saiu reforçada no plano internacional. No plano interno, prestigiada ao furar o apertado controlo dos representantes da África do Sul sobre alguns partidos do interior, estabelecendo contactos directos com algumas organizações de colonos brancos que pretendem continuar a viver na Namíbia independente e que vêm no movimento de libertação namíbio a força militar e política que emana da sua implantação nas massas. Algumas destas organizações do interior provocariam até um certo «escândalo» em Genebra ao classificarem as eleições promovidas pela África do Sul como «não livres», acrescentando que as autoridades sul-africanas durante a campanha eleitoral de 78 instalaram a psicoses de que «quem não votava na Aliança Turnhalle era da SWAPO...». Declarações, que sem constituir novidade, tiveram foros de escândalo porque terem sido proferidas por quem foram...

Para atestar a desonestidade – como classificou Sam Nujoma – com que a África do Sul veio participar nesta Conferência de Genebra, basta citar um comunicado emanado pelo Ministério da Defesa angolano desta altura que dava conta de novas agressões contra a província do Cunene – fronteira com a Namíbia – por parte de forças terrestres e aéreas sul-africanas, que tiveram o seu inicio quando ainda decorriam as conversações.



A misteriosa explosão no Atlântico Sul

Um satélite detecta um sinal não identificado numa remota região do globo: seria um ensaio atómico levado a cabo pelo regime racista de Pretória em conjunto com os israelitas?

Stephen Talbot e Robert Manning

N.º 30/Janeiro 1981

ERAM 3 da manhã, do dia 23 de Setembro de 1979, na África do Sul (22 de Setembro nos Estados Unidos). A 70 mil milhas de distância, no espaço, o satélite norte-americano *Vela* contornava a vasta e remota região onde se juntam o Atlântico Sul e o Oceano Índico, entre os territórios da África do Sul e da Antártida. O *Vela* não era, porém, um satélite vulgar, tinha sido desenhado para detectar explosões nucleares e ostentava um recorde perfeito: tinha identificado todas as 41 explosões atómicas ocorridas em torno do mundo.

De repente, os sensores do satélite espião registaram dois intensos raios de luz, o sinal característico das explosões nucleares. As informações foram de imediato enviadas a uma estação encarregada de decodificar esses sinais, situada perto de Canaveral, na Florida, e pertencente à Força Aérea dos Estados Unidos. Em poucas horas, o secretário da Defesa, Harold Brown, e o presidente Carter tinham sido alertados.

Porém, a opinião pública norte-americana só viria a saber da explosão mais de um mês depois, e isso porque alguém passou a informação a um membro da cadeia ABC de televisão, John Scali, antigo membro do Departamento de Estado.

Tratava-se de um teste nuclear sul-africano? (os sul-africanos tinham sido descobertos por um satélite soviético, em Agosto de 1977, aparentemente em preparações para uma experiência nuclear no deserto de Kalahari). Ou teria sido um teste dos israelitas, realizado com a assistência da África do Sul, como informara a CBS? Israel e a África do Sul limitaram-se a negar as informações. Ou será que o satélite teria funcionado mal?

O presidente Carter ordenou ao

seu conselheiro científico, Dr. Frank Press, a realização de um debate de especialistas, conduzido pelo Dr. Jack Ruina, para investigar o que poderia ser «o caso da explosão misteriosa». O grupo de nove cientistas preparou um relatório preliminar, em Janeiro de 1980, mas, até hoje, ele não foi revelado. Em Abril já se encontrava nas mãos dos homens da Casa Branca o relatório definitivo; assistentes nervosos discutiam a oportunidade ou não da sua divulgação. Foi o Pentágono que acabaria por lhes tirar a dúvida. Em meados de Julho, oficiais do Pentágono revelaram as conclusões da sua própria Agência de Defesa e Informação.

Efectivamente, tratava-se de uma experiência de armas nucleares nas costas da África do Sul. A Casa Branca, diante dessa situação embarracosa, promoveu um encontro com a imprensa e anunciou uma conclusão diametralmente oposta: «não, não teria sido uma explosão nuclear». E os especialistas teorizaram que um meteorito — do tamanho de uma partícula de pó — teria chocado com o satélite, o que teria imitado o *flash* da explosão nuclear.

Quais seriam as probabilidades estatísticas de uma coincidência desse tipo? Não maiores do que uma vez numa década, segundo os conhecimentos da própria Casa Branca. Os fabricantes do satélite, em Los Alamos, porém, não estão convencidos nem da veracidade da explicação da CIA nem da do Pentágono.

«Algumas coisas nem sempre conduzem a respostas iguais», afirmou Thomas Halsted, um dos porta-vozes da Agência para o Controlo de Armas e Desarmamento quando lhe perguntámos como explicaria as divergências entre as declarações da Casa Branca e do Pentágono. «Mas, sem dúvida, essa con-

fusão está a pôr em causa a nossa capacidade para detectar e comprovar ensaios que se registem ao redor do mundo» — admitiu.

O tenente-coronel Mark Foutch, porta-voz do Pentágono, sugeriu que as informações contraditórias reflectiriam diferentes orientações das duas equipas de pesquisadores. Foutch revelou que a Agência de Defesa e Informação tem-se interrogado sobre o que faria se fosse um governo que procurasse ocultar uma explosão nuclear. Enquanto isso, acrescentou Foutch, a Casa Branca quer saber que outro tipo de fenômeno não-nuclear poderia ter causado esse sinal. «Os especialistas não estão de acordo, acrescentou aquele porta-voz, porém estou certo que o caso não está encerrado».

O misterioso *flash* foi objecto de análise na Conferência de Genebra sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Oficiais norte-americanos ficaram preocupados com a eventual reacção das nações do Terceiro Mundo, que poderão não ficar satisfeitas com o relatório incompleto, podendo chegar à conclusão de que os Estados Unidos estão a dar cobertura a uma explosão nuclear secreta, com o objectivo de proteger Israel e a África do Sul.

A confirmação de um ensaio nuclear desse tipo, teria, na ocasião, afectado seriamente a proclamada intenção de Carter de pôr fim à proliferação de armas nucleares, ainda que a sua ambiguidade nessa questão tivesse ficado clara em muitas ocasiões sem que fosse necessário ocorrer o caso do misterioso *flash*.

Pior ainda: poderia deixar claro o papel desempenhado pelos Estados Unidos no desenvolvimento nuclear sul-africano das últimas décadas.

Estreita cooperação

O poder nuclear de Pretória é produto de mais de 20 anos de estreita cooperação com os Estados Unidos e, mais recentemente, com a Alemanha Federal e com Israel. A partir de 1953, a África do Sul recebeu dos Estados Unidos uma importante quantidade de urânio enriquecido. Nessa altura, os Estados Unidos estavam engajados de forma agressiva na Guerra Fria e na corrida armamentista do pós-guerra.

Os Estados Unidos desenvolveram também a mineração de urânio na África do Sul, dando, assim ao regime de *apartheid* a oportunidade de lançar o seu programa de pesquisas nucleares. A 8 de Julho de 1957, a administração Eisenhower assinava um acordo de cooperação com Pretória pelo qual era garantida à África do Sul uma vasta ajuda técnica norte-americana, urânio enriquecido e informação nuclear classificada. O pacto, que foi renovado em 1974, vigorará até ao ano 2007. O reactor sul-africano Safari I, utilizado para pesquisas, foi construído nos Estados Unidos.

Necessário é também não esquecer a, até há pouco tempo desconhecida, cooperação nuclear israelita-norte-americana. Um aposentado agente da CIA, que operou no Médio Oriente, Wilbur Eveland, autor de um livro de memórias intitulado «Cord de areia», disse-nos: «Penso que os Estados Unidos estão a fornecer assistência a Israel para desenvolver sua tecnologia atómica». Eveland disse-nos ainda que «depois da crise do Canal do Suez, em 1956 (no período de Nasser), foi assinado um acordo secreto entre Washington e Telavive, segundo o qual nós (os norte-americanos) iríamos dar asse-



soria ou, pelo menos, não iríamos interferir no desenvolvimento da capacidade nuclear deles (israelitas).»

Da mesma forma, soubemos que um especialista dos Estados Unidos em questões nucleares, Alvin Radkowksi, que durante algum tempo foi ajudante do almirante Hyman Rickover, está a desenvolver importantes ensaios nucleares em Israel, na universidade de Negev.

Há alguns anos atrás, foi noticiado que Israel tinha obtido urânio enriquecido para um reactor super-secreto no deserto de Negev, fornecido pela Corporação de Materiais e Equipamentos Nucleares (NUMEC), da Pensilvânia. O Dr. Zalman Shapire — o antigo proprietário da NUMEC e um ardente militante pró-israelita — negou ter fornecido esse material nuclear a Telavive; porém, em 1967, ele viu-se obrigado a pagar ao governo dos Estados Unidos uma multa de um milhão de dólares por não poder responder por, pelo

menos, 200 libras de urânio enriquecido que haviam desaparecido da sua central.

Segundo algumas fontes dos serviços de informações norte-americanos, o serviço secreto de Israel, o Mossad, passou a roubar urânio enriquecido na França e na Grã-Bretanha quando o fornecimento da NUMEC foi cortado. Porém, agora, parece que Israel conta com um fornecedor bem mais seguro: a África do Sul.

Muitos cidadãos israelitas há que estão profundamente desgostosos com as crescentes relações entre o regime do *apartheid* e Telavive. Depois da visita do então primeiro-ministro John Vorster a Israel, em 1976, o comércio — em especial de diamantes e armamento —, assim como a cooperação científica entre os dois Estados, têm aumentado consideravelmente. Rumores insistentes falam de um intercâmbio de tecnologia de urânio entre Pretória e Telavive.

Uma corrida que ninguém pára

Um conhecido especialista norte-americano em urânio afirmou que durante a sua recente visita ao centro de pesquisas nucleares de Prelindaba, na África do Sul, encontrou um elevado número de cientistas israelitas em pleno trabalho. A censura militar de Telavive, por seu lado, proibiu a publicação do livro «Ninguém sobreviverá: a história da bomba «A» israelita», dos veteranos jornalistas judeus Eli Teicher e Ami Doron, no qual eles referem várias vezes as ofertas de um lugar para experiências nucleares perto da região do Atlântico Sul feitas pela África do Sul ao regime de Telavive.

A grande preocupação actual é a

possibilidade da confirmação dessas informações comprovar que a corrida às armas nucleares pode vir a ser, na década de 80, o factor mais perigoso da política do Médio Oriente e da África do Sul. Os israelitas justificam-se sempre, afirmando que quer a Líbia quer o Iraque continuam a fazer progressos no campo nuclear e poderem, em breve, desenvolver as suas próprias armas atómicas.

Aliás, as medidas adoptadas por Israel para impedir o avanço do Iraque no campo nuclear foram sempre muito drásticas. Em Junho do ano passado, o cientista Yihya al Meshhad, de nacionalidade iraquiana e formado na União Soviética, chefe do programa nuclear do seu país, foi encontrado morto no quarto do seu hotel em Paris. As especulações sobre os possíveis criminosos sempre apontaram para os serviços secretos israelitas, o Mossad. Não era, aliás, a primeira vez que o Mossad actuava contra o Iraque em território francês. A revista *Stern*, da Alemanha Federal, identificava, em Abril de 1980, como membros do Mossad, os sabotadores do reactor nuclear *Osiris* que os franceses estavam a aprontar para enviar para o Iraque. A França teve de reconstruir o reactor.

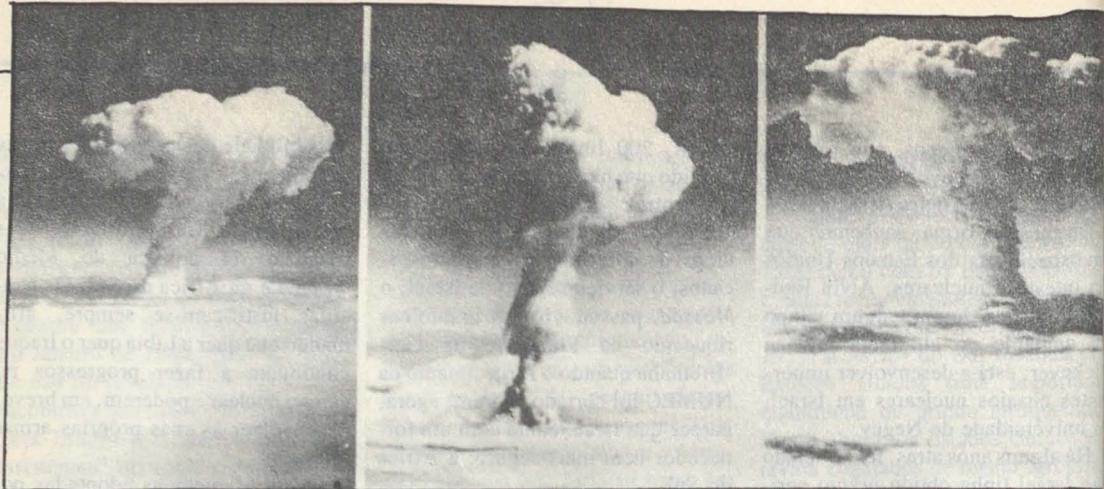
O Iraque, ao contrário de Israel, assinou o acordo de não-proliferação de armas nucleares e tem afirmado que o reactor só será utilizado para fins pacíficos. Um funcionário de Washington encarregado do controlo de armamento, conhecedor do assunto, disse-nos: «os israelitas não vão deixar que o Iraque se converta numa potência nuclear».

Uma versão contraditória

Facto que criou embaraço na Casa Branca foi um dos seus funcionários



Raízes comuns: racismo (cartoon publicado na revista New Outlook, da Tanzânia)



Seria a misteriosa explosão uma bomba de neutrões?

(do Departamento para a Ciência e Tecnologia) ter admitido que não podia afastar «a possibilidade de que o sinal tivesse uma origem nuclear». E que ele próprio não podia oferecer uma explicação alternativa aceitável sobre as causas do sinal. «Há muita gente que continua convicida que se tratou de uma explosão nuclear», admitiu um porta-voz da Casa Branca que pediu para o seu nome não ser divulgado.

Os que defendem a tese do meteorito tiveram de admitir que um fenômeno como esse nunca tinha sido registado antes e que as características do sinal muito se assemelhavam a outras, anteriores, recebidas pelo satélite, ainda que com «algumas pequenas diferenças».

A Casa Branca afirmou que o Laboratório Naval de Pesquisas norte-americano ainda se encontrava a desenvolver um trabalho de investigação a respeito do fenômeno. Reconheceu, porém, que o facto de não ter sido colhido o «lixo» radioactivo, de maneira alguma pode ser interpretado como uma evidência definitiva de que não ocorreu qualquer explosão nuclear. O sinal era fraco (264 quilotonas) e a precipitação radioactiva podia ter sido dissipada pela chuva e pelos ventos.

Os repórteres da Casa Branca

mencionaram mas não deram a menor importância a uma outra evidência de que efectivamente houve explosão: «um sinal hidroacústico que veio de uma fonte perto da ilha de Prince Edward». Isso é particularmente interessante, pois coincide completamente com dados do Movimento anti-apartheid da Alemanha Federal — cujas denúncias, há alguns anos atrás, causaram sensação quando foram reveladas as ligações nucleares entre Bonn e Pretória —, no sentido de que, no dia 22 de Setembro de 1979, houve uma explosão a 8 km da costa no Oceano Atlântico, 46 graus de latitude sul e 40 graus de longitude leste, perto das ilhas que pertencem à África do Sul. Essa região — conhecida como a Anomalia Sul-Africana — é um local ideal para explosões nucleares, pois a área tem um baixo nível de radiação natural. Nessa área, em 1958, os Estados Unidos fizeram testes de armas nucleares de baixo poder, com a cooperação do regime sul-africano.

Recentemente, o Subcomitê de Não-Proliferação de Armas Nucleares soube que o adido militar da embaixada da África do Sul em Washington andava a recolher os últimos documentos do Serviço de Informa-

ção Técnica norte-americano a respeito do problema das explosões nucleares e particularmente sobre forma de como evitar que elas sejam detectadas. Mais ainda: em Junho de 1980, o regime sul-africano convidou um cientista nuclear educado na Universidade de Oxford, Dr. Rutherford Christie, acusado de passar segredos nucleares ao *African National Congress* (ANC, movimento de libertação da África do Sul). Alegava-se que o cientista teria denunciado os lugares em que o regime de Pretória, através do Departamento Sul-Africano de Energia Atómica, achava que era possível realizar testes atómicos sem serem detectados.

Mais coincidências

Ainda há mais alguns elementos que fazem acreditar que houve uma explosão. O sinal foi detectado às 3 da manhã do dia 22 de Setembro e a Cidade do Cabo advertiu determinados membros do Congresso, que naquele mesmo dia, uma força expedicionária da Marinha sul-africana iria realizar exercícios secretos no mar, praticamente nas mesmas latitudes e longitudes onde a explosão parece ter decorrido.

Por outro lado, o Instituto d



Ciências Nucleares de Wellington, na Nova Zelândia, teve leituras de radiação diferentes em duas oportunidades. O Instituto explicou o facto assinalando que os aparelhos deviam estar contaminados por radioactividade.

Outro dado alarmante é que o satélite *Vela* estava naquela noite fora de sua rota. Foi por essa razão que ele pôde registar o misterioso fenômeno. «Temos muita sorte», reconheceu um membro da equipa do Pentágono; «se o *Vela* tivesse continuado no seu percurso normal, teríamos perdido por completo qualquer espécie de registo».

Fontes ligadas às investigações da Casa Branca sugerem que quem quer que seja que tenha efectuado a explosão tinha conhecimento do curso e horário do satélite *Vela* e, portanto, actuou na expectativa da bomba não ser detectada. Como a explosão ocorreu num dos lugares mais afastados do globo, no meio da noite e sob pesadas nuvens, temos que admitir que houve a intenção do facto passar despercebido. Os estreitos laços entre os serviços secretos de Israel, África do Sul e Estados Unidos levam a concluir que qualquer dos dois países suspeitos da operação estaria por dentro de toda essa informação.

Apesar da CIA continuar a negar, de forma definitiva, que tivesse havido a explosão, perante alguns membros do Congresso, ela reconheceu que no caso da bomba ter explodido, as suspeitas recaem sobre a África do Sul e Israel. Algumas fontes próximas da Casa Branca confirmaram que uma possibilidade discutida pelos cientistas foi a de que a explosão correspondesse a uma bomba de neutrões, uma arma de baixo teor, cuja chuva radioactiva não avança muito na atmosfera.

Do ponto de vista logístico e militar, a controversa bomba de neutrões pode servir aos propósitos da África do Sul e de Israel. Essa bomba foi projectada para ser utilizada em lugares próximos e para causar danos mínimos às propriedades. Assim, ela poderia ser adaptada para ser lançada num bantustão ou numa capital africana não muito distante, como por exemplo Maputo ou Salisbúria. Ou, no caso de Israel, em Gaza ou na Cisjordânia, Damasco ou Bagdade.

Mas os cientistas de Arecibo, em particular Lewis Duncan, defendem os aparelhos e os registos por eles fornecidos. Ele disse, que se os interesses fossem outros, a leitura dos aparelhos teria sido aceite pacificamente...

Finalmente, a Casa Branca não deu importância às evidências reunidas pelos cientistas que trabalham com o sensível radar norte-americano em Arecibo, Porto Rico, ao acusarem uma onda na ionosfera que poderia ter sido causada pela explosão de 22 de Setembro. Os experts da Casa Branca sugeriram que os equipamentos eram ainda novos demais e, portanto, pouco testados para se confirmar a veracidade dos seus registos.

Duncan queixou-se de que a informação de Arecibo foiposta de lado sem uma análise adequada por parte dos membros da equipa de pesquisa da Casa Branca. «Tudo isso me frustrou muito», disse-nos ele. «Nunca mais fomos chamados para testemunhar na Casa Branca depois de alguns dos seus membros terem posto em causa os nossos dados. Eu acho que eles poderiam ter esclarecido muitas dúvidas se me tivessem dado a oportunidade de fazer uma nova exposição perante o Comité».

O antigo chefe de Informações da Força Aérea, major-general George

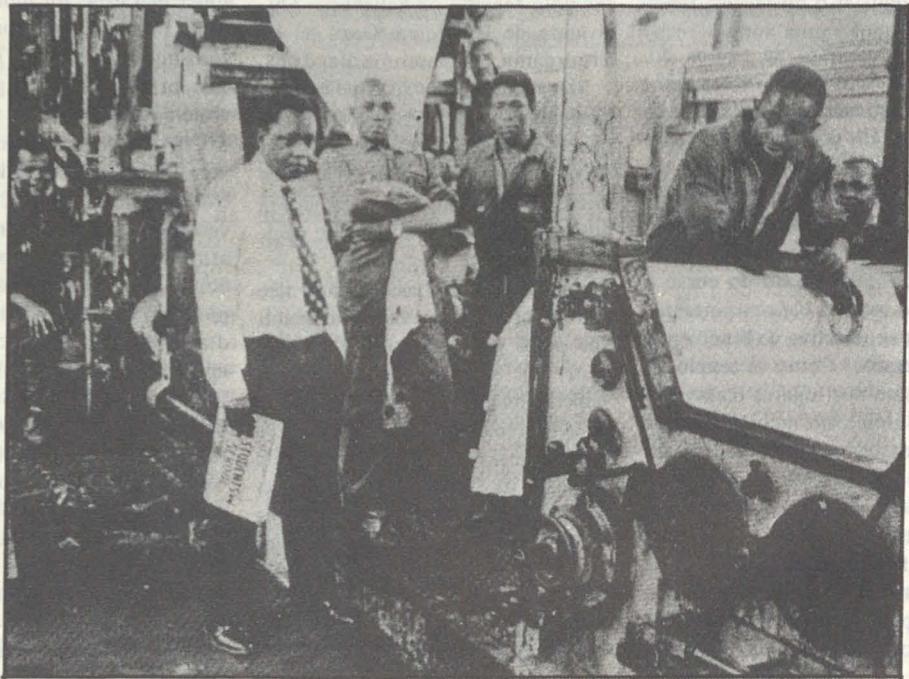
Keegan — um direitista pró-Israel — declarou à rede BBC de televisão: «Na minha opinião, o que realmente ocorreu foi uma explosão nuclear na alta atmosfera, provavelmente lançada por um míssil localizado num navio de guerra da Marinha sul-africana, e poderia ter sido uma operação conjunta com os israelitas».

Dentre as perguntas sem resposta, ainda fica esta: foi uma companhia norte-americana que forneceu o sistema que os israelitas e sul-africanos usaram para fazer explodir a sua arma nuclear?

Um veículo adequado para se usar num teste nuclear marítimo é o míssil *Gabriel* ou o *Jericho*, que podem carregar armas nucleares. Mas as armas táticas, como também a bomba de neutrões, podem ser explodidas também por um *howitzer*, de 155 metros, e é exactamente esse aparelho que clandestinamente foi fornecido à África do Sul pela *Space Research Corp. of Vermont* (Corporação de Pesquisas do Espaço de Vermont) conhecida como *Sabre Industries*, juntamente com 50 mil projéctéis de artilharia, numa violação ao embargo de armas dos Estados Unidos contra o regime do *apartheid*. Essa firma tem um longo e obscuro relacionamento com a África do Sul, com Israel e com a CIA. Dois dos seus mais altos funcionários, Gerald V. Bull e Rodgers Gregory, foram inculpados e sentenciados a seis meses de prisão.

São poucos os que duvidam de que a África do Sul e Israel vêm desenvolvendo verdadeiros arsenais de armas nucleares, entrando assim no «clube nuclear». Falta ver se a nova administração norte-americana, que tem todos os elementos para verificar testes nucleares, admite que eles realmente acontecem ou se continuará a encobri-los. □

A mordaça Sul-africana



Oboza, director do jornal «The World» também suspenso pelas autoridades sul-africanas

Pouco antes de 1980 chegar ao seu termo, o regime de minoria branca de Pretória assestou duros golpes na imprensa e nos jornalistas negros. Provou assim, uma vez mais, que nega à população de cor o exercício de todos os seus direitos, incluindo o acesso à informação.

O acto mais saliente de toda uma escalada repressiva foi a ordem de proscrição emanada pelo Governo contra Zwelakhe Sisulu, chefe de redacção do semanário *Sunday Post* e presidente do Sindicato de Trabalhadores da Imprensa (MWASA). O MWASA agrupa os trabalhado-

res negros do sector da informação; tal como são negros a grande maioria dos leitores do «Sunday».

Sisulu, de 29 anos, é um dos mais importantes dirigentes da jovem geração em luta pelas liberdades. Jornalista, sindicalista e militante, é um eloquente ora-



dor e há algum tempo tem vindo a ser alvo de ameaças de morte por parte de organizações de extrema-direita. O jornalista agora proscrito é filho de Walter Sisulu, o «número dois» do Congresso Nacional Africano (ANC) o movimento de libertação que luta contra a segregação racial, posto «fora-da-lei» desde 1960. Zwelakhe Sisulu é sobrinho de Nelson Mandela, o líder do ANC. Tanto Mandela como o seu pai foram condenados a prisão perpétua pelo regime do **apartheid** e desde há seis anos que jazem na ilha-prisão de Robben Island. A sua mãe, de 67 anos, encontra-se proscrita desde 1974.

A ordem de proscrição, que foi igualmente aplicada ao vice-presidente do MWASA na província de Natal e correspondente da BBC de Londres, Matimuthu Subramoney, terá a duração de três anos e representa uma espécie de «morte civil». Implica, neste caso, a proibição de exercer a profissão de jornalista, de ensinar e de escrever, assim como participar em manifestações públicas, salvo como mero espectador.

O proscrito não pode receber em sua própria casa mais de uma pessoa de cada vez, excepto os familiares mais próximos. Não pode igualmente mudar de residência, no caso de Sisulu, ele não poderá sair do Soweto, do bairro de Joannesburgo, onde reside, todos os dias entre as sete da noite e as seis da manhã nem aos fins-de-semana e feriados.

Concebida para reduzir à inactividade os militantes políticos e sociais, a ordem de proscrição

pende actualmente sobre 160 pessoas, sete das quais são jornalistas. Para a decretar não é necessário tribunal ou mover processo. Basta que as autoridades invoquem a Lei de Segurança Interna – no caso de Sisulu limitaram-se a acusá-lo de «hostilidade para com o Estado» – e não há possibilidade de recorrer.

A Lei de Segurança Interna e a própria Constituição do Estado sul-africano foram aprovadas por um Parlamento em que se acham representados apenas os 3 milhões e 750 mil brancos.

Os 17 milhões e 750 mil habitantes de cor não podem votar nem ser eleitos. Estas leis, para além de terem o mesmo valor moral de um acto ditatorial, contam com a agravante do seu conteúdo racista. No entanto, o regime do **apartheid** invoca-as constantemente para proscrever, encarecer, reprimir e torturar todo aquele que se destaca na luta por uma sociedade multiracial.

O governo de Pretória já há algum tempo tinha debaixo de mira o jovem Sisulu. O sindicato a que este presidia acabava de obter uma estrondosa vitória após quatro semanas de greve nos quatro periódicos da «Angus», o poderoso consórcio de imprensa em idioma inglês. A 23 de Dezembro, os empresários aceitaram as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores e aceitaram reconhecer oficialmente o MWASA.

No dia seguinte, quando as duas partes se dispunham a reiniciar o trabalho, o governo anunciou a suspensão dos quatro jornalistas, todos eles dirigidos para a população negra,

medida esta que foi interpretada como uma escalada de duras restrições impostas à imprensa no seu conjunto. Os jornais suspensos foram: – o *Sunday Post*, o *Saturday Post*, o *Post Transvaal* e o *Sowetan*. Desta vez o pretexto invocado foi um artigo da Lei de Segurança segundo a qual o regime pode retirar a licença de publicação a todo e qualquer jornal que deixe de aparecer nas bancas durante mais de trinta dias. Os advogados da «Angus» provaram que se havia cumprido com todas as disposições previstas naquela lei de exceção, mas os seus argumentos não foram levados em conta. Para que voltem a circular, os proprietários dos jornais terão de pagar uma multa no montante de cerca de 200 mil dólares e aguardar várias semanas de trâmites burocráticos.

Para o regime de Pretória, os proprietários da «Angus», não obstante a sua fidelidade ao **establishment**, mostraram-se «brandos» em relação ao sindicato e daí a sua severa e onerosa advertência. E reconheceram em Sisulu e nos dirigentes da MWASA uma ameaça em progressão. Mas enquanto estes receberam uma crescente adesão por parte da população oprimida, a medida repressiva de Pretória viu-se energicamente criticada por núcleos de brancos partidários de uma liberalização do regime, o que provocou maiores contradições no seio do sistema. Enquanto isso, no exterior, os interlocutores europeus e norte-americanos de Pretória viraram-se em dificuldades para justificar este novo acto de intolerância do regime racista. □



Samora Machel no encerramento do SADCC-2

A união faz a força

Os países da Linha da Frente reúnem-se e decidem resolver os seus problemas económicos e sociais através de um esforço conjunto

Etevaldo Hipólito

A Segunda Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral, ou SADCC-2, realizou-se nos dias 27 e 28 de Novembro em Maputo, Moçambique. O encontro reuniu delegações de vinte e nove nações e representantes de dezasseis organismos internacionais especializados. O objectivo dos debates foi encontrar uma linha comum de aplicação de recursos provenientes de diferentes fontes, segundo um projecto que viesse atender às necessidades de âmbito regional.

A realização do encontro veio coroar uma série de esforços feitos no sentido de aprofundar as relações estabelecidas entre os países da Região, particularmente os integrantes da Linha da Frente, ao longo dos últimos anos. À medida que o Zimbabwe prosseguia a caminho da libertação, os dirigentes políticos locais perceberam a necessidade de se dar um novo passo na luta pela independência — na maioria dos casos, muito recente — conferindo-lhe um novo conteúdo. Esta não é apenas compreendida como um rompimento

político formal com a potência colonizadora, antes equivale a uma completa recolocação de questões directamente relacionadas com o desenvolvimento do país.

No caso de Moçambique, Angola e Zimbabwe, além de se procura escapar a uma nova forma de controlo, tanto da parte de Londres como de Lisboa, colocava-se a necessidade de desarticular o esquema de dominação montado pela África do Sul.

Desde o seu princípio, a SADCC representou uma nova estratégia de



desenvolvimento para a África Austral, contrapondo-se, dessa forma, aos planos de Pretória, que pretendia implantar na região uma constelação de Estados dependentes. Os planos sul-africanos foram vistos como uma tentativa de colocar os países da zona numa situação de irreversível dependência, «transformando os Estados livres da África Austral em algo pouco mais que bantustões. A constelação é simplesmente o *apartheid* como forma de política externa».

Apoio Solidário

No seio da Linha da Frente — Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia — a cooperação regional é esboçada a partir do apoio solidário e militante aos povos em luta contra a presença colonial. A nova etapa que se vislumbra será a de conjugação de esforços no campo económico.

Cronologicamente esta coordenação regional tem início em Maio de 1979, quando os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da

Linha da Frente se reúnem no Botswana para procederem a uma análise das importantes modificações de cunho político que se vinham a operar na região. O encontro concluiu que para o desenvolvimento harmonioso da África Austral era necessária uma integração em diferentes níveis, devendo concretizar-se de forma rigorosamente pragmática. Ao mesmo tempo em que se valorizava a prioridade dos projectos de vantagens mútuas, os participantes da Conferência opuseram-se à criação de numerosas e inviáveis instituições regionais.

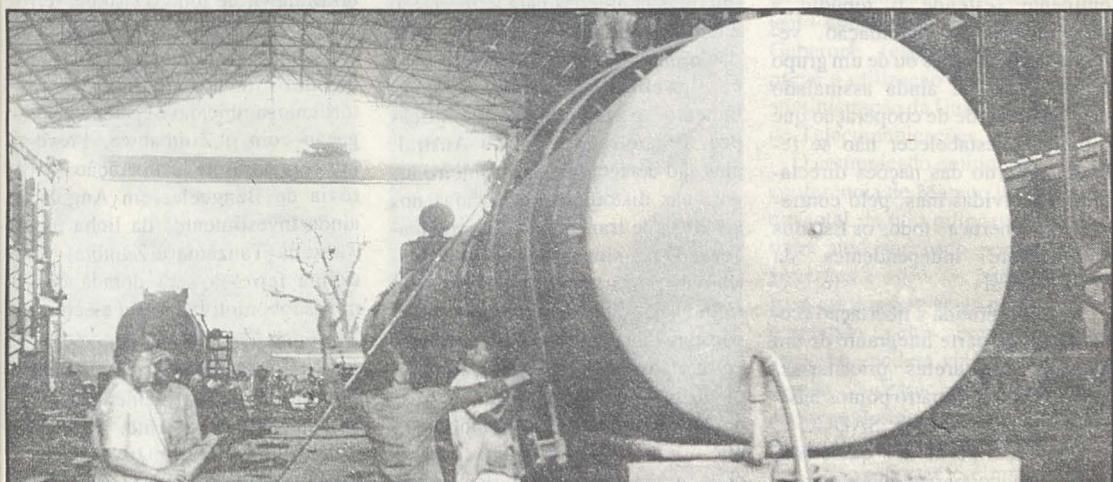
Em Julho do mesmo ano realizou-se a SADCC-1, desta vez na cidade de Arusha, na Tanzânia. Ao encontro compareceram representantes de numerosos países, que tornaram conhecimento das áreas passíveis de cooperação no âmbito regional: transportes e comunicações, agricultura, florestas e pesca, energia, águas e minerais, comércio e indústria, empregos e formação profissional.

No mês de Abril de 1980 os chefes

de governo e de Estado dos países membros da Linha da Frente reuniram-se em Lusaka, na Zâmbia, para firmarem a declaração intitulada «África Austral: rumo à libertação económica».

Dois factos importantes marcaram o encontro: a adesão do Lesoto, Malawi e Swazilândia, países marcados por uma forte dependência da África do Sul, e a presença de Robert Mugabe, quando o Zimbabwe ainda não era independente. Ao rubricar o documento, o dirigente zimbabweense manifestou claramente o seu apoio à SADCC.

A etapa seguinte, que precede a realização da conferência em Maputo, foi realizada em Salisbúria, constituindo-se no primeiro encontro de governos africanos no Zimbabwe recém-libertado. E no dia 11 de Setembro que vinte e um ministros dos novos países membros desse organismo regional concluem os trabalhos preparatórios da Segunda Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. O comunicado emitido no final dos



Desde o SADCC-1 discutem-se as possibilidades de cooperação na área dos transportes

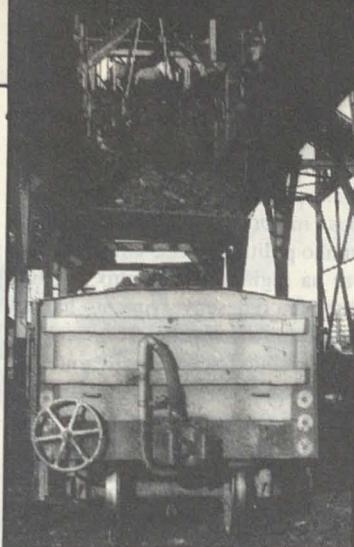
debates indica as linhas básicas que norteiam a iniciativa e dá uma visão panorâmica dos estudos que estão sendo feitos com vistas à captação de recursos para diferentes áreas.

A declaração de Lusaka

De uma maneira geral, os discursos pronunciados durante a SADCC-2 tomaram como marco de referência a Declaração de Lusaka. A mensagem contida nesse documento refere que o interesse dos povos da África Austral impõe a eliminação dos vínculos de dependência com relação a Pretória, rompendo com os perigos de uma fragmentação económica através da coordenação das políticas de desenvolvimento a nível nacional e regional. Essa actuação conjunta, ao mesmo tempo que fortalece as nações signatárias, deverá conformar uma base de apoio mais sólida para a Namíbia.

Um aspecto importante da declaração é que, embora dedicada em grande parte a analisar a forte presença sul-africana nessa parte do continente, estende o repúdio a novas formas de dominação, vê-nham elas de um país ou de um grupo de países. Ficou ainda assinalado que a modalidade de cooperação que se pretende estabelecer não se fechará em torno das nações directamente envolvidas mas, pelo contrário, estará aberta a «todos os Estados genuinamente independentes da África Austral».

Uma vez definida a libertação económica como parte integrante de um programa de tarefas prioritárias, foram retomados quatro pontos básicos estabelecidos pela SADCC-1, em Arusha, a partir dos quais será orientada a cooperação internacional: 1 — reduzir a dependência eco-



Minerais: um intercâmbio indispensável

nómica, particularmente, mas não apenas, em relação à África do Sul; 2 — forjar os laços necessários para criar uma verdadeira e justa integração regional; 3 — mobilizar recursos para promover a implantação de políticas a nível nacional, entre Estados e Regiões, e 4 — actuar de forma coordenada, visando assegurar a cooperação internacional no quadro de uma estratégia de libertação económica.

A Conferência de Maputo concluiu que, do ponto de vista económico, as condições para a libertação e desenvolvimento poderão ser criadas a partir do momento em que se consiga eliminar pontos de estrangulamento perfeitamente identificados. Em relação à África Austral, eles são detectados, em primeiro lugar, nas distorções verificadas nos sistemas de transportes e comunicações. Duas situações bastante ilustrativas passaram a ser citadas com frequência. Em Moçambique, como consequência da política conjunta entre o governo colonial português e os dirigentes de Pretória e Londres, nenhuma via férrea de importância une o país do norte ao sul (a parte mais extensa do território), mas, pelo contrário, corta a nação ao

meio, dirigindo-se para a África do Sul ou para a ex-Rodésia. Outro exemplo refere-se a Angola. Para telefonar de Luanda para Salisbúria situada a apenas 1800 quilómetros tem-se que recorrer a um circuito que conduz primeiro à Europa.

Infra-estruturas

Ao todo, foram discutidos pelo membros da SADCC, 97 projectos sobre recuperação e instalação de estradas, ferrovias, portos e transporte marítimo, aeroportos e transporte aéreo e telecomunicações. O custo dos empreendimentos alcança em números redondos, a casa de dois biliões de dólares. Oito desses estudos referem-se a programas regionais e incidem, em parte, sobre formação profissional.

O maior volume, no entanto, será aplicado nos sectores ferroviário e marítimo, que consumirão aproximadamente 950 milhões de dólares. No primeiro caso, os trabalhos prioritários deverão concentrar-se na recuperação da linha férrea que une Nacala, em Moçambique, à fronteira do Malawi; de todo o sistema ferroviário do Botswana; da linha entre Moçambique e a Suazilândia; e ainda de outros trechos que saem do território moçambicano e estabelecem ligação com o Zimbabwe. Prevê-se também obras de recuperação da ferrovia de Benguela, em Angola, e ainda investimentos da linha férrea Tanzam (Tanzânia e Zâmbia). Esta última ferrovia será dotada de 25 novas locomotivas diesel eléctricas.

A modernização e a reorganização do sistema de transporte por via férrea virá alterar enormemente a situação até agora existente. Porém, o factor fundamental em tudo isso foi a independência do Zimbabwe. Para o intercâmbio com o exterior, tanto a



ex-colónia da Rodésia do Sul como a Zâmbia dependiam do Botswana para alcançar os portos sul-africanos. Em menor escala, recorria-se ao complexo portuário de Moçambique. Antecipando-se à instalação de um governo revolucionário em Maputo, e como forma mais viável para furar o bloqueio decretado pelas Nações Unidas, os dirigentes racistas rodesianos instalaram, em 1974, uma linha ferroviária que tornava possível o contacto directo com a África do Sul. No entanto, em consequência da posição geográfica que ocupa na região — maior proximidade dos portos de Maputo e Beira com o Zimbabwe, a Zâmbia, o Malawi e o norte de Botswana —, Moçambique permaneceu sempre como reserva, tendo nos seus terminais marítimos uma espécie de capital immobilizado.

Hoje, com o quadro político da região bastante alterado, torna-se compreensível a importância do papel reconhecido a Moçambique no tocante aos portos, e a evidente con-

vergência, para o seu território, de grandes projectos de transporte marítimo. Só na capital, prevê-se a realização de obras no canal de acesso ao porto para permitir o atracamento de navios de até 100 mil toneladas, além da implantação de um moderno sector de contentores. Na Matola, subúrbio de Maputo, será construído um terminal para embarque de carvão.

No total, o orçamento elaborado prevê investimentos da ordem dos 183 milhões de dólares. Outros 185 milhões serão gastos na construção ou recuperação de infra-estruturas nos portos da Beira e Nacala.

Romper com a dependência

No caso das telecomunicações, a SADCC-2 estudou 21 projectos, avaliados em 120 milhões de dólares. Como resultado desse investimento, a África Austral passará a contar com um moderno sistema que romperá com a dependência dos países da região em relação à Europa.

Ligações telefónicas ou via telex, para o próprio continente e outras áreas, já não terão que passar prioritariamente por centros situados fora do continente. O que se procura é determinar que a conexão com um sistema internacional passe antes pela integração a nível nacional e regional.

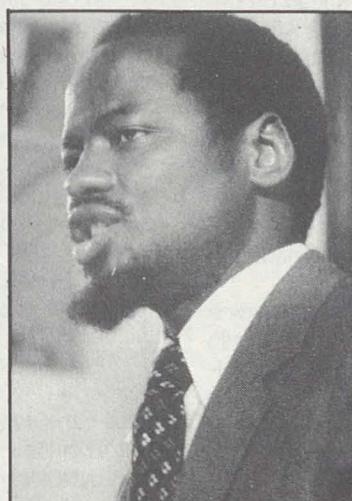
Um número apreciável dos planos estudados refere-se à utilização de micro-ondas. A maior parte deles concentra-se em Moçambique. Eles possibilitarão o estreitamento de contactos com a Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Tanzânia. Excepto a Zâmbia, que planeia ampliar a sua estação terrestre, Angola, Moçambique, Suazilândia e Zimbabwe colocaram a necessidade da instalação de unidades voltadas para a comunicação via satélite.

O Botswana, por sua vez, e em parte para resolver problemas de comunicação dentro do seu próprio território — um dos mais extensos e menos povoados da região — propôs a montagem de um complexo que permitirá cobrir de forma permanente as pequenas comunidades rurais disseminadas pelo país. O projecto apresentado pelo Governo de Gaberone (capital do Botswana) prevê a utilização de satélite, sob a administração da União Pan-africana de Telecomunicações.

O comunicado emitido no final da conferência de Maputo indicava que um total de 650 milhões de dólares tinha sido aprovado por diferentes governos e agências internacionais. Essa cifra refere-se ao período compreendido pelos próximos cinco anos, que poderá vir a ser reforçada com a concessão de novos investimentos. O grosso dessa quantia será utilizado prioritariamente nos sectores de transportes e comunicações, reconhecidos pelas delegações como



Peter Mmusi, ministro das Finanças e Desenvolvimento do Botswana e presidente do SADCC-2



Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique

pré-requisito necessário para o incremento da produção e do comércio na região. De início, os programas estudados deverão concentrar-se na reabilitação e reconstrução da infra-estrutura existente.

Outros projectos

Foi ainda, em princípio, aprovado um projecto de assistência técnica e financeira, que inclui consultação de serviços, a ser aplicado na Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral. Nos mesmos moldes, os participantes da conferência prometeram apoiar o programa regional para Segurança Alimentar e

de Planificação da Energia.

Ao intervir numa das sessões da SADCC-2, o senador Bernard Chidzero, ministro zimbabwense do Planeamento e Desenvolvimento Económico, fez uma sucinta exposição sobre algumas áreas que futuramente exigirão a canalização de recursos internacionais. Segundo declarou, o Comércio e a Indústria oferecem um bom exemplo de como a cooperação poderá conduzir a novas oportunidades para investimentos, através do estabelecimento de novos empreendimentos baseados em mercados mais amplos. A implantação de tais zonas de intercâmbio poderia fazer surgir a criação de indústrias comuns, pela remoção de barreiras al-

fandegárias ou através da promoção de oportunidades de comércio.

O ministro zimbabwense focou ainda a questão do aproveitamento do potencial energético da África Austral, quer na sua utilização local quer como fonte de divisas. As reservas de carvão existentes poderiam, com base num projecto de desenvolvimento de uma tecnologia apropriada, ser utilizadas para a obtenção de derivados do petróleo. Caso essa perspectiva não se concretize, os depósitos existentes constituem por si mesmos uma importante alternativa para um mundo cuja procura no campo energético se torna cada vez mais premente. Para os países da zona austral, o potencial hi-

Vantagens da cooperação regional

Na abertura da II Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral, o presidente Samora Machel analisou as dificuldades dos países da região em concretizarem a sua integração económica, condição vital para pôr fim à dependência em relação à África do Sul. Eis alguns trechos do seu discurso:

«A luta que travamos pela redução da dependência, em particular em relação à África do Sul, é parte integrante e essencial da luta pelo direito dos nossos povos ao desenvolvimento que lhes permita usufruir dos frutos do seu trabalho.»

«Por outro lado, a dependência dos nossos países em relação à África do Sul foi concebida como um instrumento para o fortalecimento e defesa do regime do apartheid, condenado por toda a comunidade internacional.»

«A luta pela real independência económica dos nove países da região não é um processo fechado. Ela insere-se na luta geral da humanidade, pela libertação política, pela emancipação económica e social dos povos. Consolidar a independência dos países livres da região, significa enfraquecer o regime racista e criar as condições para que os povos ainda dominados possam participar plenamente neste nosso grandioso projecto.»

«Logo que a Namíbia seja independente e o apartheid seja liquidado na África do Sul, estes países poderão com pleno direito beneficiar das vantagens da cooperação regional que estamos a estabelecer.»

«A luta pelo aproveitamento dos recursos naturais da nossa zona em benefício dos nossos povos não é dirigida contra qualquer país ou grupo de países. Ela não entra em conflito com qualquer das demais instituições regionais e inter-regionais existentes. O subdesenvolvimento em que se encontra a África Austral é o inimigo comum.»

Para o nosso desenvolvimento devemos contar, em primeiro lugar, com as nossas próprias capacidades e experiência. E indispensável, para isso, fazermos a inventariação da capacidade e experiência de cada um dos nossos nove países em todos os sectores de actividade, para podermos beneficiar delas na nossa cooperação.»



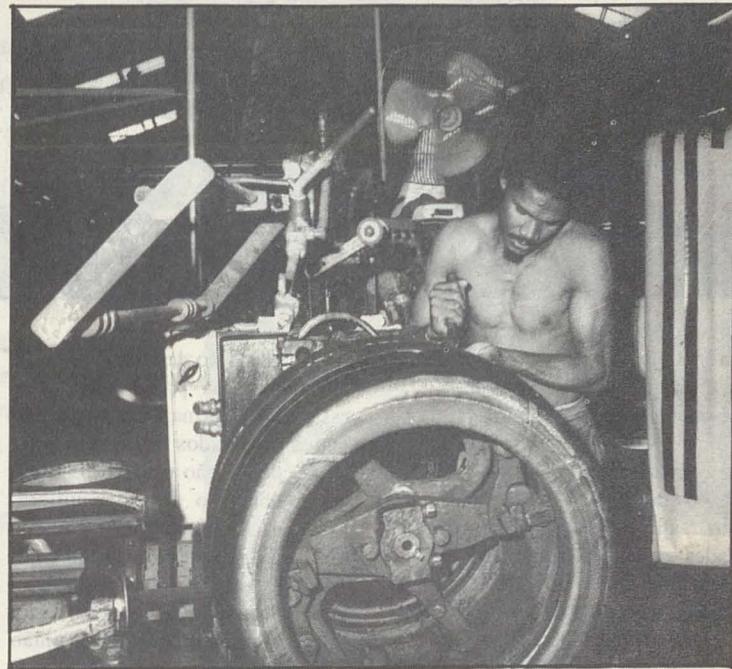
droeléctrico dos seus territórios oferece um conjunto de oportunidades para a cooperação regional, particularmente no caso dos rios de fronteira comum.

Por outro lado, em atenção ao volume de exigências passíveis de serem equacionadas em projectos, já se delineia a necessidade de uma instituição financeira para captar fundos de desenvolvimento. De início, o conveniente seria a utilização das instituições existentes, menos naqueles casos em que projectos interestatais de grande envergadura venham a exigir a implantação de mecanismos especiais. As formas de captação de recursos e administração de fundos encontram-se neste momento em fase de estudo.

Evitar duplicação de esforços

A formação de mão-de-obra para suprir as procura provenientes de diferentes campos é um dos principais problemas para se alcançar a independência política. Além da educação, a formação profissional também faz parte das suas prioridades. E este é um esforço que, através da cooperação a nível regional, poderá ser recompensado se se recorrer à especialização já existente, evitando a duplicação de esforços. Um estudo neste sentido também já se encontra em fase de elaboração.

No entanto, o sector que afecta a maioria da população na Região é a agricultura. São muitos os problemas. Eles abrangem o controlo de epidemias e pragas que afectam rebanhos e colheitas. Por outro lado, uma grande parte da região é semi-árida, o que confere grande importância para milhões de pessoas às pesquisas em torno de melhores técnicas de cultura, a fim de se enfrentar às condições climáticas. O planea-



mento conjunto de uma série de medidas a serem seguidas para se enfrentar estes e outros problemas conduzirá à formulação de uma estratégia de segurança alimentar. Isso equivale a intensificar o intercâmbio de opiniões e experiências entre os países interessados, ao desenvolvimento de um banco de dados e de um pronto sistema de segurança.

A população da área da SADCC conta, neste momento, com aproximadamente 60 milhões de pessoas. Apesar da importação de grãos chegar à casa de 1,5 milhões de toneladas, o que equivale a 20% da procura, a disponibilidade de alimentos na região é estimada em 10% abaixo das necessidades básicas de nutrição. Em 1990 esses países contarão com 80 milhões de habitantes, exigindo, por sua vez, acima de 20 milhões de toneladas anuais de alimentos, a maior parte dos quais em

forma de grãos. Em boas condições climáticas, a produção actual de cereais coloca-se bem abaixo dos 10 milhões de toneladas, o que leva a que dentro de uma década as necessidades se elevarão a 15 milhões de toneladas. Isso quer dizer que nesse mesmo período será necessário fazer a produção de cereais aumentar em mais 50%.

Um problema que se coloca quando se analisa a produção animal é o da enfermidade que com frequência compromete o desenvolvimento dos rebanhos. Febres e epidemias chegaram já a causar a morte de até 40% do gado nascido em alguns países da zona da SADCC. Por sua vez, a mosca *tsé-tsé* reduziu a metade as condições de certas áreas para a exploração de rebanhos. Os prejuízos não se referem apenas às cabeças de gado, mas também à queda verificada na elaboração e no



comércio de produtos de origem animal.

O ministro zimbabwense do Planeamento e Desenvolvimento Económico, Bernard Chidzero, depois de constatar a existência de recursos físicos de base suficientes para produzir alimentos acima das necessidades actuais, resumiu as questões mais relevantes que a situação coloca:

1 — necessidade de uma tecnologia apropriada e sua aplicação efectiva a nível da produção;

2 — exploração de recursos natu-

rais sem a sua destruição;

3 — aplicação de tecnologia e financiamento na preservação, processamento e armazenagem de alimentos produzidos na área;

4 — cooperação a nível de Estados para a obtenção de um equilíbrio alimentar no conjunto da região.

No seu discurso de encerramento, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, declarou que o factor de união que animou o encontro baseava-se na elevação do bem-estar material e que o sucesso na consecução dos objecti-

vos de cooperação regional só seriam alcançados na unidade, no contexto da cooperação global. «Independentemente da diversidade dos nossos sistemas políticos e económicos, sempre encontraremos o caminho correcto para que nos nossos países se consolide a paz, floresça o progresso e cresça constantemente o bem-estar material e social dos nossos povos. Nesta marcha, liquidamos definitivamente a fome, a miséria desta zona do nosso continente e contribuiremos para o progresso da humanidade.»

Combater a dependência da África do Sul

No seu discurso durante a última reunião de Maputo o ministro das Finanças e do Desenvolvimento do Botswana, P. S. Mmusi, falou dos problemas que enfrentam os países da África Austral para romperem os laços de dependência com a África do Sul:

«As circunstâncias específicas da África Austral dão significado especial a esta demonstração de interdependência global. A vitalidade própria dos nossos povos foi, por largo tempo, sabotada pelo histórico processo do subdesenvolvimento. E hoje, embora os países da África Austral aqui representados tenham visto o fim da dominação colonial, os modelos do subdesenvolvimento e da dependência estabelecidos num período anterior ainda persistem.

«Persistem, acima de tudo, por causa da dominação da República da África do Sul em muitos sectores da actividade económica na nossa região.

Em variados graus, todos nós estamos adversamente afastados pelos injustos elos que atam os países membros da SADCC à África do Sul nos transportes e comunicações, nos investimentos, no comércio, no tráfego de mão-de-obra.

«Por isso, a luta pela paz e pelo progresso para os nossos povos não pode ser separada da luta para reduzir a nossa dependência, e, em especial, a nossa dependência do poderoso vizinho, cuja política racista é inaceitável não apenas para a África mas também para toda a comunidade internacional.»

A hora da reconstrução

A ditadura de Amin e a guerra civil deixaram o país em ruínas.

Milton Obote, que voltou a assumir a presidência, enfrenta problemas imensos; o colapso económico, a virtual ausência do Estado e um país dividido

Gabriel Omotozo



Milton Obote

EM 15 de Dezembro último, quando assumiu a presidência do Uganda, Apollo Milton Obote converteu-se no primeiro governante da África que após ter sido afastado do poder por um golpe militar, recuperou a presidência por via eleitoral.

Entre um episódio e outro, o país sofreu uma das maiores tragédias contemporâneas. Obote foi derrubado em 25 de Janeiro de 1971 quando se encontrava em Singapura a assistir à conferência da Commonwealth, da qual o Uganda é país membro. O usurpador foi o general Idi Amin Dada que instalou uma di-

tadura feroz, agudizou as contradições étnicas, provocou o caos económico e social e manchou o prestígio do seu país, donde tinham florescido alguns dos mais importantes centros culturais do continente.

Amin não perdoava ao presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, o facto de ter concedido asilo a Obote. Efetuou uma série de provocações contra o seu vizinho que culminaram numa invasão militar a parte do território tanzaniano. A invasão foi repelida e, pouco depois, efectivos da Frente de Libertação Nacional do Uganda, que reuniu os principais núcleos opositores à ditadura, e um

corpo militar da Tanzânia, iniciaram as operações que terminaram com a fuga de Amin, a 11 de Abril de 1979.

O desastroso regime de Amin e a cruel guerra civil deixaram o país em ruínas. Iniciou-se em seguida um processo cheio de dificuldades, devido aos conflitos internos e à virtual inexistência do aparelho de Estado, cuja primeira etapa ficou concluída com as recentes e agitadas eleições.

O Congresso do Povo Ugandês (CPU), de Obote, obteve a maioria absoluta, assegurando com os seus 68 lugares o controlo do parlamento. O Partido Democrático (PD) dirigido por Paul Semogerere, conservador,



Um país devastado pela fome

pró-occidental e apoiado pelo Quénia, alcançou a segunda posição com 48 lugares, não reconhecendo a vitória do seu rival. O PD acusou o regime militar de ter cometido fraude, levou a tribunal doze casos de irregularidades e atribui-se o triunfo. O novo período começou, pois, com uma virulenta reacção da principal coligação opositora. Por seu lado, o Movimento Patriótico Ugandês, de Yoweri Museveni, sustentado pelo Sudão, recebeu apenas um lugar.

Obote apoia-se na sua posição maioritária, no novo exército nacional e no progressista governo da Tanzânia cujo líder, o «Mwalimu» Nyerere, é seu amigo pessoal. Ambos se encontram entre os precursores do socialismo africano.

O presidente ugandês agora eleito, aderiu a essa linha em 1969, quando proclamou a «Carta do Homem Médio». Até aí, tinha efectuado uma política de equilíbrio entre os distintos sectores sociais e as diversas etnias do país, que pertencem basicamente a dois grupos — o nilótico e o bantu

—, mas apresentam numerosas subdivisões.

A Carta continha um amplo repertório de reformas de estrutura: a africанизação do comércio, monopolizado pelos hindus, nacionalização de grandes empresas transnacionais e da banca, controlada por capital inglês. A reforma agrária foi executada sem distinção de tribos mas golpeou profundamente a oligarquia buganda, a sua pior adversária.

Na realidade, Obote, grande conhecedor das complexidades étnicas do país, quis governar por cima delas e alcançar mediante reformas à escala nacional, a integração e a unidade do Uganda.

Esse é o grande objectivo que hoje continua a perseguir. Nele se enquadra o seu primeiro acto de governo — a libertação de Godfrey Binaisa, o presidente que sucedeu a Amin, em prisão domiciliária desde Maio de 1980.

As tarefas que o aguardam são, porém, descomunais. A economia encontra-se num estado calamitoso: o Produto Interno Bruto diminuiu em

3 por cento, as duas principais produções do país — o chá e o algodão — desceram em 40 e 50 por cento respectivamente, e a inflação chegou a 500%.

Nalgumas áreas do país a economia está arruinada e reina a fome. As regiões assoladas pelo banditismo mostram fortes tensões tribais, em particular na província de Arua, a praça-forte de Amin.

Como disse o líder do CPU, «tais condições há que articular programas apropriados para um país deriva. Não obstante os seus drásticos problemas, o Uganda saiu de um longo pesadelo e recuperou esperança».

Quanto ao próprio Obote, que tinha fama de impulsivo, diz-se que os anos passados junto do prudente Nyerere lhe serviram para realizar um processo de amadurecimento. Este fogoso orador durante a sua campanha fez gala de moderação, surpreendendo aqueles que o conheciam. Pensa-se que aos 56 anos Obote prometeu a si próprio não repetir os erros do passado.



Retorno dos refugiados a N'Djamena através da fronteira natural do rio Chari

O fim de quinze anos de guerra civil?

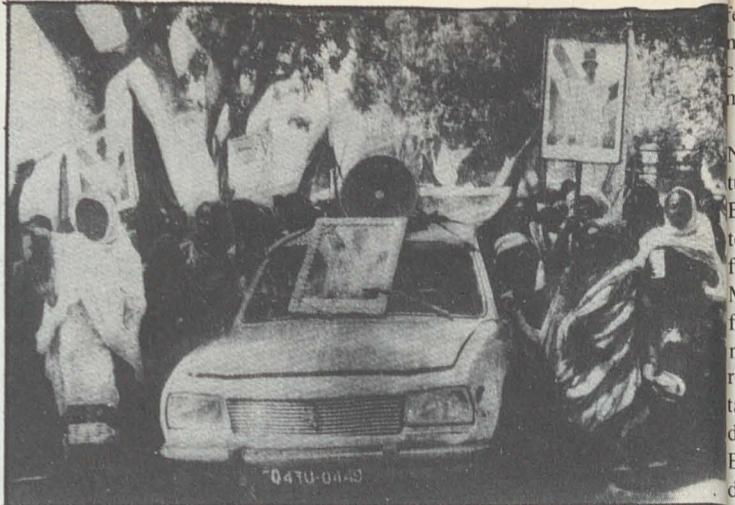
A conquista de N'Djamena culminou a ofensiva das tropas governamentais, infligindo uma derrota decisiva ao exército de Hisséne Habré. Mas a presença de tropas líbias no território do Chade e o projecto de união com Tripoli levaram algumas capitais africanas a reagirem agressivamente contra o GUNT de Goukouni Oueddei, apoiadas por novas ameaças de intervenção vindas de Paris.

Carlos Pinto Santos

A calma reina finalmente em N'Djamena desde a madrugada de 15 de Dezembro. Nos escombros da cidade, destruída por nove meses de guerra civil, a vida começou de novo. As estruturas administrativas e os serviços básicos mínimos recuperam lenta e penosamente. Os seus habitantes tornaram a atravessar o rio Chari vindos dos vizinhos Camarões, onde se tinham refugiado oito dias antes quando as tropas do GUNT (Governo de União Nacional de Transição), chefiadas por Goukouni Oueddei, desencadearam a ofensiva final contra as posições das Forças Armadas do Norte (FAN) de Hisséne Habré, que, a 48 horas do cessar-fogo, ainda dominavam mais de metade da capital. Só nessa zona controlada pelas FAN, até aí relativamente poupa pelos bombardeamentos, a última semana de combates causou cerca de 700 mortos entre a população civil.

Na vitória esmagadora da coligação governamental teria sido decisiva a contribuição prestada por uma foça de intervenção líbia, que, apesar dos repetidos desmentidos de Tripoli e de Goukouni Oueddei, combatiam desde há algum tempo ao lado dos soldados do GUNT.

O assalto decisivo das forças governamentais, iniciado a 6 de Dezembro seguiu-se a um intenso bombardeamento de artilharia pesada e da aviação (*Migs* e *Mirages* líbios, segundo as agências de Informação) culminando com o avanço de dezenas de blindados que desbarataram por completo as FAN. Estas, incapazes de resistirem ao poder de fogo dos adversários, evacuaram N'Djamena depois de terem destruído depósitos de munições e víveres, procurando alcançar a cidade de Abeché (a 600km para Leste), seu último reduto já cercado pelas tropas de Goukouni Oueddei. Uma parte do Exército derrotado, refugiou-se, assim como o seu chefe Habré, nos Camarões, onde foi imediatamente desarmada.



15 de Dezembro: a população de N'Djamena festeja o fim dos combates vitorioso Goukouni Oueddei

A paz é uma situação que a população de N'Djamena e os chadianos em geral desconheciam nos últimos quinze anos. E quando se preparam para a viver, ela volta a estar ameaçada.

A amarga derrota francesa e os negócios

Os novos perigos surgiram na altura em que se começou a desenhar a derrota de Hisséne Habré — mas ainda com as FAN solidamente implantadas em N'Djamena — e partiram, uma vez mais, da antiga potência colonial, a França.

Fazendo coro com os seus aliados no continente que lhe criticam a «passividade» no desenrolar dos acontecimentos, o Governo de Giscard d'Estaing levanta a hipótese de intervir, face ao que considera «invasão» e «intenções de anexação» líbias do Chade.

Nos comunicados emanados do Eliseu refere-se (nota de 13 de Dezembro) que «a França dará o seu apoio a qualquer esforço colectivo empreendido pelos Estados africanos para restabelecer a paz no Chade e preservar a unidade e manter a independência». Sem poder recorrer aos dois argumentos que servem

normalmente de suporte às suas intenções em África, apelo de um Governo «legal» (Zaire e Mauritânia, 1978; Tunísia, 1979) e proteção de cidadãos franceses ameaçados (Chade 1978), o Governo francês inova: desta vez a ameaça velada envolve-se «no esforço colectivo dos Estados africanos».

Como era de esperar, essas ameaças tomaram uma feição mais agressiva depois do inesperado anúncio do projecto de união Líbia-Chade revelado a 6 de Janeiro por Goukouni Oueddei em Tripoli. Projecto posteriormente rectificado pelo GUNT pelo próprio Kadafi: «não poderei haver por agora uma fusão da Líbia e do Chade» (21 de Janeiro).

Facilitado o pretexto, auxiliado com as críticas da Imprensa francesa a Giscard d'Estaing por este não ter sido capaz de evitar que «a Líbia alargasse a sua influência no Chade». Paris, após uma rápida consulta aos governos africanos do neocolonialismo, envia mais tropas para o continente e reforça com aparato as bases da República Centro Africana, Senegal, Costa do Marfim, Gabão e Díjibuti.

Até onde irá a arrogância do imperialismo francês com a sua mani-

festa dificuldade em aceitar a derrota num país considerado até agora como uma das suas reservas económicas e políticas?

Com a expulsão de Habré de N'Djamena e aniquilado os «sanquários» das FAN nas províncias do Biltine e Ouaddai, o governo francês tem de reconhecer que Habré é definitivamente uma carta furada. Mesmo que o antigo ministro da Defesa cumpra as promessas proferidas nos dias seguintes à sua derrota, de regressar à guerrilha nas zonas montanhosas de Abeché, junto à fronteira do Sudão (país que, tal como o Egito, não lhe regateou apoio nos derradeiros meses da guerra), pouco poderão fazer os restos de um exército desmoralizado com a perda estratégica da capital e contra quem se virá o substancial reforço de armamento expedido de Tripoli.

Caso intervissem militarmente no Chade, as forças francesas encontrariam no país o exército líbio e o confronto seria inevitável. Com efeito, a questão da presença ou não de soldados líbios em território chadiano ficou ultrapassada com o comunicado conjunto líbio-chadiano, desconhecido em Tripoli a 6 de Janeiro. Nele é explicitamente afirmado que «a Líbia enviará para o Chade, militares que ajudarão a preservar a segurança e a paz em conformidade com o tratado de defesa mútua, assinado em 15 de Junho de 1980. Qualquer ataque desferido contra uma das partes será considerado como dirigido contra a outra».

Outros motivos há de reflexão, passíveis de fazer hesitar as autoridades francesas a arriscarem um embate directo com o exército de Kadhafi a poucos meses das eleições presidenciais. Estas são de peso e concernem às relações económicas com Tripoli.

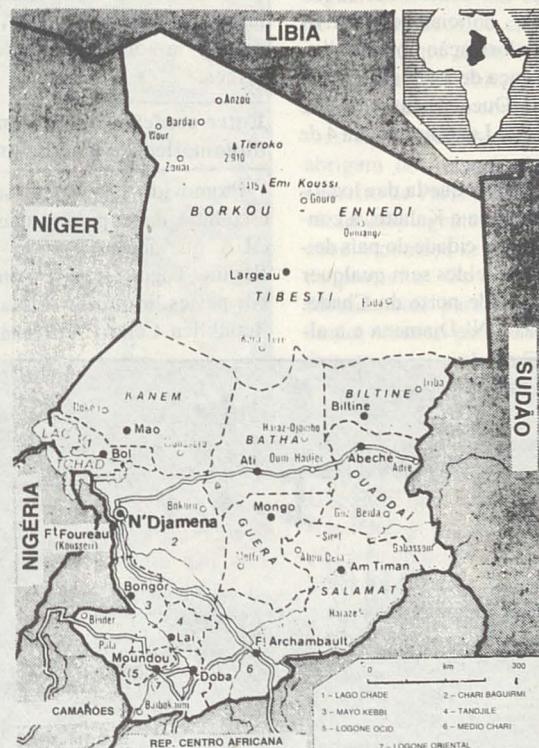
Importante cliente da indústria militar e civil francesa, com contratos em fase de execução com grandes empresas (*Dassault*, *Matra*, *Thompson-CSF*), a Líbia onde-

trabalham 3000 técnicos franceses, é um potencial comprador de tecnologia nuclear que Paris, em plena crise económica, não pode negligenciar. E se actualmente apenas cobre 2% das necessidades petrolíferas da França, a Líbia — sétimo exportador mundial com uma produção superior a cem milhões de toneladas por ano — é um fornecedor que o mercado francês não tem interesse em hostilizar.

Tanto assim que o anúncio do referido plano de fusão Líbia-Chade coincidiu no próprio dia da revelação pelo jornal *Le Monde* da assinatura de um contrato petrolífero entre a *Alf-Aquitaine* e a *N.O.C.*, organismo líbio do petróleo. Segundo o quotidiano francês, o Comité Popular de

nos meios franceses e internacionais o *Le Monde* dizia que «alguns viram na passividade francesa em relação à Líbia, na fase final do conflito chadiano, a prova de um acordo tácito entre as duas capitais tendo o petróleo como pano de fundo. O jornal retoma afirmações recentes do comandante Jalloud de que o seu país estava pronto a assinar com companhias francesas um acordo de abastecimento a longo prazo.

A coincidência é, na realidade, demasiado saliente para impedir conclusões relacionando os acontecimentos. Nesse caso, o rápido envio de mais companhias de infantaria e pára-quedistas franceses significaria essencialmente — para lá de uma real irritação sentida pelos franceses



Tripoli tinha autorizado a concessão de cinco licenças de exploração e a produção (com partilha de produção) à companhia petrolífera do Estado francês em algumas das zonas de hidrocarbonetos mais ricas da Líbia.

Comentando a surpresa provocada

ao terem sido apanhados de surpresa com a declaração de 6 de Janeiro e o reforço do exército líbio no Chade — uma medida mais destinada a tranquilizar os aliados africanos de Paris, honrando os compromissos de «protecção», do que uma intenção de

intervenção. A ser assim, Kadafi e Goukouni Oueddei têm razões supplementares para proclamarem vitória. Esta equivaleria a um golpe final nas pretensões francesas no Chade.

Os últimos meses de guerra

A tomada a 28 de Outubro da capital do Borkou-Ennedi-Tibesti (B.E.T.), Faya-Largeau, pelas Forças Armadas Populares (FAP), de Goukouni Oueddei, marcou a grande viragem na guerra civil do Chade. Para os observadores, a partir desta data ficou ditada a sorte de Hissene Habré, que explica a derrota pela intervenção de duas brigadas líbias, apoiadas por tanques e aviões. As declarações do chefe das FAN seguem-se a notícias da JANA (agência de informação líbia) assinalando a presença de Kadafi ao lado de Goukouni Oueddei num desfile militar em Faya-Largeau, no dia 4 de Novembro.

Antecedida pela queda das localidades de Chalouba e Kalaite, a conquista da segunda cidade do país deixou as forças rebeldes sem qualquer posição na metade norte do Chade, confinando-as a N' Djamena e a al-

gumas praças nas províncias de Biltine e Ouaddai, nomeadamente Abeché. Em meados de Novembro o cerco aperta-se à volta de Ati, Hadjer, Biltine e também de Abeché. A estrada de leste, que liga esta última cidade a N' Djamena é cortada, impedindo Hissene Habré de receber apoio logístico. Os combates na capital intensificam-se e, em 22 de Novembro, os soldados de Goukouni Oueddei — a quem se juntam 2500 homens do exército do coronel Kamougué, as Forças Armadas Chadianas (FAT) — chegam a 800 metros da Grande Mesquita, onde está localizado o posto comando das FAN. Desta altura até à grande ofensiva de 6 de Dezembro as posições no terreno mantêm-se estacionárias, apesar do fogo de artilharia pesada e dos bombardeamentos aéreos.

Entre conferências e manobras diplomáticas, a guerra prossegue

Promovidas, seja pelo subcomitê escolhido entre países membros da OUA que integra, desde 1979, o Benim, Togo, Guiné e Congo, quer por países limítrofes (Líbia, Sudão, República Centro Africana, Cama-

rões, Nigéria e Níger) a que se juntam algumas ocasiões outros países — sem que se compreenda por vezes a justificação exacta das presenças — como o Senegal e o Egipto, sequência interminável de conferências laboriosamente preparadas para descortinar soluções para conflito chadiano terminaram, nos últimos três anos, sempre por fracassos, reuniões anuladas, acordos não assinados ou resoluções desrespeitadas. A comparência ou a ausência dos dirigentes das partes em confronto e dos respectivos aliados pautaram-se invariavelmente pelas posições ocupadas no terreno em determinada fase da guerra, obedecendo a complexos esquemas tácticos.

Adiada a conferência de Lomé, capital do Togo, em Agosto último Ahmat Acyl, ministro dos Negócios Estrangeiros do GUNT e líder da Frente de Ação Comum (FAC) efectua uma viagem a países árabes da Europa ocidental na tentativa de angariar apoios. Por seu lado, Hissene Habré é recebido secretamente no Eliseu, onde — declara-o posteriormente com despeito — nã



As tenebrosas imagens de desolação e morte dum país mergulhado na guerra civil



Goukouni Oueddei e Abdelkader Kamougué, a vitória de mãos dadas

obtém todo o armamento com que esperava contar.

Em 19 de Outubro, depois de Goukouni Oueddei declarar «não mais negociar com Habré, porque isso é preparar nova guerra» só se deslocando a Lomé «no dia em que os países organizadores deixarem de considerar essas negociações como uma reunião de diferentes tendências chadianas» e quando elas tiverem «carácter de um encontro entre um governo legalmente reconhecido e uma tendência rebelde», fracassa novo acordo de paz na capital do Togo. O máximo obtido é uma aprovação de Habré e Oueddei (cuja par-

ticipação nas conversações se faz separadamente) sobre um projecto de cessar-fogo, obviamente não concretizado.

Entretanto, Senghor, Mobutu e Omar Bongo desdobram-se em viagens repletas de planos para o conflito chadiano. Todas elas com um ponto de consulta comum: Paris. Assim, o presidente resignatário do Senegal, após ter preconizado (tal como Mobutu) o envio de tropas da ONU para o Chade — oferecendo os soldados do seu país estacionados no sul do Líbano —, proposta que é contrária à resolução da 17.ª Cimeira da OUA, vai ao Cairo conferenciar

com Sadate a quem entrega uma mensagem de Giscard d'Estaing nesse sentido.

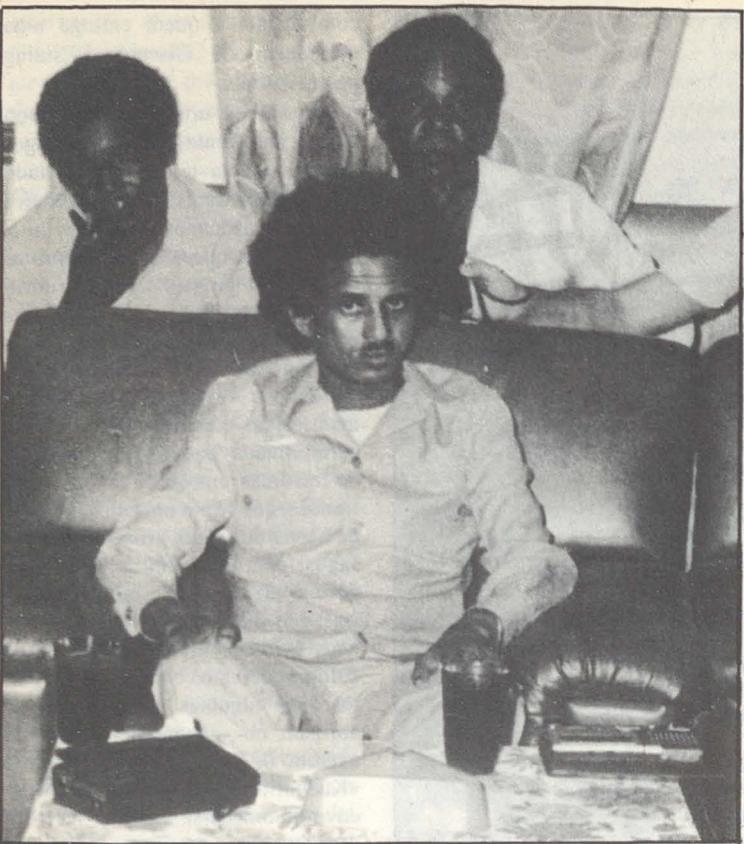
No fim de um pequeno-almoço com o presidente francês e Bongo, Mobutu revela ter sido projectado entre os três uma cimeira de chefes de Estado africanos em Libreville.

À medida que a ofensiva militar do GUNT progride em território chadiano, certos dirigentes africanos pró-ocidentais, preocupados com a iminente derrota de Habré e alarmados com o «expansionismo líbio», manifestam crescente desilusão na credibilidade da política francesa. As medidas ambíguas do Governo francês, que se por um lado envia (25 de Novembro) para Libreville aviões Jaguar com 4000 km de autonomia de voo armados de canhões e mísseis, por outro tarda em ripostar ao «envolvimento líbio» na sua antiga colónia, deixa-os confusos e inquietos. Em algumas capitais que se abrigam no «chapéu-de-chuva» do exército de Paris e onde vinga a tese «Kadhafi, agente oficial de Moscovo», começa-se a pensar na troca de protector. Os olhares voltam-se naturalmente para Washington. No fundo, trata-se para esses Governos de seguir o exemplo do Egito, Sudão e Somália.

Aliás, os norte-americanos têm proferido recentemente várias declarações — pouco usuais em conflitos africanos que envolvam interesses franceses — exprimindo «preocupação pela presença e avanço de tropas líbias no Chade». Se Paris falhar no protectorado destes países da África Central, o novo inquilino na Casa Branca, o «superfalcão» Ronald Reagan, poderá candidatar-se à troca, com caminho facilitado numa eventual substituição de Giscard por Mitterrand na presidência da República francesa.

De Lomé a Lagos, a vitória do GUNT

A 30 de Novembro, Goukouni



Acyl Ahmat, o terceiro homem da coligação governamental

Oueddei volta a Lomé e assina um acordo de cessar-fogo. Habré não comparece.

No articulado do protocolo as hostilidades deverão terminar em 15 de Dezembro. Ao chegar esse dia, N'Djamena está por inteiro no poder das forças do GUNT, e os únicos disparos que se ouvem festejam a vitória dos soldados governamentais. (1)

Uma conferência de emergência é marcada para 23 de Dezembro em Lagos. Assistem doze países (os seis que confinam com o Chade, os quatro do subcomité da OUA, o Senegal e a Serra Leoa) representados pelos respectivos chefes de Estado, à exceção da Líbia e do Sudão. Apesar de dias antes ter afirmado não participar na cimeira por esta não ter agora nenhum sentido depois da vitória das tropas do GUNT, Oueddei

decide comparecer. Habré, que assinara o acordo de cessar-fogo de 30 de Novembro, em Yaundé no dia seguinte à expulsão das FAN de N'Djamena («recurso táctico», segundo o seu chefe) desloca-se a Lagos sem ter sido convocado, mas é impedido de ingressar na sala de debates.

A reunião dura apenas 24 horas e salda-se por um reconhecimento da posição vitoriosa de Goukouni Oueddei. Ao líder do GUNT, os chefes de Estado participantes recomendam que facilite a realização de eleições gerais antes de 1 de Fevereiro de 1982. O comunicado final, se refere o estacionamento no Chade de tropas estrangeiras, abstém-se contudo de condenar directamente a Líbia. Um texto nesse sentido exigindo a Tripoli «pôr imediatamente fim à sua ocupação e à sua ingerência nos as-

suntos interiores do Chade» é recusado perante o protesto dos inimigos mais irreductíveis da política líbia.

No final, Oueddei exprime a jornalistas ocidentais a sua satisfação por se terem gorado os esforços de certos participantes para condenar Tripoli — que uma vez mais garante não ter invadido o seu país — e fazer perder credibilidade ao Governo de União Nacional. «A formulação do comunicado final de Lagos exprime um ponto de vista que consideramos correcto», comenta.

«Depois da vitória militar, a vitória diplomática»; com esta conclusão — na altura parecida generalizada a todos — abandonam os dirigentes governamentais chadianos a capital da Nigéria.

Vitória diplomática profundamente complicada com a reacção saída do encontro dos doze chefes de Estado e de Governo, em Lomé, a 14 de Janeiro.

A conferência, marcada de urgência para discutir o projecto de união entre a Líbia e o Chade, emite um comunicado extremamente duro exigindo a retirada imediata de tropas líbias no Chade, afirmando que «só um governo livre e democraticamente eleito e não um governo transitório» teria competência para tomar «decisões com consequências para a nação». Decidem ainda os participantes «enviar imediatamente, com a assistência da ONU, uma força africana de paz» para o Chade. (2)

Os indignados dirigentes africanos na violenta declaração condensatória passam em silêncio o comunicado entretanto divulgado pelo Conselho de Ministros do Chade, onde se declara que a fusão com a Líbia «só poderá resultar da vontade livremente expressa pelos dois povos interessados» não tendo o projecto «carácter executório». Sublinha o documento terem as duas partes apenas expresso «uma intenção que reflecte os laços históricos e geográficos entre os dois povos irmãos

Quem é quem nas tendências chadianas

As onze tendências signatárias dos acordos de Lagos de Agosto de 1979 (ver **cadernos do terceiro mundo**, n.º 23 de Maio 1980) e que ainda são referidas nos comunicados saídos das conferências internacionais como representando facções político-militares distintas sofreram alterações internas e nas relações de força entre si com o decurso dos últimos meses de guerra. Algumas delas, pelos apoios estrangeiros de que desfrutam, reduzida importância militar, ou ligações ao derrotado exército de Hissene Habré, deixaram de contar no complexo panorama político chadiano. Estão neste caso a FROLINAT-Fundamental (pró-sudanesa) de Hadjero Senoussi e a União Nacional Democrática (UND), cujo presidente, Fatcho Balam, ex-exilado no Senegal e agora radicado em Paris, manifestou uma neutralidade considerada pelo GUNT como uma defesa camouflada dos interesses franceses. Na FROLINAT-Original, Abba Siddick, ex-ministro do Ensino Superior do GUNT, foi expulso da organização de que era presidente e substituído pelo vice-presidente Abdelgader Yasmine, depois de ter proposto publicamente, em Abril de 1980, a intervenção da França na guerra civil.

O Movimento Popular para a Libertação do Chade (MPLT), sofreu uma cisão durante a batalha de N' Djamena de Março - Abril último. Uma facção conduzida pelo secretário-geral Abubaker Abdelrahman aliou-se às FAN enquanto outra se manteve fiel à coligação governamental. Abdelrahman foi substituído pelo vice-presidente, Adem Ibini Mustafá e o representante do movimento no GUNT, Ramad El Gali, nomeado presidente.

Após a derrota das FAN, três líderes reforçaram as suas posições. São três os homens fortes no Chade actual, chefes dos exércitos vitoriosos:

Goukouni Oueddei, presidente do GUNT e das FAP; Acyl Ahmat, ministro dos Negócios Estrangeiros e dirigente da FAC; Abdelkader Kamougué, vice-presidente do GUNT que chefia as FAT.

Os dois primeiros vindos da guerrilha do norte e muçulmanos, o último, líder do sul, cristão, militar formado nas academias francesas e antigo comandante dos gendarmes do regime de Malloum.

A aliança destes três homens derrotou Habré e deles dependem muito a paz e a reconstrução do Chade. A sua união passa a estar agora na mira dos inimigos e do neocolonialismo.



A ambição desmoronou-se para Habré

chadiano e árabe líbio». O GUNT declara-se disposto a cumprir os Acordos de Lagos, de Dezembro de 1979, que excluem expressamente a manutenção de bases estrangeiras no país.

O comunicado termina reiterando os agradecimentos do Governo à Líbia «por lhe haver permitido pôr termo à rebelião» e realça a sua determinação de «consolidar o auxílio mútuo e a cooperação na base da soberania nacional, do respeito recíproco e dos interesses dos dois povos».

Cedendo à reprovação das capitais vizinhas ou traduzindo negociações internas das diversas forças que o constituem, o comunicado do GUNT visava o propósito de desmobilizar pressões e evitar escaladas agressivas contra um país tão necessitado agora de sair das agendas dos temas «quentes» africanos.

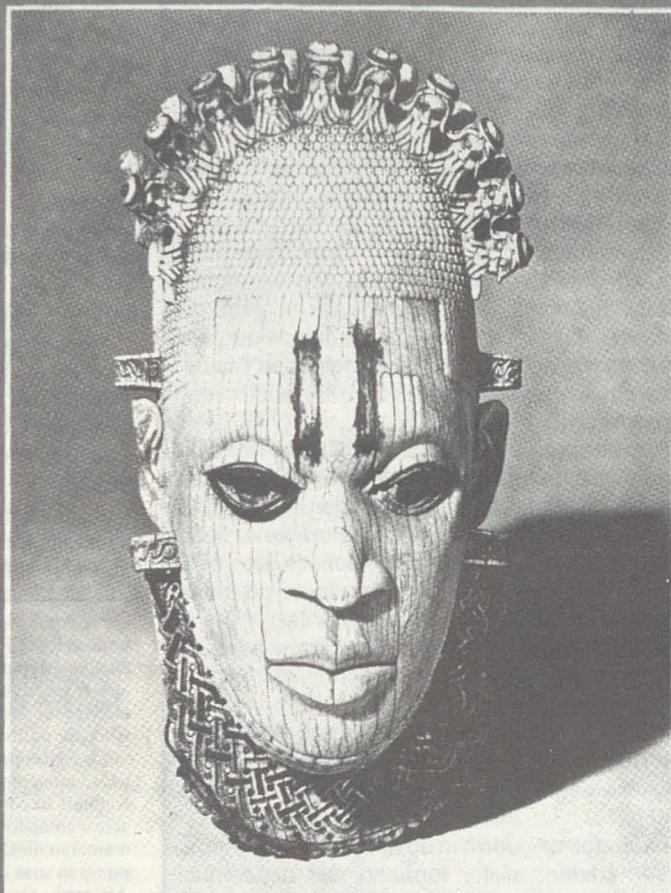
(1) Após a conquista de N' Djamena, uma delegação do GUNT visita Addis Ababa, Maputo e Luanda onde entrega aos respectivos chefes de Estado uma mensagem de Goukouni Oueddei sobre a situação político-militar no Chade.

(2) «Não passa de um bocado de papel», comentou em Bengazi o coronel Kadafi ao comentar a reunião de Lomé, acrescentando que as tropas líbias se manterão no Chade até os franceses retírarem as suas forças da República Centro Africana. Com a esquadra francesa do Mediterrâneo em estado de alerta e pronta a fazer-se ao mar como pano de fundo, o líder líbio ameaçou a França com sanções económicas e um embargo de petróleo (contratos com a Elf-Aquitaine) se o Governo de Paris prosseguir «a sua política hostil».

A Revista Angolana // Ano 4 – N.º 37 Preço Kz. 30

Outubro 1980

novembro



serenidade e confiança

AMÉRICA LATINA

Quando os militares uruguaios anunciaram o plebiscito, as forças progressistas internacionais e os governos democráticos, de uma forma geral, condenaram essa falsa «saída» para os sete anos de ditadura.

A falta de liberdade, a censura total dos meios de comunicação e a violação sistemática dos direitos humanos não criavam um clima propício ao debate de um projecto para uma nova Constituição, o qual, aliás, fora elaborado à porta fechada pelo regime. Mas o povo encontra sempre formas de se exprimir. O exemplo uruguaio é claro. Utilizando as pequenas

brechas que o clima do plebiscito criou no país e mobilizando todas as suas potencialidades, na clandestinidade ou na limitada área legal que lhes sobrou, os uruguaios organizaram-se para derrotar o regime militar no seu próprio campo.

A vitória do **não** foi, sem dúvida, uma conquista do povo.

Nesta edição, dedicamos duas matérias ao plebiscito do Uruguai. Onde o facto inédito de ter sido derrotado o projecto de auto-institucionalização dos militares poderá ter repercussões para além das próprias fronteiras daquele país sul-americano.

URUGUAI

“Diálogo, só com os militares”

O líder do Partido Nacional e ex-candidato à presidência da República afirma que face à derrota no plebiscito, as Forças Armadas devem abrir o diálogo político para redemocratizar a nação.

Juan Alvarez



Wilson Ferreira Aldunate

WILSON Ferreira Aldunate, de 60 anos de idade, líder do Partido Blanco, foi o candidato mais votado nas eleições presidenciais de 1971, no Uruguai. Hoje, há sete anos no exílio, desenvolve uma intensa campanha para desmobilizar e enfraquecer o regime, com o objectivo de devolver ao seu país os princípios de legalidade e democracia que sempre o caracterizaram.

Algumas semanas antes do plebiscito, Ferreira Aldunate deixou Londres, onde vive, para visitar diversos países a fim de alertar governos, partidos e forças democráticas para o verdadeiro sentido do referendo promovido pelo Governo militar do seu país. A viagem teve início em Washington, onde Aldunate participou numa reunião, em solidariedade à causa do povo uruguai, com

representantes de partidos no poder em países democráticos. Depois, no México, falou num grandioso acto público que superlotou um dos maiores teatros da capital. Passou também pelo Panamá, Equador, Brasil, Venezuela e de novo por Washington, onde se encontrou com colaboradores directos do novo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

No Brasil, a passagem de Aldunate foi muito bem recebida nos meios políticos, eclesiásticos e progressistas. Esteve com D. Paulo Evaristo Arns, Bispo de S. Paulo, conversou com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seabra Fagundes, e encontrou-se com Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB e um irredutível democrata. Em Brasília, teve

como anfitrião o senador Marcos Freire, que o levou ao Senado, onde foi acolhido com muitos aplausos. Ferreira Aldunate fez questão de manter contactos com todas as tendências políticas brasileiras, não só em busca de apoios para a luta que travava mas também porque é assim que entende a democracia.

De todos os países por onde passou, foi no Brasil que Aldunate teve a maior alegria. Para além de sentir a proximidade da sua pátria, foi no Rio de Janeiro, numa casa no Leblon (subúrbios), em companhia da esposa e de amigos uruguaios, que acompanhou através de um potente rádio de ondas curtas o apuramento dos votos do plebiscito. Às duas da madrugada, confirmada a vitória do «não», o hino uruguai foi cantado em alto e bom som.

Antes de começar a analisar os resultados do plebiscito gostaríamos de lhe pôr uma questão prévia: porque razão fizeram os militares o plebiscito?

O objectivo parece muito claro. É o desejo de perpetuar a ditadura, revestindo-a do prestígio que uma aprovação popular poderia conferir-lhe. Havia o propósito — talvez pela primeira vez na América Latina — de institucionalizar uma filosofia transpersonalista, consolidar juridicamente uma concepção absolutamente totalitária da relação entre o indivíduo e o Estado.

Lembro-me de ter lido horrorizado, não há muito tempo, o discurso produzido pelo comandante-chefe do Exército uruguai, general Queirolo, na reunião de comandantes dos exércitos americanos, realizada em Bogotá. Nessa ocasião, Queirolo, referindo-se à missão dos exércitos do continente na sua luta contra a «subversão», procurava determinar qual era o adversário. «O que é a subversão?», perguntava ele no seu discurso. E respondia: «A ordem é a Verdadeira Ordem. Tudo o que não estiver de acordo com esta Verdade é subversivo». E afirmava peremptório: «O erro é a subversão». Toda esta tese, aparece, de alguma forma, transcrita nos textos do projecto de reforma constitucional. Ou seja: com o plebiscito pretendia-se assegurar a continuidade no poder, acentuar o carácter totalitário do sistema, revestindo-o da consagração que lhe outorgaria a aprovação popular.

O plebiscito foi organizado para ser ganho pelo regime...

Naturalmente. O projecto partia da convicção de que iria triunfar. Nenhuma ditadura convoca um plebiscito em que acredita que possa vir a perder.

Como interpretar os resultados então?

Na minha opinião, a atitude do regime face a plebiscito pode ser claramente diferenciada em três fases distintas. A primeira delas começa no próprio dia da convocação. Apesar de então tudo repousar sobre a segurança do triunfo, havia, sem dúvida, por detrás dessa segurança uma certa dose de preocupação.

Os militares manifestavam na altura a certeza de que o Governo contava com um amplo apoio popular. No entanto, eram divulgadas pela Imprensa opiniões de alguns chefes militares que deixavam transparecer expressões algo «diferentes», como as do comandante-chefe da Marinha, vice-almirante Márquez ou as do general Boscan Hontou. Esses afirmavam que o voto pelo «não» também poderia ser eventualmente interpretado como a vontade de alguns, que tão encantados com o sistema existente não queriam ver modificado em nada.

A segunda etapa inicia-se com a realização de um primeiro inquérito encomendado pelo Governo ao Instituto Gallup. Segundo os resultados desse inquérito, o regime uruguai receberia uma proporção de votos favoráveis de 3 para 1.

«Pelo Governo»

Tratar-se-ia de dados falsos?

Não, não é de estranhar que o inquérito tenha dado esses resultados. Não só porque o Gallup tem no Uruguai fama de isenção, mas também porque é muito provável que os uruguaios tenham assim respondido. Em Montevidéu, é muito difícil de se distinguir um polícia de um inquiridor. Quando alguém, de papel na mão, pergunta em quem vai votar, todos se apressam a dizer: «Pelo Governo», reservando para a cabina de voto a sua verdadeira posição.

Na segunda etapa, não só estavam convencidos de que iriam triunfar, como punham em jogo no plebiscito, o seu próprio prestígio, tal era a convicção profunda na vitória. De tal modo, que a propaganda não era dirigida já para o texto constitucional específico, mas sim generalizava a concepção da consulta. Segunda essa propaganda, «só os marxistas, os terroristas, os inimigos do Uruguai e os partidários do caos vão votar pelo não». Era um risco para o Governo, pois caso triunfasse o não teria de aceitar o triunfo «dos terroristas, dos marxistas, dos inimigos da ordem».

O próprio comandante chefe do Exército encerrou a campanha oficial nesse tom: «Só com o triunfo do sim,

exigido pelos cidadãos, não terão morrido em vão, não só os elementos do exército caídos nos últimos episódios da vida nacional, como todos aqueles que tombaram pelas boas causas registadas na nossa História, desde a origem da nacionalidade».

Acho que eles arriscaram demasiado. Fizeram uma aposta muito grande e a derrota tornou-se clamorosa. Já não pode ser dissimulada.

A terceira das três etapas deu-se quando faltavam poucos dias para o plebiscito, quando já era tarde para tentarem defraudar a contagem dos votos. Só perceberam isso no último momento. Foi então que alguns dos altos dignitários do regime começaram a ficar preocupados. E diziam: «Tudo ficará como até agora, seja sim ou seja não». E houve até declarações anedóticas, como as do comandante chefe da Marinha, que afirmou: «Ninguém vai fugir por ter sido repudiado pelo povo».

Um não à ditadura

Quer dizer que o regime caiu na sua própria armadilha...

Parece claro que foi o próprio Governo que se encarregou de transformar o plebiscito não numa avaliação sobre um modo de organização, mas sim sobre o regime militar.

As pessoas votaram não «à ditadura». E ninguém teve a mínima complicação jurídica em saber se isso era um começo de saída ou não. O risco era grande. O cidadão uruguai, indignado com a situação que actualmente suporta, teve a oportunidade de dizer: «por pior que seja o que propõem, por mais repugnante que seja para a História, para a tradição nacional, pelo menos introduz um mínimo de condições jurídicas, uma possibilidades de consulta ao eleitorado». Esse risco era real, mas desapareceu porque o próprio governo se encarregou de estabelecer as coisas com extraordinária nitidez.

O sim e o não, eram simplesmente sim ou não à ditadura. Para isso ajudou a própria agressividade da propaganda oficial.

O povo uruguai considerou, pois, a consulta fraudulenta?

Havia uma negativa total ao acesso dos partidos pol negado qualquer espécie de funcionamento. O único que podia falar, e falava, era o governo, que detinha o monopólio da expressão. Além disso, todos os dirigentes partidários estavam proibidos de exercer qualquer actividade e as prisões cheias de presos políticos. A verdadeira fraude era a consulta organizar-se dentro desses parâmetros. E o povo compreendeu isso. A reacção face à propaganda foi a mesma que aquela que qualquer pessoa tem quando é empurrado. As pessoas não gostam de ser empurradas e demonstraram isso com clareza.

Apesar de todas essas arbitrariedades, houve quem



Panfleto do Partido Blanco contra a proposta do regime

se congratulasse pelo «exemplo democrático» dado pelo Uruguai, como o Departamento de Estado norte-americano, por exemplo...

E verdade. Desculpem-me a expressão, mas chateia bastante ouvir certas vozes que dizem dever ser destaca da «normalidade democrática» com que o plebiscito foi realizado. Pelo contrário, deve-se afirmar que se existe algo verdadeiramente oposto às normas de convivência democrática, isso foi o que ocorreu no Uruguai. Foi uma fraude constante e deliberada. Ou não é uma fraude proscrever a acção política e cívica das pessoas simplesmente por que pensam de uma determinada maneira?

Foram proscritos todos aqueles que alguma vez figuraram em listas marxistas. O regime, aliás, acostumou-se a ser muito confuso neste campo, tendo levianamente proibido «os partidos que professavam idéias não concordantes com os ideais da *orientalidad*» ou algo nesse estilo. Mas, dentro dos partidos tradicionais (*Blanco e Colorado*) a perseguição teve uma característica muito curiosa, que a maior parte das pessoas não se deu conta. Nos partidos tradicionais estão suspensos da actividade política só aqueles que gozaram da confiança popular. Se um desses partidos teve por qualquer departamento da República dois ou três candidatos a deputado e só um deles triunfou, os dois não eleitos não foram proibidos de exercer cargos públicos e actividade política, mas o eleito foi-o. De modo que a *cassação*, como nós lhe chamamos, não foi um castigo ou uma sanção contra os políticos, aos que desenvolveram actividade política, como eles afirmam, mas sim uma sanção contra as pessoas que neles votaram.

No fundo, foi uma *revanche* dos derrotados. Porque os aparentes vitoriosos de hoje, são os grandes derrotados da vida nacional. Para se compreender o Uruguai dos nossos dias, não se pode ignorar que o presidente que deu o golpe de Estado chegou ao poder com o voto da quinta parte do eleitorado do Uruguai. Mas não quero entrar nessa questão, que é uma história antiga.

«O peito enche-se de orgulho»

Ainda está fresco na memória o caso do plebiscito chileno. No Chile, o regime nunca teria aceite a derrota. O que há de diferente no caso uruguai?

Bom, acho melhor não dizer o que penso, porque demonstraria um grau de vaidade nacional que não gosto de andar a pavonear por aí... Creio, porém, que nós, uruguaios, temos motivos de sobra para andar com um orgulho de nos encher o peito. A minha reacção é mais de orgulho do que de alegria. O resultado do plebiscito é algo de muito animador. E uma demonstração de que não há regime totalitário e opressivo que possa com a gente.

Como sabem, há uma velha tradição democrática no País, um hábito que vem desde as origens da nacionalidade: a regularidade dos processos democráticos. E esse princípio nacional que nem sempre foi cumprido e que durante longos períodos foi violado, mas que sempre continuou a ser ensinado como definição do próprio País.

Não conheço em detalhe o caso do plebiscito chileno. Mas sei que no Uruguai o voto pelo *não* foi conquistado pelas bases populares. As pessoas organizaram-se nas mesas de apuramento para defender voto por voto, usando todos os pequenos espaços que a lei eleitoral lhes dava para assegurar a limpeza do apuramento.

E quase impossível montar uma fraude — pelo menos uma fraude de proporções importantes — quando as pessoas cuidam das urnas com uma devoção quase mística. O próprio oficial que acompanhava o processo eleitoral foi educado num Uruguai de respeito pelo direito do cidadão se expressar pelo voto. Esse factor pode ter influido nos militares uruguaios, pelo menos numa parte deles, levando-os a acatar as regras do jogo de um apuramento democrático.

Quer dizer que vê nos resultados do plebiscito um reflexo de que, apesar destes dramáticos sete anos de arbitrio, «a Suíça da América» não morreu totalmente...

Justamente. É que no Uruguai, ainda nos períodos de ditadura, ensinava-se democracia na escola. Nunca tivemos um ditador que se atrevesse a dizer que não era democrata. O golpe de Estado é dado «para defender a democracia», segundo a versão dos seus autores. De certo modo, aquele que agredia a liberdade, prestava-lhe tributo e honras. Porque reconhecia que, apesar de poder violá-la, não podia invocar a sua destruição. Os primeiros «bárbaros» que pretendiam agir de outra forma são estes de agora. E não totalmente. De uma forma ou outra, invocam os mesmos valores que pretendem destruir.

Uma definição nacional

Ao que parece, o exemplo uruguai poderá propagar-se para além das suas fronteiras...

Acho que nenhum latino-americano se ofenderá com o tom que eu uso, porque, no fundo, para nós, tudo isto é mais importante que para os demais.

Porquê?

Porque ser livre, viver livremente é indispensável para todo o homem, qualquer que seja o lugar da Terra onde habite ou tenha nascido. Mas, para os uruguaios — além de ser uma condição indispensável a nível individual — é uma necessidade para a sobrevivência da Nação. Está arraigada em mim a convicção de que outros povos estão definidos pela história, pela economia, pela geografia, pelo idioma. Nós não. Temos uma população

EL DEBATE"



Tenía dos pasaportes uruguayos

expedido el 2 de enero y el 2 de diciembre de 1968 a nombre de Ramón Ernesto Fernández y Adolfo Mena Gómez

Además del "Che" también recibieron documentación uruguaya otros oficiales del ejército cubano, entre ellos

Orlando Pantoja y Alberto Fernández Montes de Oca.

Un agente comunista robó del Ministerio de Relaciones Exteriores esos pasaportes que luego fueron encontrados en Bolivia.

Durante su permanencia en Montevideo el Che Guevara se cobijó en la infraestructura del Partido Comunista.

A su vez el gobierno cubano retribuyó estas atenciones

prestando su apoyo al aparato armado comunista.

...A fines de 1972 habían pasado cerca de 1.000 comunistas uruguayanos por los cursos en Cuba.

además de un sinnúmero de tupamaros y otros subversivos

que también recibieron en Cuba entrenamiento militar.

"Al igual que otros movimientos similares del continente,

la sedición uruguaya encontró en Cuba

la más sólida base de inspiración y de apoyo

y nada impide que pueda volver a tenerla en el futuro".

Si usted quiere evitar que estos hechos se repitan, voté SI

Digale SI al Uruguay

para que nuestra Constitución le cierre el paso a la subversión y al comunismo.

Propaganda do governo pelo «Sim»

com as mesmas características que os nossos dois grandes vizinhos, e não temos fronteiras naturais muito nítidas. Sobretudo com o Brasil, onde a fronteira é uma linha traçada a lápis no mapa. O que nos individualiza como Nação é, talvez, essa afirmação de um conjunto de valores que definiu a nossa nacionalidade, desde antes da independência nacional. Esses valores foram modelando a singularidade oriental.

Eu tenho contado várias vezes — e fi-lo também numa das mensagens gravadas que mandei aos meus companheiros no Uruguai — uma anedota que me foi contada por Juan Pivel Devoto. Aquela do *paisanito* (homem do interior) que tentava convencer o imigrante que ia para a Argentina a ficar no porto de Montevideu, em vez de continuar a viagem para Buenos Aires. E o único argumento que lhe ocorria era: «Mas você não sabe que aqui é melhor porque ninguém é mais do que ninguém?»

Não se pode entender o Uruguai senão como um país ligado à ideia da liberdade individual, da liberdade política, da igualdade cívica, do direito dos cidadãos participarem nas eleições do seu governo de forma periódica. E, além disso, o clima de respeito pela opinião alheia, e o desejo quase desesperado de integrar os dissidentes.

Se o Uruguai perde tudo isso, já não é mais o

Uruguai. Por isso nós jogámos no plebiscito mais que os outros. O nosso destino, diria ainda mais, o nosso país esteve em jogo.

Uma demonstração de saúde cívica

Talvez a surpresa se torne ainda maior, porque, em geral, fora do Uruguai existe a ideia de que todas as pessoas que têm um pouco de discernimento, os dirigentes políticos, os grandes intelectuais do país, estão no exterior...

Não só isso. Tentaram fazer-nos crer — e nós mesmos estávamos quase resignados — que tínhamos perdido toda uma geração. As universidades chegavam rapazes que vinham de um ensino secundário mediocre e mediocrizante. Deliberadamente mediocre e deliberadamente mediocrizante. E chegavam a uma universidade sob intervenção, que já não era a de antes. Onde a discussão de temas políticos encontrava tremendas dificuldades, pelo risco que assumia quem os levantasse e pela indiferença, o desinteresse e a falta de eco encontrada pelos que queriam mobilizar ou convencer.

Mas logo começaram a chegar as primeiras notícias animadoras de Montevideu, dizendo que de novo havia gente nas ruas a protestar, enfrentando a polícia. E houve uma notícia que para mim foi uma maravilha: de novo eles tiveram que dissolver com gases lacrimogêneos e com cassetetes uma manifestação de jovens. Pareceu-me uma maravilhosa demonstração de saúde cívica e moral. Mas quando me disseram que os que tinham sido dispersos pela polícia eram rapazes de 16, 17 anos, que nem sequer tiveram condições para conhecer o que era o Uruguai num regime de liberdade, então convenci-me: «bom, a batalha pode ser ganha».

Não existe totalitarismo que possa com um povo consciente. Com uma rapaziada que, apesar de não receber na escola ou na Universidade o culto dos valores democráticos, tem a experiência do seu lar e absorve no ambiente nacional — respirando na tristeza dos *orientales* que hoje vivem na Pátria — todo esse patrimônio de liberdades que faz parte da nossa maneira de ser. Tudo isso não poderia ser mais animador. O regime está derrotado e não consegue compreender como é que vai sobreviver.

Qual a saída para o regime?

O regime militar não quis continuar a apoiar-se exclusivamente na força. Pediu o veredito popular e ele foi maciçamente negativo. As pessoas disseram *não*. Todos sabíamos que as pessoas pensavam *não*. Mas, antes, o regime nunca tinha perguntado. Agora perguntou e obteve uma resposta.

Então, poder-se-á interpretar o resultado do plebiscito e as declarações dos militares no sentido de que

vão acatá-lo, como o começo de uma abertura política no Uruguai?

Não sei se é uma abertura ou não. Sei que o Uruguai da ditadura militar, tal como era antes, acabou. Não sei o que virá agora. Mas parece evidente que disso saem fortalecidos os partidos políticos uruguaios.

Todos, ou só os partidos tradicionais?

Os partidos políticos em geral. Os partidos que foram proibidos, os partidos que tentaram controlar, não permitindo aos seus dirigentes actuar na legalidade. Os partidos que são a expressão material desse povo que disse *não*. O governo não poderá, ainda que tente, prescindir desses instrumentos naturais de expressão da vontade popular.

O que pode vir a acontecer num futuro imediato?

Não sei o que se poderá passar. Mas acredito que a equipa militar — isto é, a única equipa que realmente pode agir (porque eu não levo em conta essa repugnante equipa civil que rodeia o aparelho militar) está a avaliar os resultados. Não há, ainda, uma resposta pronta, porque esses acontecimentos apanharam-nos de surpresa. Mas parece claro que a resposta que eventualmente venham a dar não poderá deixar de incluir determinados princípios.

Quais, por exemplo?

Primeiro que tudo, reconhecer que a opinião pública do Uruguai expressa-se sobre temas políticos através dos partidos políticos. E segundo, se quiserem sair dessa armadilha em que se meteram (porque não se trata apenas de uma tragédia a que foi submetido o país), se quiserem encontrar uma saída para a tragédia nacional, o único caminho que têm é dirigirem-se às organizações que representam a opinião pública nacional. E não procurando usurpar as suas legítimas autoridades nem inventar líderes — que, na realidade, não representam nada — e sim respeitando os verdadeiros dirigentes partidários.

A Convergência Democrática

Pensa que a Convergência Democrática teve uma participação importante em todo este processo?

Devem-se distinguir duas coisas bem diferentes: o trabalho no exterior e no interior do país. Acho que no estrangeiro, o trabalho cumprido pela Convergência Democrática teve uma transcendência histórica indiscutível. Não se trata de um palpite, é uma comprovação baseada em factos. Ocorreram na América coisas de muita importância para o desenvolvimento político uruguaião, coisas que não teriam sido possíveis — nem mesmo concebidas — se não fosse no quadro da Convergência Democrática. Nós, uruguaios, que andamos pelo exterior voltados desesperadamente para a Pátria, que fazemos tudo o que estiver no nosso alcance para lutar

contra a ditadura, não podemos ficar a invocar representações partidárias nem defronte das chancelarias ou governos nem junto dos meios de comunicação. O único título válido que podemos usar como arma por aí é o de sermos *orientales*, ou seja, uruguaios.

E, como uruguaios, apresentarmo-nos unidos é nosso desejo comum de recuperar para a Pátria o clima de liberdade, preservando cada um naturalmente a sua ideologia e o seu projecto nacional. Ninguém pretende ter projectos políticos comuns. Não gosto disso nem mesmo para o Uruguai recuperado. Sonho com um Uruguai de confrontos, de divisões ideológicas, de clima de liberdade e de respeito pela opinião alheia. E que briguemos — briguemos duramente — dentro desse Uruguai, assim que se faz uma Pátria válida e ela só será válida enquanto for viva e fervorosa.

A Convergência tornou possível a histórica reunião de Washington, na qual não participaram os representantes das forças opositoras, mas os governos e partidos no poder na América. Todos os países democráticos da América Latina estiveram nessa reunião, solidarizando-se com a democracia uruguaiã e, ainda mais, creio que também tendo um certo peso na nova administração republicana.

Porque, em Washington, viu-se pela primeira vez a possibilidade de coordenação da vontade política de todas as democracias do continente, no sentido de preservar, primeiro o seu próprio regime interno e, segundo, para evitar que as ditaduras continuem a encurrá-las.

Muitos galos a cantar

Talvez o antecedente mais próximo da reunião de Washington, de solidariedade com a democracia no Uruguai, tenha sido a reunião da OEA sobre o caso de Nicarágua, pouco antes da vitória.

Sim, e torna-se cada vez mais claro que na América já não é um só gallo a cantar. Agora, há outros galos a cantar. E se cantarem juntos, no fim, poderão fazer mais alto que qualquer um.

E essa vontade política acontece, além disso, num contexto muito especial. Com a guerra no golfo Arábico determinados recursos naturais, hoje muito escassos no mundo, estão agora nas mãos de governos amigos do continente. Isso faz com que esses governos passem a ter maior poder negociador.

Enfim, restabeleceu-se o equilíbrio continental, o que nos favorece, a nós, uruguaios que lutamos para democratizar o nosso país. Mas isso não seria possível se continuássemos a brigar com as nossas diferenças em vez de reunirmo-nos em torno do nosso amor comum à Pátria e do nosso desejo de recuperar a liberdade perdida. Disse que o papel da Convergência não foi o mesmo dentro do país...



Aparicio Mendez: os uruguaios disseram não à ditadura

No Uruguai, a tarefa foi feita pelo governo. Estou certo de que os uruguaios não teriam entrado em acordo tão facilmente, se tivessem que propôr programas de governo ou formas concretas de estruturação do país. Ou se tivessem que se pronunciar sobre os candidatos, sobre as pessoas.

Mas foi o regime que nos disse claramente: «vocês têm que escolher entre o sim e o não à ditadura», colocando o assunto de forma polémica.

As pessoas, no seu bairro, sabiam quais dos seus vizinhos também estavam com o não; então, não tiveram pruridos se eram blancos, democrata-cristãos, colorados ou sem-partido. Saíram de braços dados para falar com outro vizinho que corria o risco de votar no sim. Houve uma unidade combatente até 30 de Novembro e, hoje, é uma unidade no júbilo nacional.

O isolamento internacional

Quer dizer que o regime está isolado externa e internamente?

Totalmente isolado. O isolamento interno ficou claro no não. E o externo reflecte-se em todos os gestos de apoio e as portas abertas ao trabalho da Convergência Democrática e das outras expressões da oposição uruguaya. A todas as causas do isolamento temos agora que acrescentar a iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros uruguaios de querer levar por diante um mercado comum com a República Argentina.

Toda a gente sabe que um mercado comum só pode ser feito, ou entre iguais ou entre muitos. Mas da forma

como está a ser planeado, apenas entre o Uruguai e a Argentina, é uma clara resurreição do espírito dos vice-reis e conduziria à porto-riquização do nosso país. Não será possível. Esse mercado comum não se concretizará, mas a iniciativa revela a tendência profundamente desnacionalizadora e o abandono do tradicional papel histórico de equilíbrio que o Uruguai sempre desempenhou.

Que interesse teria o regime uruguaios?

Fazem-no por terem afinidades com o regime militar argentino. E isso faz supor que, no fundo, exista uma intenção da política internacional do governo uruguaios de outorgar-se o papel de catalisador da constituição de uma frente de defesa da «civilização cristã». Essa vocação levou-o a uma aliança com o regime racista da África do Sul, além de levá-lo a propôr a fracassada concretização da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS).

Tudo isso demonstra, fundamentalmente, a ausência de espírito nacional, a falta de cultura histórica dos actuais governantes.

«Diálogo, só com os que mandam»

Se as Forças Armadas entenderem, em conclusão, que têm que começar um diálogo político, você, como principal figura do país — já que foi o candidato à Presidência mais votado nas eleições de 1971 — que resposta daria?

Já disse que nada poderão fazer sem chamar as forças políticas que interpretam a vontade maioritária expressa no não. E se as Forças Armadas, que têm agora consciência de sua própria debilidade (porque nessa batalha puseram em jogo o seu prestígio e saíram enfraquecidas), reconhecerem a nova correlação de forças que há no Uruguai e aceitarem estabelecer o diálogo, eu dir-lhes-ia que a primeira coisa que deveriam fazer seria tirar de cima deles essa equipa de civis que só conseguiu sujá-los ainda mais.

Ou seja, você prefere o diálogo directo com os militares?

Com os que mandam. Nós nunca estaríamos dispostos a estabelecer o diálogo, directa ou indirectamente, com os que nem sequer podem exhibir a força real que não têm. Com os que só têm para mostrar a sua inferioridade moral.

Se quisermos falar, falemos os que têm algo a colocar sobre a mesa. Nós colocamos a vontade do povo. E podem ser interlocutores aqueles que dispõem da força.

Entre os donos da força e os donos da opinião, talvez haja um modo de nos entendermos para salvar a República. Mas, naturalmente, sempre que não esteja presente — nem mesmo de longe — essa «porcaria» que rodeia o Poder.

E se o diálogo não fosse possível, invadiria o Uruguai a partir do Brasil, como declarou há pouco tempo, o general Rapela?

(Risos) Bom, tenho que ser franco. Estou um pouco ofendido porque o general Rapela não me acusou a mim, mas ao meu filho Juan, de ter esses planos. Estive com ele há poucos dias e nada me contou da invasão que «estaria a preparar».

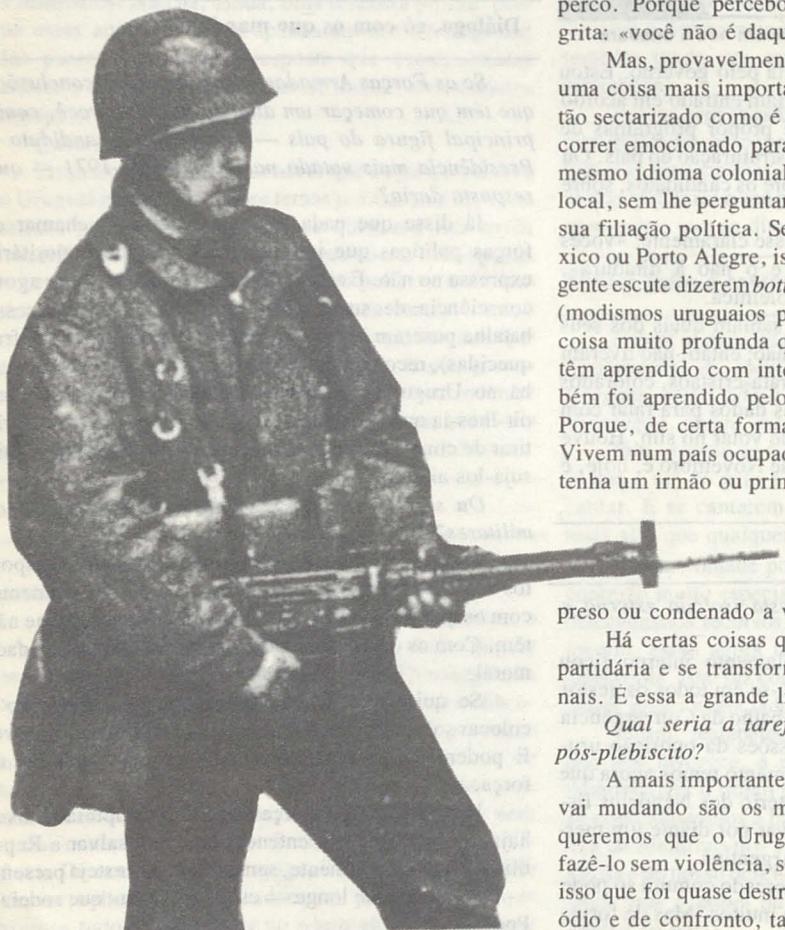
Com certeza, era uma insurreição secreta...

O meu filho iria invadir sozinho... juntamente com dois intelectuais, Carlos Maggi e Mario Benedetti, que para isso teriam que vir de Madrid e de Palma de Maiorca.

A Experiência do exílio

Tem algum plano concreto a nível pessoal?

Não tenho outro plano senão o de continuar a lutar dia a dia. E se puder, encostando-me cada vez mais à fronteira do meu país.



Na verdade, Londres, parece um pouco gelada para esta etapa quente...

Naturalmente que a gente sente desejos de estar cada vez mais perto e vejo isso simplesmente como um prólogo da etapa definitiva que é o regresso à Pátria.

E olhando dessa perspectiva, o exílio foi-lhe útil?

Foi. O exílio é mais duro do que a gente supõe. Digamos sempre que se os gregos não tivessem demonstrado o seu talento noutros campos, só pelo facto de terem inventado o desterro, já teriam cumprido o seu papel na História. Porque é uma pena terrível. E tanto mais terrível quanto melhor é a qualidade humana daquela ao qual ela se aplica. Porém, para alguns, o exílio é um prémio.

Vivi com intensidade o meu desterro e tenho tentado conciliar duas coisas aparentemente não-conciliáveis: uma, a solidariedade natural com o povo que nos protege e abriga. E, ao mesmo tempo, o culto pela saudade que eu rego amorosamente como se fosse uma planta exótica que tem que ser muito bem cuidada.

Vou vivendo em diferentes cidades e, em todas, me perco. Porque percebo que o meu subconsciente me grita: «você não é daqui, está só de passagem».

Mas, provavelmente, para mim, o exílio serviu para uma coisa mais importante. Num país tão confrontado, tão sectarizado como é o nosso, o exílio serviu-me para correr emocionado para abraçar todo aquele que fala o mesmo idioma colonial que eu, o meu pequeno idioma local, sem lhe perguntar — nem me perguntar — qual é a sua filiação política. Seja em Barcelona, Londres, México ou Porto Alegre, isso faz-nos gritar onde quer que a gente escute dizerem *botija* (miúdo) ou *taluego, talueguito* (modismos uruguaios para hasta luego, até logo), uma coisa muito profunda que acho que todos os uruguaios têm aprendido com intensidade. E penso que isso também foi aprendido pelos uruguaios que estão lá dentro. Porque, de certa forma, eles também vivem exilados. Vivem num país ocupado. E não há um só deles que não tenha um irmão ou primo ou um parente muito próximo

preso ou condenado a viver fora da sua terra.

Há certas coisas que estão acima da confrontação partidária e se transformam em simples deveres nacionais. E essa a grande lição de todos estes anos.

Qual seria a tarefa mais importante nesta etapa pós-plebiscito?

A mais importante é botar abaixo a ditadura. O que vai mudando são os métodos, as perspectivas. Todos queremos que o Uruguai saia disso. E se pudermos fazê-lo sem violência, sem comprometer ainda mais tudo isso que foi quase destruído, sem aprofundar o clima de ódio e de confronto, tanto melhor.

Por detrás do não, uma ampla mobilização popular

O clima nas principais cidades,
a disciplina do povo,
as comemorações
que celebraram o triunfo

(Dos nossos enviados especiais a Montevidéu)

«QUEM chegasse ao Uruguai no dia 30 de Novembro passado e assistisse à votação, nunca poderia suspeitar o clima de terror que se vive no país». Este foi o comentário de um dos repórteres internacionais que foi cobrir o plebiscito. Efectivamente, os cidadãos foram votar desde muito cedo, em organizadas — e silenciosas — filas. E o regime teve muito cuidado em não ostentar nesse dia a força militar e a arbitrariedade usuais na vida quotidiana dos *orientales*, como vulgarmente são conhecidos os uruguaios.

Em cada local de votação só havia dois soldados rasos na porta e nenhuma presença militar era vista no seu interior. As mesas estavam organizadas da forma tradicional, ainda que, obviamente, faltassem delegados partidários.

No Tribunal Eleitoral era intensa a actividade. Entregavam-se credenciais provisórias àqueles que as tinham perdido. Somente um papel com o número, a foto e a impressão digital. O carimbo especificava: «válido somente para efeitos de votar no plebiscito do dia 30 de Novembro».

VOTO POR

NO

EL PROYECTO
DE REFORMA
CONSTITUCIONAL
PLEBISCITO

Noviembre 30 de 1980

Todos os elementos eram unâni-mes em apontar uma tendência: o eleitorado uruguai queria votar. Os mais idosos compareceram maciça-mente e as pessoas faziam referê-ncias jocosas, como esta: «até os mongolóides votaram».

Calcula-se que, procedentes da Argentina, no mínimo dez mil uruguaios cruzaram a fronteira para votar e que uma quantidade seme-lhante entrou no país vinda do Brasil. Os autocarros que diariamente par-tem do Rio Grande do Sul para as províncias uruguaias limítrofes, nos dias anteriores ao plebiscito, não le-

vavam de volta turistas que tinham feito compras abundantes em solo brasileiro, mas sim residentes nesse país que queriam usufruir da primeira oportunidade de expressar-se cívicamente nos últimos sete anos. «Não há dúvida que o uruguai é um povo votador», comentou um importante dirigente — no exílio — quando foi informado desse facto singular.

Algumas mesas de voto terminaram os seus trabalhos pouco depois do meio-dia — ainda que os responsáveis tivessem que fazer vigília até à hora normal de encerramento. No Teatro Solis de Montevideu — tradicional ponto de referência da cultura uruguai — votavam os cidadãos que o faziam fora de sua circunscrição natural. Ali o movimento foi intenso desde de manhã e prolongou-se até à noite. Em todos os casos havia vários observadores voluntários, autorizados pelo governo.

As primeiras surpresas

Depois de votar, as pessoas retiravam-se em ordem e sem fazer nenhum tipo de comentário. Todos se apressavam a regressar aos seus lares. Não se podia dar nenhum motivo ao governo para invalidar o acto eleitoral.

Alguns rádios, entretanto, tinham organizado escrutínios extra-oficiais. Havia pessoas em todas as mesas que, à medida que começavam a ser abertas as urnas, estavam encarregadas de ir transmitindo os resultados à emissora. Foi nesses escrutínios não-oficiais que apareceram as primeiras tendências: nas urnas da capital os votos pelo *não* ganhavam ampla dianteira aos votos pelo *sim*. Depois começaram a chegar dados das diferentes províncias e na maior parte delas a tendência negativa mantinha-se.

Às nove da noite, aproximadamente, o ministro do Interior, gene-

ral Manuel Nuñez, fez uma intervenção, no meio do escrutínio, transmitida pela cadeia de rádio e televisão.

E quando, com voz trémula, começou a dizer «qualquer que seja o resultado...», toda a gente festejou. «Sabímos que o *não* havia ganho». Quem assim se expressava era um jovem — pouco mais de 17 anos, queixando-se de que, por poucos meses não havia podido votar — que tinha trabalhado intensamente pelo voto negativo. *Blanco* (do Partido Nacional) e de família *blanca*, desde a mãe passando pelos irmãos, todos tinham posto o seu «grão de areia» para desarmar a farsa preparada pelo regime.

Se no exterior o voto esmagador pelo *não* pôde ser recebido como uma surpresa, no Uruguai, a maioria pensava que não seria fácil montar uma fraude de tamanha dimensão a ponto de confundir o *não* pelo *sim*. E os apuramentos foram controlados passo a passo: o povo organizou-se



Mesmo os jornais ligados ao governo tiveram que reconhecer a grande derrota

para aproveitar todas as brechas a seu favor.

Foi um «trabalho de formigas». E não começou com a convocação ao plebiscito. A imobilidade aparente desses sete anos escondia a tarefa anónima e sacrificada de um disciplinado exército de vontades, que foi reconstruindo os contactos políticos e sindicais, a rede partidária e a cadeia verbal de notícias, para — de alguma forma — suprir o bloqueio informativo e a imobilidade a que o regime os condenava. O trabalho pelo *não* foi conspirativo, clandestino nos primeiros tempos, crescendo em intensidade e audácia à medida que se aproximava o esperado 30 de Novembro.

«Havia medo?», perguntavam os uruguaios no exterior. Medo sim, mas diferente do medo de anteriormente. Era o medo de pôr tudo a perder com um passo em falso. E, por isso, as palavras-de-ordem eram claras no sentido de evitar qualquer provocação, não fazer comentários nem exteriorizar alegria ante os resultados, por mais animadores que fossem. Acatar a disposição governamental de não sair á rua para festejar em nenhuma circunstância; permanecer em casa, se possível com as janelas fechadas, para não deixar que as comemorações íntimas fossem vistas.

Tudo na mais absoluta disciplina e com clara consciência de que o povo estava a medir forças com o regime. O governo tinha que continuar confiante de que ia ganhar até o último momento, quando fosse tarde demais para voltar atrás.

E assim aconteceu. O povo uruguaiu deu uma prova de consciência política como muitos não esperavam — nem mesmo os mais optimistas — e fê-lo sabendo que, a partir da derrota, os militares mais duros poderiam descarregar a sua fúria e frustração sobre os sectores civis incipientemente organizados. Isso, aliás, ficou patente nas ameaças que o regime deixou escapar, mais ou

menos abertamente, durante a limitada «campanha» eleitoral. Podiam ser punidos os funcionários públicos, podiam ser castigados os apontados, seriam passíveis de pena os que, depois de 72 horas de realizado o plebiscito, insistissem em fazer comentários ou interpretações sobre os resultados.

Uma parte importante da preparação do plebiscito nas áreas opositoras foi o estudo em conjunto das normas do Tribunal Eleitoral. As pessoas reuniam-se para estudá-las. Por exemplo, quais eram os votos nulos? Ou quais eram os votos em branco? Como saber diferenciá-los? Discutir e estar inteirado do sistema, saber se é de maioria simples, ou de maioria absoluta. Enfim, desde os mais jovens até aos veteranos de antigas disputas eleitorais, era comum o desejo de lutar pela máxima legalidade possível, dentro de um contexto de total ilegalidade.

A todos preocupava a questão das actas eleitorais. A princípio, o Tribunal estipulava que todos os exemplares das actas deveriam ficar junto com as urnas. Dessa forma, a fraude seria vitoriosa, pois nenhum delegado de mesa, nem sequer o presidente, ficaria com a comprovação da votação pela qual tinha sido responsável. Porém, no último momento, a disposição foi mudada e foi aceite que o presidente da mesa ficasse com a quarta via da acta.

Por via das dúvidas, a criatividade popular inventou um recurso. Fizeram enormes quadros em cartolina para cada um dos observadores voluntários que assistiriam à contagem. No quadro, havia um espaço para o *sim*, outro para o *não*, outro para os votos anulados e em branco. «Assim, pelo menos, levávamos uma cópia de cada mesa para podermos detectar a fraude. Não tinha nenhum valor jurídico, mas tinha o mérito de comprovar as irregularidades», explicava-nos uma activa militante socialista que reunia em torno de si um grupo de adolescentes que

davam os seus primeiros passos na política.

Não se vende fiado

A campanha pelo *não* chegou a todas as camadas sociais e a todos os lugares. Até houve armazéns de bairro onde o génio popular converteu os cartazes habituais em portavozes da campanha eleitoral. Por exemplo: «NÃO se vende fiado», com um NÃO exageradamente grande. Ou também: «NÃO há tomorrow», «NÃO temos troco», etc.

Igualmente originais foram os «volantes» usados para serem colados nas paredes ou distribuídos de mão em mão. «Vote NÃO», dizia um que, ainda que sem nenhuma assinatura, nos asseguraram que pertencia à clandestina Frente Amplia. Ou aquele outro que rezava: «Como NÃO os queremos, dizemo-lhes NÃO».

Os meios de comunicação

Uma dúvida havia no ambiente da Oposição, apesar da segurança de que a população receberia bem a campanha pelo «Não». Era sobre os efeitos que poderia ter tido sobre alguns indecisos, ou nos sectores menos consciencializados, a hábil campanha desenvolvida intensamente pelo governo nos meios de comunicação.

Já perto do plebiscito, os militares começaram a sentir que estavam a perder o controlo da situação. Numa reunião secreta, decidiram então imprimir um carácter ainda mais intimidatório à campanha oficial. Em poucas palavras, pretendia-se associar o não à subversão e ao terrorismo. Assim, apareceram nas páginas dos diários anúncios com a foto do «Che» Guevara dizendo que o voto pelo sim asseguraria que nunca mais o Uruguai sofreria um vexame como foi o facto de «Che» Guevara ter tido «dois passaportes legítimos uruguaios dados pelo Partido Comunista e que foram encontrados na

L A CUESTIÓN ES SOLO ENTRE LA LIBERTAD Y EL DESPOTISMO

Artigas



*la Libertad todos
a votar NO
Frente Amplio*

Bolívia». E assim, a legendária figura de «Che» com o seu charuto — alguns suspeitam que bem retocado, para dar à sua fisionomia um ar maligno — voltou às ruas do Uruguai, desta vez pelas mãos do regime. As pessoas cortaram cuidadosamente os jornais e puseram a foto do «Che» na parede de suas casas. «Desde 1973 o «Che» não estava presente no Uruguai, e se pensam que ele está a fazer campanha pelo Sim com a sua silenciosa presença, estão totalmente enganados», haviam-nos vaticinado um amargurado dirigente sindical.

Porém, nem toda propaganda era tão grosseira. Cinco agências internacionais de publicidade foram chamadas pelo regime para organizar a campanha em favor da reforma constitucional. Custo: meio milhão

de dólares tinha sido aprovado pelos comandos militares numa reunião realizada no mês de Setembro.

A impossibilidade de difundir as suas interpretações e palavras-de-ordem através da rádio, imprensa ou televisão, levou a oposição a organizar inúmeras pequenas reuniões e a distribuir pessoalmente um elevadíssimo número de declarações e documentos.

Quando os jovens saíam para fazer *pegatinas* (pichagens) nas ruas, do voto pelo não, as pessoas espontâneamente paravam para conversar com eles. Houve inclusive um caso curioso — que correu de boca em boca em Montevideu: um desses grupos foi interceptado por vários polícias uniformizados; com uma boa dose de medo, os rapazes começaram a explicar que era uma propa-

ganda autorizada e, para sua surpresa, os polícias advertiram-nos: «Está certo, mas acabem depressa porque se vêm os verdes (os do exército) vocês vão passar um aperto». E foram-se embora.

Outro caso foi o de um professor residente em Santa Fé que regressou ao seu bairro depois de muitos anos de ausência. Como teve que ir comprar umas frutas ao armazém onde habitualmente ia, cumprimentou efusivamente o dono do estabelecimento. «Veio votar?», perguntou-lhe o comerciante. «Sim», disse o professor. «E está contente ou triste com os resultados?», continuou a indagar o comerciante. «Mais do que contente». «Eu também», foi a resposta que recebeu o professor, ao qual, aliás, o velho comerciante não quis cobrar as frutas, despedindo-se dele com um abraço. «Que bom ter vindo votar, todos tínhamos a obrigação de fazê-lo», disse-lhe como adeus.

Esses episódios são frequentes no Uruguai de hoje. Muitas garrafas de champagne foram abertas e canções de protesto, que as pessoas não se animavam a cantar havia já muitos anos, voltaram a ser escutadas em círculos íntimos.

A Gallup sabia

Poucos dias antes do plebiscito, a Gallup tinha um claro panorama da tendência eleitoral. O último inquérito — já com a campanha no auge — dava 58% pelo não. Esse resultado só foi conhecido por um reduzido grupo de altos oficiais.

A preocupação do regime refletiu-se numa circular que o Tribunal Eleitoral fez chegar aos chefes de secção e de repartição nos ministérios e outros dependências governamentais. Nela solicitava-se que se elaborassem listas de funcionários que «apoiassem plenamente o actual processo da República» para fazê-los participar dos cursos para formação

como delegados eleitorais. Calcula-se que uns 26 mil funcionários participaram nas mesas, para além de todos os observadores voluntários.

De facto, a oposição actuou unida, consciente ou não do que isso pode significar para o futuro do país, e unida também comemorou num abraço silencioso ou num contido sorriso quando, nas ruas, as pessoas se reencontravam depois dos comícios.

Com a mesma austeridade e disciplina com que os uruguaios actuaram para derrotar nas urnas o regime que os opõe, hoje assumem a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido até ao dia 30

de Novembro. Não se criaram falsas expectativas. Conhecem bastante bem a arbitrariedade e os abusos do regime militar. Mas, hoje, a oposição uruguaia sabe muito bem que passou a ser um elemento de peso no tabuleiro político. E assim como usou a brecha do plebiscito para dar uma resposta às Forças Armadas, saberá procurar os caminhos que propiciem o verdadeiro diálogo exigido com a vitória esmagadora do *não*. O regime está a ser corroído a partir das entranhas e estes devem ser dias de sérias reflexões para os que acreditaram que nesses sete anos tinham podido fazer o povo de Artigas curvar-se. □

Falam os dirigentes uruguaios

Pouco depois de se conhecerem os resultados, vários dirigentes políticos, no exílio ou no próprio país, fizeram declarações públicas comentando o acto eleitoral. Eis aqui alguns dos principais:

Jorge Batlle (Partido Colorado): «As forças populares ganharam, pelo voto e não pelas armas, a um governo que não está no poder pelo voto e sim pelas armas».

Carlos Julio Pereira (Partido Nacional): «Os cidadãos querem continuar a eleger os seus governantes. Querem um Poder Judicial independente e um Poder Executivo controlado pelos representantes do povo através de um Legislativo livremente eleito. O povo expressou a sua vontade sem temor e agora aguarda que se interprete a mensagem que deixou nas urnas».

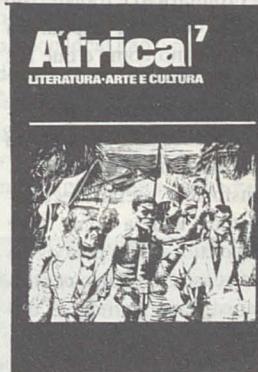
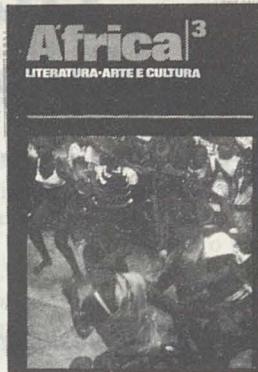
Hugo Villar (Frente Amplia, no exílio): A derrota da ditadura sig-

nifica a quebra de todo o processo de institucionalização fascista. Exigimos agora o restabelecimento dos direitos políticos, sindicais e associativos e de expressão e que se sancione uma ampla amnistia».

Rodney Arismendi (Partido Comunista, no exílio): «Na votação pelo *não* coincidiram todas as forças patrióticas do país, a Frente Amplia, o Partido Nacional, o Partido Colorado e as diversas forças sociais, desde os assalariados e a CNT (Convenção Nacional dos Trabalhadores) até às organizações de produtores».

Juan Ferreira (Convergência Democrática, no exílio): «A maioria obtida pela oposição deve ter sido tão avassaladora que a ditadura não pode esconder a sua derrota. É um êxito para a oposição e o resultado de uma imensa mobilização dos quadros internos. Os colaboradores mais próximos de Reagan telefonaram-me para me dar os parabéns.

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de 'África'...



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a ÁFRICA EDITORA
Av. Principal, Miraflores,
Lote 117, Loja 6 - ALGÉS
1495 Lisboa

Contra as velhas estruturas

O governo do presidente Jaime Roldós
põe em prática
um plano-piloto de desenvolvimento
na província mais atrasada do país

José Steinsleger

EM Novembro de 1979, o governo do Equador, chefiado pelo presidente Jaime Roldós, tomou uma decisão que teve uma importante repercussão: descentralizar o «bureau» principal do Programa de Desenvolvimento Pre-desur (Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça) e transferi-lo para a cidade de Loja, capital da província do mesmo nome e que faz fronteira com o Peru.

A decisão de fixar numa das regiões mais atrasadas do Equador e da América Latina uma estrutura disposta a transformar social e economicamente toda aquela zona, teve conotações políticas. São poucos no continente os casos em que o centralismo administrativo permite o desenvolvimento económico, geográfica e socialmente equilibrado, de regiões isoladas dos centros de decisão política.

Subordinado à Direcção Nacional de Planificação, o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado do Sul de Loja — PREDESUR — foi dividido em vários subprojectos, ca-

torze no total, que são os seguintes:

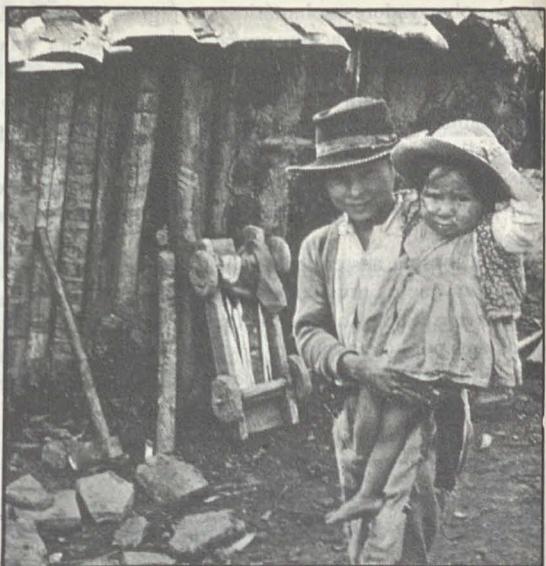
— *Subprojeto de Mini-irrigação da Província de Loja*: Loja é uma província que requer um tratamento especial em relação ao resto do país. O seu relevo acidentado (perto de 50% da sua superfície territorial tem declives superiores a 35%); a sua escassa rede hidrográfica, que corre em profundos vales; o acelerado processo de desertificação que progride a partir do Peru; a severa erosão e degradação do subsolo, produto, principalmente, da sua defeituosa utilização, como também das águas; o grande número de latifúndios (81% das unidades são inferiores a 5 hectares) e as práticas tradicionais de exploração agro-pecuária são, entre outros, os factores que contribuíram para o bloqueio sócio-económico da província e da sua área de influência. O subprojeto de irrigação pretende o uso nacional das pequenas vertentes de água, poços simples e precipitações atmosféricas mais ou menos abundantes das chuvas. O subprojeto dará assistência constante aos agricultores sobre as técnicas de irri-

gação, com a finalidade de elevar a produtividade das suas terras.

— *Subprojeto de Desenvolvimento Agrícola e Pecuário*: orientado para o desenvolvimento agrícola e pecuário com vista a uma correcta e eficiente utilização dos factores de produção: terra, capital e trabalho. A utilização da terra será baseada em critérios técnicos e na experiência dos proprietários ou beneficiários do projecto. Serão propostas, além disso, práticas como a rotatividade de cultivos, uso adequado de fertilizantes, etc.

— *Subprojeto de Inseminação Artificial*: a prestação do serviço de inseminação artificial como método zootécnico de produção animal orienta-se para a melhoria do gado da área.

— *Subprojeto Florestal*: instalação de 2500 hectares anuais de floresta durante quatro anos, com a finalidade de abastecer as necessidades regionais e/ou nacionais de lenha e madeira para serragens; incorporação ao processo produtivo de terras marginalizadas, criação de fontes de



trabalho, protecção e recuperação dos solos, regularização de cursos de água e atenuação dos efeitos negativos do clima.

— *Subprojeto de Crédito*: crédito destinado às actividades agropecuárias, florestais, artesanais e pequenas indústrias. Vinte mil famílias da província de Loja serão beneficiadas de forma directa.

— *Subprojeto das Pequenas Indústrias e Artesanato*: objectivos gerais — criar fontes de trabalho e melhorar o volume de emprego; criar e aumentar rendimentos para estimular os níveis de consumo da população regional e os níveis de poupança e investimentos; substituir importações; canalizar a poupança pública e privada para a formação de capitais fixos.

— *Subprojeto de Infraestrutura de Vias de Acesso*: objectivo: construir 275 quilómetros de estradas regionais, distribuídas pelas diferentes subáreas, no espaço de quatro anos.

— *Subprojeto de Saneamento Rural*: execução da infra-estrutura sanitária básica, a fim de superar em parte a séria problemática do saneamento rural.

— *Subprojeto de Experimentação Agrícola e Assistência Agropecuária*: pretende-se atingir os seguintes objectivos: transferência de tecnologia a ser aplicada em pequenos cultivos, em benefício do pequeno e médio agricultor; obter resultados com a finalidade de recompensar

mendar espécies ou variedades com melhor adaptação e rentabilidade em áreas específicas; fazer o levantamento das melhores possibilidades para o aproveitamento racional dos recursos naturais.

— *Subprojeto de Educação*: através de um convénio com o Ministério da Educação é mantido o Programa de Educação Rural por núcleos, que rompe com os moldes clássicos da educação formal. Procura-se a formação teórica e prática em função do aproveitamento dos recursos existentes, segundo a sua vocação e dotação naturais, sem prejudicar as matérias de cultura geral, mas sobrevalorizando os aspectos da formação prática da população. O subprojeto prevê a construção e equipamento de cem salas de aula no meio rural.

Loja, veia aberta do Equador

Uma das principais críticas que se faz no Equador ao Plano Nacional de Desenvolvimento, é que ele chegou tarde à História desse país. A sua inviabilidade radicaria, precisamente, no processo de concentração do capital e da riqueza em poucas mãos, que tornariam improváveis os objectivos reformistas agora propostos para a resolução das condições de atraso secular que sofrem milhões de equatorianos.

A província de Loja, localizada no sul, que ladeia a explosiva fronteira com o Peru, é uma região que o

desaparecido sociólogo brasileiro, Jusué de Castro, teria qualificado «de emergência», tal como o fez no caso do nordeste do seu país.

Os *cadernos do terceiro mundo* percorreram os intransitáveis caminhos da zona, às vezes ao lombo de mula, e de certo modo descobriram essas terras, assoladas há meio século pelo caudilho Naún Briones, hoje imortalizado pela extraordinária novela *Polvo y Ceniza*, do escritor Eliécer Cárdenas.

Visitámos também o povoado de Cariamanga, centro nevrálgico (e praticamente um extraterritório) do tráfico de droga, proveniente do Peru. Em Cariamanga não há água, não há drenagem, não há asfalto e não há o mínimo indispensável para garantir o desenvolvimento social e económico de um povo. Em Cariamanga há, no entanto, *Mercedes Benz* e *BMWs* do último modelo, cujos proprietários costumam apostar vinte mil dólares no melhor «gallo de briga» durante a temporada.

Numa dessas viagens, trocámos algumas palavras com um grupo de camponeses raquíticos que carregavam uma pesada urna. «E por que não o enterram no povoado?», perguntámos. A resposta foi prolixia e ricamente detalhada. Em síntese, o pároco local não o permitia, sob pena de o infeliz falecido ir parar ao inferno. Deviam enterrá-lo junto à igreja, a vinte quilómetros de onde viviam. Naturalmente, a diferença entre uma e outra zonas nada tinha a



José Steinsleger com o presidente Jaime Roldós

A província de Loja, uma das mais isoladas e afastadas do Equador, comprehende uma extensão de 40 mil quilómetros quadrados, o que representa 14% do território nacional. Conta com uma população de 800 mil habitantes (10% do total) e o seu principal problema social é o da emigração: milhares de pessoas que, empurradas pela miséria e pela falta de oportunidades, abandonam as suas parcelas de terra em busca de outros horizontes.

ver com o inferno ou o paraíso, mas sim com os 200 sures (7 dólares) com que deviam pagar ao enviado de Deus para obter a graça divina.

Os críticos do Plano do Conade, em que se acha inserido o projecto Presedur, perguntam-se até quando será possível impulsionar as reformas se os mecanismos de poder permanecem intactos, e se não se limi-

tam aos grupos privilegiados as possibilidades para neutralizar e suprir os conteúdos antioligárquicos do Plano.

O vice-presidente Osvaldo Hurtado assegura, em todo o caso, que o peso da execução do plano quinquenal não recairá sobre os sectores menos favorecidos, mas sim sobre as camadas médias e altas. Porém, em

Fevereiro de 1980, o próprio Hurtado reconheceu que ainda não havia consenso nacional sobre os fins e objectivos do plano, especialmente nos aspectos energético, agrícola e industrial.

Ataques da iniciativa privada

O sector privado, está claro, ataca quando pode as linhas do Plano do Conade. A Federação Nacional das Câmaras de Indústrias opina: «O plano é um conjunto de boas intenções que sempre estiveram presentes entre os cidadãos; mas trata-se de objectivos impossíveis de serem alcançados a médio prazo».

As organizações populares de esquerda questionam no Plano o facto de caber ao sector privado o papel principal no desenvolvimento industrial, ficando inalterada a poderosa oligarquia serrana.

Nesse quadro, o projecto PREDESUR será aplicado numa zona do país onde os camponeses subsistem no plano meramente biológico, quando conseguem, e num território onde praticamente não existe tradição de organização popular, mas já se deram explosões rebeldes, sufocadas pelo Exército e pelos latifundiários.

Os subprogramas constituem de facto um desafio transcendente. De início, fala-se de algo que é essencial: infra-estrutura em todos os aspectos e apoio decidido aos projectos agro-industriais. Se os técnicos e sociólogos do PREDESUR conseguirem levar por diante, até às suas últimas consequências, o programa, dentro do que eles denominam «democracia de participação», os mecanismos tradicionais do velho poder oligárquico e o estilo caudilhista aí existente há séculos, sofrerão a quebra da sua coluna vertebral. Caso contrário, a História repetir-se-á, com o saldo pouco estimulante da frustração e tragédia para aqueles que anseiam pela grandeza do Equador.

“Um desafio para o homem”

O engenheiro José Bolívar Castillo Vivanco é o principal responsável pelo Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, PREDESUR. Ele está consciente de que um projecto como o que se pretende pôr em prática na província de Loja implica um desafio, pois se não se actuar com eficiência, os resultados poderão não ser os esperados.

«Os problemas de desenvolvimento e integração serão sempre um desafio para os homens e para a própria natureza que se quer transformar», afirma, reconhecendo que, em Loja, pelas terríveis desigualdades sociais, «os desequilíbrios não permitem uma via de desenvolvimento capitalista». Por essa razão, tanto ele como os técnicos que trabalham no projecto têm a mesma opinião de que Loja tem as características mais propícias à aplicação do modelo de desenvolvimento definido.

«Acreditamos no desenvolvimento, mas inserido num processo de mudança integral: económico, político e social», afirma o engenheiro Castillo Vivanco, destacando que «temos que ata-

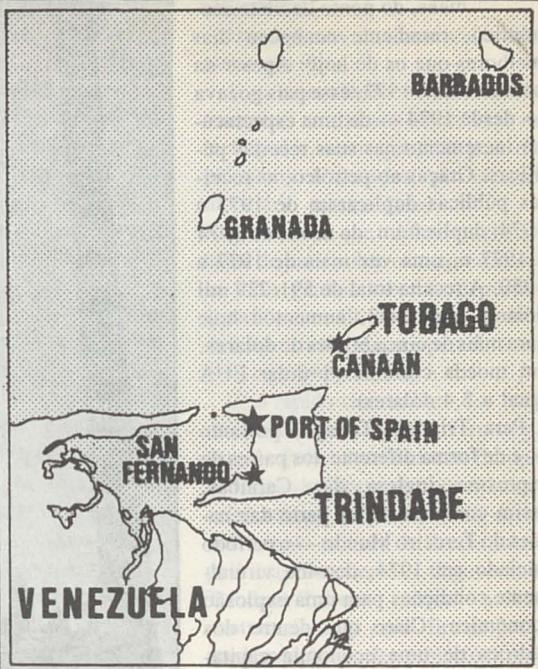
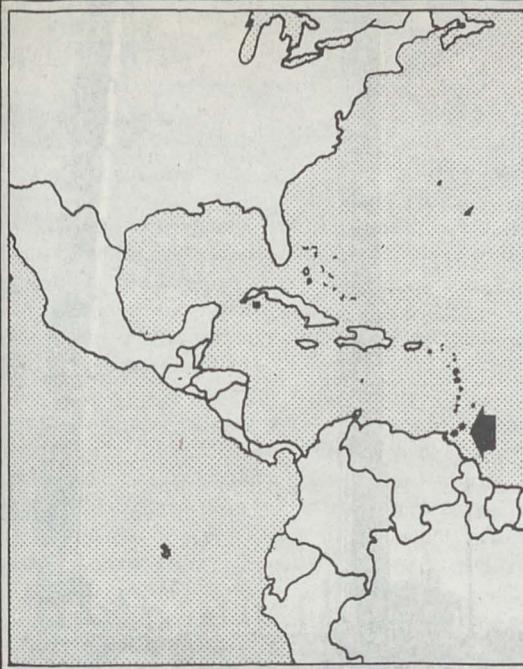
car, nas suas raízes, os problemas da miséria e marginalização que afectam as grandes maiores».

José Bolívar define, entre as prioridades do projecto, a necessidade de incorporar as grandes maiorias – e em especial os marginalizados – aos mecanismos que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas. E fala de «planificação induzida», entendendo por isso a execução de acções concretas e imediatas, sem improvisações.

Consultado sobre o tipo de relacionamento que o PREDESUR tem com as organizações populares que existiam na província antes da instalação do projecto, o engenheiro José Bolívar Vivanco revelou que «cooperam-se com elas para facilitar os objectos», e que nos contactos com os sectores marginalizados, tentam penetrá-los da necessidade de se incorporarem activamente em todas as actividades.

«Confiamos – disse – nos recursos humanos e naturais com que conta o nosso povo. E este processo impedirá que a riqueza e o poder se concentrem em poucas mãos».

TRINDADE-TOBAGO



Nas duas ilhas gémeas pouca coisa mudou ou mudou para pior

Graças ao petróleo,
um país rico nas Caraíbas
mas com uma economia e uma política
que não atendem às necessidades básicas de sobrevivência
da maioria da população

Miguel Torres

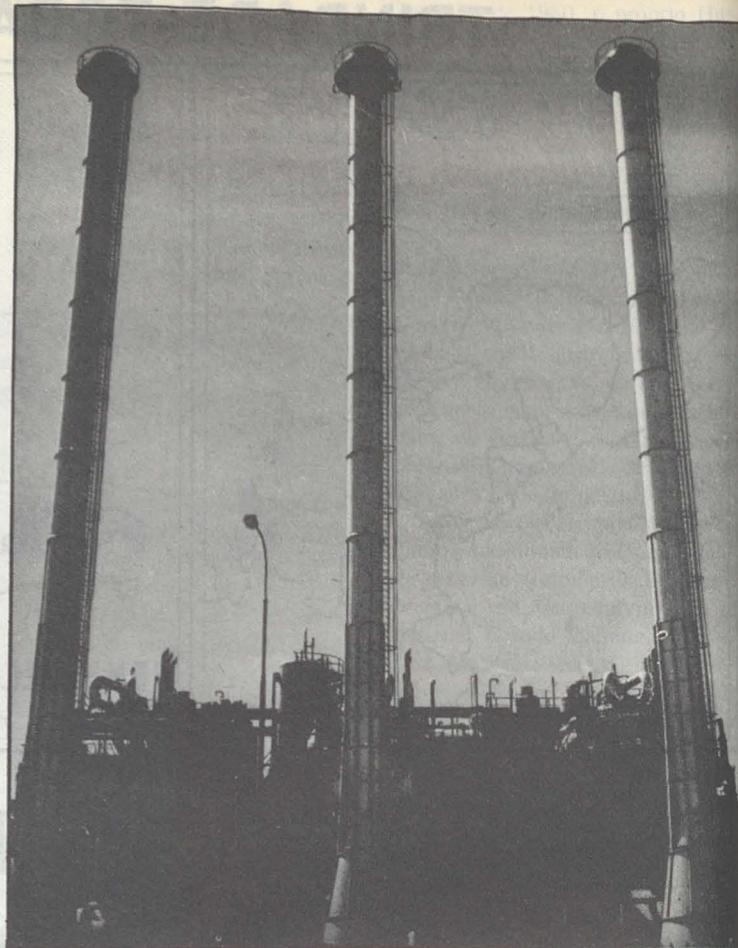
O Estado de Trindade-Tobago, formado por duas ilhas gémeas, do ponto de vista económico, raramente conheceu dias melhores que os de hoje. Apesar da bancarrota de 1973, esse país gozava — desde 1974 — de uma espectacular incremento nas suas receitas públicas. Graças ao petróleo, as receitas públicas duplicaram de 1973 a 1974; duplicaram, de novo, de 1974 a 1977 e, uma vez mais de 1977 a 1980. A receita total de 591 229 mil dólares, em 1973, aumentou hoje para mais de cinco biliões de dólares, em moeda corrente (1 dólar EUA igual a 2,4 dólares).

Para Trindade-Tobago, portanto — e de forma diferente dos países de expressão inglesa das Caraíbas, assim como da maior parte das nações do Terceiro Mundo — o período iniciado em 1974, deu-lhe virtualmente condições para uma explosão económica. Claro que dentro dos padrões de uma economia capitalista, poucos são os extremamente beneficiados e muitos os que nada recebem.

Para a maioria da população, pouca coisa mudou, ou melhor, o que mudou foi para pior. O desemprego e o subemprego, flagelos gêmeos das economias capitalistas subdesenvolvidas, ainda atingem valores altos. De acordo com os índices oficiais, o desemprego afecta de 12% a 15% da população, nível que nenhuma economia capitalista aguentaria.

O subemprego, por sua vez, é a condição permanente de milhares de trabalhadores, tanto no sector agrícola — açúcar, café, cacau e outros alimentos — como no comércio de têxteis, nos serviços domésticos e em alguns ramos do artesanato.

A inflação também é determinante, com médias de 12% a 15% por ano. Em alguns sectores, como no de alimentos, por exemplo, os preços não param de subir, apesar dos subsídios, por causa da escassez frequente e do próspero mercado negro.



O petróleo veio modificar a economia das ilhas

As rendas e as casas estão «pelas nuvens» e continuam a subir; todos concordam que dar uma casa decente e habitável para a população constitui um desafio nacional que exigirá um grande esforço para ser superado.

Assistência social, saúde, educação, saneamento básico, transportes, portos, possibilidades de lazer, enfim, a qualidade de vida nessas duas ilhas das Caraíbas deixa muito a desejar.

Essa observação baseia-se não só na realidade objectiva da situação do país, como também na comparação com outras nações das Caraíbas, cujas fontes de recursos e rendimen-

tos actuais são muito menores que os de Trindade-Tobago.

Alguns observadores são levados a perguntar, por exemplo, se na realidade não é a Jamaica que tem o petróleo e Trindade-Tobago a bauxite, já que, a despeito de todos os seus problemas, as coisas parecem funcionar muito melhor na Jamaica. Claro que na Jamaica há problemas políticos, económicos e financeiros, mas mesmo nesse mar de problemas, existe um certo clima de administração e realizações, do qual Trindade-Tobago infelizmente carece.

São também frequentes as comparações com Barbados, onde o tele-

fóne funciona, onde as estradas são limpas e quase sempre transitáveis (chova ou não), onde os preços são razoáveis (seja para casas, terras ou qualquer outra coisa), onde, em suma, a qualidade de vida é indiscutivelmente melhor.

Uma desordem profunda

Mas, num certo sentido, existem alguns sintomas de superfície que demonstram uma desordem mais profunda. De grande significado é a fraca contribuição do sector não-petrolífero. Enquanto (graças ao contínuo aumento dos preços do produto no mercado internacional) o petróleo contribui cada vez mais para o rendimento nacional, os produtos não-petrolíferos declinam de importância (1). A produção de açúcar caiu a níveis baixíssimos, assim como os cítricos, o cacau e o café; o sector agrícola contribui cada vez menos para o consumo local de frutas e verduras.

Graças à inflação, a indústria ligeira é cada vez mais insignificante como contribuinte para os lucros da exportação. Também os têxteis estão indo muito mal. Acrescente-se a isso o virtual colapso da CARICOM — Comunidade das Caraíbas. Concebida como um instrumento viável de integração comercial e económica, hoje sofre um substancial desgaste do mercado regional. E isso reflecte-se nos produtos de Trindade-Tobago.

Um dos maiores factores de dis-túrbio refere-se à estratégia particular de desenvolvimento escolhida para este período de bonança económica. À medida que entram mais petrodólares, o governo do Movimento Nacional Popular (PNM — *People's National Movement*), no poder nos últimos 25 anos e liderado pelo dr. Eric Williams, um historiador educado em Oxford, vem tentando promover, com certa pressa, o desenvolvimento dos sectores da indústria pesada e petroquímica.

Como consequência dessa política, a siderurgia ocupa lugar de destaque

no país, embora Trindade-Tobago não possua nenhum minério de ferro e os mercados internacionais existentes para o aço sejam duvidosos.

Também estão na agenda os fertilizantes, o gás natural liquefeito, plásticos, nitrogénio e fundição de alumínio. Além disso, o sector de construção tem um peso especial. Uma boa parte da receita dos petrodólares é destinada ao cada vez mais desenvolvido e ambicioso programa de edificações públicas: um complexo financeiro, um Tribunal de Justiça, um hospital-escola, um complexo administrativo, diversas centrais telefónicas, para citar só algumas. Auto-estradas, portos, gasodutos, o projecto de um novo aeroporto — e muito caro — para aviões maiores, um complexo penitenciário. Tudo isso constitui mais uma ameaça para as reservas de petróleo e vai levar a economia nacional a grandes despesas nos anos vindouros.

A estratégia económica

Quase todos esses empreendimentos têm uma grande dependência do capital internacional, por meio de empréstimos, assistência técnica especializada e «know-how» fornecidos por uma rede multi-sectorial de con-

sórcios financeiros internacionais provenientes de países capitalistas desenvolvidos.

Os aspectos fundamentais dessa estratégia são:

1. a acumulação de reservas estrangeiras em bancos capitalistas nas metrópoles, como garantia para empréstimos levantados no mercado monetário internacional.

Argumenta-se que a diferença entre as taxas de juros sobre os empréstimos e os juros ganhos sobre os depósitos, significa, em última análise, pedidos de empréstimos baratos para financiar projectos importantes; e

2. o rápido crescimento dos assim chamados «acordos de governo a governo». Países escolhidos na Europa e América do Norte são convidados a colaborarem no processo de desenvolvimento através de firmas metropolitanas reconhecidas. O governo de Trindade-Tobago assina acordos contratuais com essas firmas para a implementação de projectos especiais.

De acordo com isso, enormes quantias em dinheiro — cinco biliões de dólares em moeda local — estão acumuladas em bancos metropolitanos para investimento primário dessas organizações.



Em Trindade-Tobago o desemprego atinge níveis alarmantes

Também quase todos os maiores países capitalistas — Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Suécia, Itália, Alemanha Ocidental, Japão e até o minúsculo Estado europeu de Liechtenstein — foram agraciados com fatias do bolo do desenvolvimento.

O efeito acumulado dessa política fez com que (num período de riqueza material como o país nunca havia conhecido antes) a dependência do imperialismo crescesse e os depósitos no exterior assim como o desenvolvimento local se mantivessem presos a diretrizes económicas alheias.

Em defesa desta situação, argumenta-se às vezes que a expansão do desenvolvimento nacional constitui uma sensível e sofisticada barreira contra as pressões imperialistas. Naturalmente, essa é uma interpretação errada do capitalismo e do imperialismo internacionais e sua ampla interconexão. É uma visão equivocada dos vínculos que existem entre as transnacionais e os círculos dirigentes dos países capitalistas desenvolvidos.

Definições ideológicas

O governo do Movimento Nacional

Popular orgulha-se de ter uma ideologia própria. Na última convenção anual do partido, o primeiro-ministro descreveu o seu governo como não sendo nem capitalista, nem socialista nem mesmo capitalista-de-estado. Pode ser também que o PNM nem mesmo saiba o significado dessas categorias. O governo continua, na melhor das hipóteses, a ser um organismo pragmático e espontâneo, hoje aqui e amanhã ali, não seguindo nenhum caminho em particular por muito tempo, mas fazendo sempre tudo o que puder para atender aos ditames do capital internacional.

Desde Agosto passado, o governo e o país foram abalados por um escândalo de fantásticas proporções, envolvendo um comprovado suborno de altos oficiais pela *McDonnell Douglas Airlines Company* relativo à compra de um aparelho DC-9 para a empresa local, a *British West Indian Airways (BWIA)*. O escândalo revelou muito mais além daquilo que tinha sido só uma suspeita de alguns críticos: especificadamente, o governo e os que o cercam estão muito interessados no desenvolvimento, mas pelas transacções que ele acarreta do que no verdadeiro avanço material do país. O su-

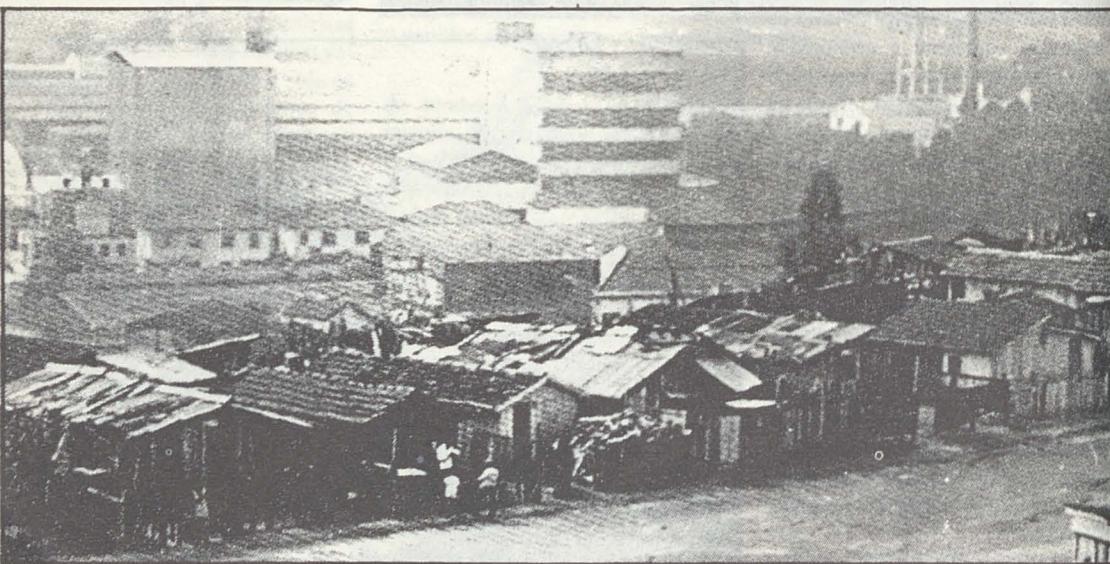
borno seria não só no sector de compras de aviões e de câmbios, mas também em várias outras áreas.

Problemas no PNM

A situação económica e política, de alguns anos para cá, tem feito aumentar a brecha dentro do partido em torno da figura do advogado Karl Hudson Phillips, que já foi procurador-geral do Governo e que defende posições bem mais reaccionárias do que o primeiro-ministro Williams.

Até há pouco tempo, a ruptura apenas estava latente. Hudson Phillips mantinha-se no partido e limitava-se à agitação da questão fundiária por meio de uma organização conhecida como *Associação Nacional dos Terratenentes e Contribuintes — NLTRA*. No fim de 1979, entretanto, ele foi expulso do partido e, desde então, um movimento especificadamente político, a *Organização para a Reconstrução Nacional (ONR)*, surgiu sob a sua direcção.

A importância da ONR reside no facto de ela representar a mais séria cisão no partido desde 1956, ameaçando a fragmentação da base eleitoral.



Nas ilhas, as rendas de casa «estão pelas nuvens»

ral do Movimento Nacional Popular (PNM). Se essa base se romperá ao meio ou se se dará a cisão de uma pequena fração (provavelmente a maior parte do partido indo com Williams e a menor ficando com Hudson Phillips), é o que ainda está por definir. O que é certo é que a ONR de Phillips está a começar a atrair o apoio de outros partidos burgueses. Há rumores crescentes da possível formação de uma coligação entre esses grupos com vista à participação nas eleições que terão lugar em meados de 1981.

Mas a ONR tem uma importância maior. É que ela, em essência, é o partido dos grandes negócios (*big business party*), ainda que tenha algum apoio de massas. Foi a Asso-

ciação Nacional dos Terratenentes e Contribuintes (NLTRA), até certo ponto, que garantiu isso. Mas a atração que Hudson Phillips exerce sobre os latifundiários (*terratenientes*) que constituem a maior parte dos membros da NLTRA, não é pragmática. Ela baseia-se no carisma, nos favores que ele dispensa a cada um e nas promessas que lhes faz. Nenhum latifundiário pode dizer, concretamente, o que fará a ONR em relação à terra e à propriedade da terra se tomar o poder; e a realidade é que fará muito pouco. Dará «rédeas soltas» aos grandes negócios, será mais severa com os operários e mais rigorosa quanto «à lei e à ordem».

Também se acredita, em alguns círculos, que Hudson Phillips seja

mais favorecido pelo imperialismo que Williams: e indubitavelmente, ele está bem mais à direita do Primeiro-Ministro.

Nos cálculos imperialistas, e por tudo o que ele representa, Hudson Phillips promete ser a figura mais maleável, menos independente, menos meritória e mais acomodada. Ou seja, a pessoa que o imperialismo procurava. Se houver oportunidade ele está mais do que inclinado a instalar um regime inteiramente dominado pelas regras capitalistas, de face muito desumana para as classes mais pobres.

Reacção de Williams

A curto prazo, porém, mesmo com todas essas desvantagens, a ONR representa um benefício para a oposição de esquerda, pelo facto de significar um enfraquecimento do poder do PNM.

Em resposta a esta nova realidade, Williams começou a comportar-se de maneira pouco habitual. Na mais recente convenção do partido, ele deixou escapar afirmações de total apoio ao PNP (*People's National Party*, de Michael Manley) da Jamaica e chegou a denunciar, alguns dias mais tarde, o encontro do FMI com Edward Seaga, líder do Partido Trabalhista da Jamaica, em Setembro/Octubro último. Essa denúncia tentava promover a reabilitação de Williams nos círculos progressistas jamaicanos e pôr fim, ainda que temporariamente, ao mau estado das relações diplomáticas que existiam entre Trindade-Tobago e a Jamaica. Mas, pela sua própria natureza, não podia ter mais importância do que isso.

Mais ou menos por essa época, os diplomatas do país e os seus representantes em foros internacionais fizeram inusitadas e progressistas declarações de apoio à Organização de Libertação da Palestina, críticas à actual ordem económica internacio-

República de Trindade Tobago

Trindade e Tobago, duas pequenas ilhas das Caraíbas, apesar de terem histórias diferentes, formam uma única nação. Trindade foi descoberta pelos espanhóis, em 1498, ficando sob o seu domínio até que, em 1802, pelo Tratado de Amiens, passou a ser colónia inglesa. Tobago foi sucessivamente colónia da Holanda, da França e, por último, da Inglaterra (em 1814), que a uniu administrativamente a Trindade, em 1898.

O país tem ao todo 5128 km² e uma população de 158 mil habitantes.

A sua taxa de analfabetismo é de 67% e o desemprego atingiu, em 1977, quase 14% da população activa.

A descoberta de importantes jazidas de gás natural e petróleo modificou radicalmente a estrutura económica das ilhas. O país, que antes tinha a sua economia centrada na produção de açúcar, passa agora a exportador de petróleo.

Depois de uma luta que se iniciou em 1924, finalmente, em 1950, o país obtém a autonomia interna. Nesse mesmo ano, o Movimento Nacional Popular (People's National Movement, PNM) ganha as eleições e leva a primeiro-ministro o dr. Eric Williams, que ocupa o cargo até hoje.

O governo enfrenta a oposição de dois partidos: a Frente Trabalhista UNIDA (ULF) e o Congresso de Ação Democrática (DACP). O primeiro de esquerda, foi criado após uma greve que paralisou o país em 1975. Baseado nos sindicatos, o seu principal objectivo era conseguir uma maior participação dos trabalhadores na vida política. E dirigido por Basdeo Panday. O segundo, de direita, reclamava a princípio maior autonomia para Tobago. Agora, já ameaça criar um movimento separatista.



O «ouro negro» não veio beneficiar as populações

nal, e condenações às empresas transnacionais.

Uma inesperada mudança na política internacional do país começava a acontecer. Essa mudança foi dirigida mais para o consumo interno do que para o externo. Isso ficou ainda mais claro quando Williams, pessoalmente, começou a criticar duramente a privilegiada élite local. Em resposta, sem dúvida, às repetidas críticas passadas, ele garantiu que o seu governo não se tornará um mero fio condutor para transferir a riqueza do controlo público para poucas mãos privadas.

Mas tal como o *Rokers Tribune* perguntou, estaremos a presenciar uma autêntica «guinada à esquerda» ou só mais uma «manobra da direita»?

O conflito com Tobago

Para um observador perspicaz da vida política de Trindade-Tobago, não causaria surpresa que o PNM, nestes últimos dias, estivesse à pro-

cura de aliados. A chave para a compreensão das últimas manobras do governo está relacionada com o incipiente conflito com os elementos neonacionalistas de Tobago, a ilha-irmã. Desde 1976, quando o Congresso de Acção Democrática (DAC) — a oposição de direita — ganhou os dois lugares parlamentares estabelecidos para essa ilha no Legislativo nacional, uma crise tem-se vindo a desenvolver, ameaçando a relação futura das duas ilhas. A vigorosa exigência do DAC de maior autonomia para os tobagonianos na condução de seus próprios assuntos, forçou o governo, em 1977, a ceder no Parlamento à proposta que assegurava a Tobago o completo autogoverno interno.

Porém, desde então, o PNM tem vindo sistematicamente a fugir a esse compromisso. Nessa manobra, foi auxiliado por uma cisão no Congresso de Acção Democrática, que teve como resultado a saída do partido de um dos dois representantes da ilha no Legislativo, o Dr. Winston

Murray. Este abandonou o DAC e formou o seu próprio *Movimento Fargo House*, assim chamado em homenagem a um momento da história de Tobago. Ao que tudo indica, o *Movimento Fargo House* situa-se ainda mais à direita que o DAC.

A base desta ruptura reside nas diferenças de personalidade entre Murray e o líder do DAC, A. N. R. Robinson, assim como nas diferenças de opinião sobre a condução da questão de Tobago.

A sedução do PNM e as suas intrigas também parecem ter tido influência, pois fizeram com que Murray ficasse evidentemente mais próximo da linha do PNM. E se fosse forçado a escolher entre o PNM e o DAC, ele escolheria trabalhar com o PNM. Indubitavelmente, isso enfraqueceu a resistência de Tobago ao PNM, mas não o suficiente para bloquear o impulso separatista do DAC na campanha pelo autogoverno interno.

Mais ainda, o DAC denunciou com rigor essa última tentativa de impor uma Assembleia só para Tobago, como uma retrógrada e insultuosa tentativa de perpetuar um governo subordinado com um outro nome e levou a questão ao conhecimento da opinião pública internacional, particularmente das Nações Unidas. Sob esse ponto de vista, o recente ingresso do PNM na cena internacional — rompendo radicalmente com o seu antigo isolacionismo — pode ser interpretado como uma tentativa de prevenir qualquer iniciativa daquele partido de se envolver com os interesses internacionais, na disputa de Trindade-Tobago.

Uma questão democrática

Para muitas pessoas, o problema de Tobago é essencialmente uma questão de democracia: por um lado, está baseado no reconhecimento de que os assuntos de Tobago foram

mal conduzidos durante décadas e, por outro, baseia-se na suposição de que o povo de Tobago pode valer-se a si próprio. Há também a convicção bastante difundida de que o PNM faz pouco caso das decisões parlamentares, deixando de atender dessa forma às opiniões de amplos sectores da população.

Como era de esperar, a questão de Tobago foi um factor de união das forças de oposição. Ela propiciou oportunidades para um intercâmbio fraternal entre os partidos e os grupos de oposição e ajudou a promover um reconhecimento da necessidade de união entre os opositores. Da mesma forma, ajudou a reabilitar A. N. R. Robinson.

De uma posição bastante à margem das actividades políticas recen-

tes, Robinson ganhou pontos, graças ao problema de Tobago e à publicidade que isso causou. Ao mesmo tempo, cresceu a convicção de que Murray é uma figura gasta e comprometida, e tanto ele como o direitista *Movimento Fargo House* entraram, ao que tudo indica, num declínio irreversível.

A posição da esquerda

E em relação à esquerda? Desde a divisão de 1977 da Frente Trabalhista Unida (ULF), a esquerda tem vindo a perder posições na política interna do país. Uma das facções, liderada pelo ex-tenente do exército Raffique Shah, praticamente deixou de existir e, agora, o próprio Shah

trabalha para o jornal reaccionário *Target* (Alvo), que pertence a uma cadeia de jornais de direita.

A outra facção, comandada por Basdeo Panday — fundador da Frente — ainda é uma dúvida. O partido deixou de ser visto como um veículo de luta e das realizações da classe operária, com a penetração de elementos pequeno burgueses do centro e da direita, e não é considerado, nem mesmo pelos seus mais fanáticos seguidores, como uma alternativa séria ao sistema.

Em termos de apoio de massa, a facção Panday continua a desfrutar da lealdade de um grande número de trabalhadores do sector açucareiro, mas as eleições de Abril de 1980 revelaram o carácter precário desse apoio.

Hoje, admite-se que tanto o PNM como a ONR penetraram com êxito nas bases rurais, enquanto que os grupos da esquerda tradicional têm perdido o seu apoio.

Isso significa que o futuro da esquerda poderá vir a ficar nas mãos dos grupos mais autênticos e representativos. A confusão dos últimos anos confirmou, no mínimo, a necessidade e a urgência da criação de um partido que seja o verdadeiro representante da classe trabalhadora, sério, disciplinado e com objectivos e programa claros. Dada a sede popular de reais soluções para a presente situação socioeconómica, o que origina uma conjuntura explosiva, não há nenhuma razão para que um partido com essas características não possa forjar o futuro com as suas mãos.

(1) — A descoberta de importantes jazidas de gás natural, em 1973, mudou a estrutura económica da ilha. O petróleo produzido pelas ilhas é exportado em bruto. Williams iniciou um processo de nacionalização da indústria petrolífera, adaptou a sua política de preços à da OPEP e insinuou que poderia solicitar o ingresso do país na organização. Mas nem por isso deixa de estimular os investimentos das transnacionais (Shell e Texaco) nas ilhas. (N. da R.).



A produção de cana-de-açúcar atingiu níveis baixíssimos

TIMOR-LESTE



As iniciativas de Portugal esquecem povo maubere

O projecto da aliança de direita no poder em Portugal visa, em última análise, legalizar uma situação ilegal: a ocupação de Timor-Leste pelas forças indonésias

Adelino Gomes*

PELA primeira vez em cinco anos, o governo português definiu uma política sobre a questão de Timor.

O Conselho de Ministros anunciou, em 12 de Setembro passado, um conjunto de medidas concretas, com base em propostas apresentadas pelos primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de então, líderes respectivamente do PSD e do CDS, partidos maioritários da coligação governamental conservadora no poder.

Será talvez pouco significativo assinalar que, na véspera do anúncio da decisão governamental, um auto-denominado «Movimento da Juventude de Timor» realizara uma manifestação em Lisboa, pedindo que Portugal «regressasse e descolonizasse» Timor. Mas não deixará de ter importância saber-se que estávamos a poucos dias da abertura da campanha eleitoral para a Assembleia da República. Dez meses antes, a Aliança Democrática prometera uma maior atenção aos problemas dos refugiados, em particular os de Timor, que vivem em condições miseráveis nos arredores de Lisboa.

Os partidos conservadores souberam aliás aproveitar-se, com raro sentido político, dos dramáticos problemas de meio milhão de pessoas apresentadas nos anos de 75, 76 e 77 como as «vítimas da descolonização exemplar». Timor permanece como ferida aberta e é público que tanto o CDS como o PSD apoiam e sustentam organizações de carácter humanitário, político e até partidário formadas por naturais desse território. (1).

Não admira assim que parte substancial das medidas anunciadas se dirijam aos problemas dos refugiados, a quem é prometida ajuda económica e social, através de um programa de emergência que incluirá a construção de habitações, assistência social, implementação dum projeto de exploração agropecuária e formação profissional.

O governo participará ainda em acções humanitárias de carácter internacional. E ao abrigo dum plano de «reagrupamento familiar», dispõe-se inclusivamente a entabular conversações com a Indonésia «com a expressa ressalva de que não envolverão o reconhecimento da situação criada em Timor-Leste» (2).

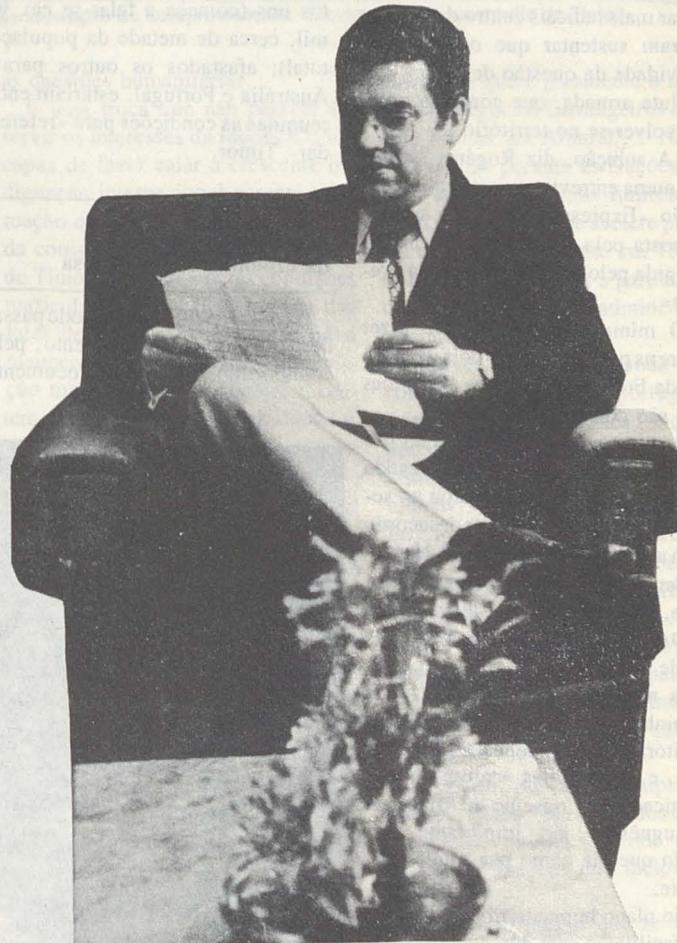
A segunda parte das propostas governamentais inclui audição dos partidos com representação parlamentar e de «todos os movimentos representativos do povo de Timor»; assim como a consulta a nível diplomático, de todos os países «directamente interessados numa solução para o problema de Timor, nomea-

damente a Indonésia, os EUA, Austrália, Japão, China, Holanda, (3), os novos países independentes de língua portuguesa e os membros da CEE».

Tão importante o que se diz como o que se omite

Parece clara a tendência governamental portuguesa para circunscrever o problema de Timor aos seus aspectos humanitários.

Talvez por isso, e porque efectivamente Timor é hoje um símbolo da



Freitas do Amaral, líder do CDS, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da coligação conservadora no poder em Portugal, apontado como o principal autor das propostas governamentais

fome e de refugiados, como lhe chamava há semanas um grande jornal norte-americano, a iniciativa portuguesa foi aplaudida de imediato pelas Nações Unidas e acolhida em termos favoráveis um pouco por todo o lado.

O próprio representante da Fretelin nas Nações Unidas, José Ramos Horta, considerou «muito positivo» o plano português, reconhecendo que o governo da Aliança Democrática estava a «tentar assumir responsabilidades das quais outros governos desertaram».

Passados, contudo, os primeiros momentos de estupefacção agradada, sectores que se poderão considerar mais radicais dentro da Fretelin vieram sustentar que o centro de gravidade da questão de Timor está na luta armada, que continua a desenvolver-se no território.

«A solução», diz Rogério Lobato (4) numa entrevista recente ao semanário «Expresso» (5), será sempre imposta pela força da luta armada, dirigida pelo Comité Central da Fretelin».

O mínimo que se poderá dizer sobre as posições destes dois dirigentes da Fretelin no exterior é que elas não são coincidentes.

A questão aliás tornou-se do domínio público, em Portugal, quando Abílio Araújo (6) manifestou ao semanário «O Jornal» o seu desacordo com as declarações de Ramos Horta.

Para Abílio Araújo e Rogério Lobato, acompanhados a este nível pelo CIDAC, pela AAPTLE e pelo Comité 28 de Novembro (7), o plano português não deixará, a prazo, de abrir caminho à definitiva anexação do território pela Indonésia. Na verdade, e à luz destas análises, o comunicado do Conselho de Ministros português é tão importante por aquilo que diz como por aquilo que omite.

No plano humanitário, as propostas facilitarão sem dúvida a saída de Timor Leste de alguns milhares de habitantes. Trata-se, diz Rogério

Lobato, dum «velho plano indonésio cuja intenção é fazer sair de Timor Leste os timores para depois repovoar o país com gente de outras ilhas».

Fala-se na transferência maciça para Timor de habitantes das ilhas de Java e Bali, à semelhança do que estará a acontecer na Nova Guiné Papua, Molucas, Bornéu, Sumatra e outras ilhas onde se registam levantamentos armados contra o regime do general Suharto.

Para além do aniquilamento da identidade cultural dum povo (8), o repovoamento constituirá uma arma de eficácia espantosa contra a vontade de libertação dos timores. Mortos uns (começa a falar-se em 300 mil, cerca de metade da população total); afastados os outros para a Austrália e Portugal, estariam então reunidas as condições para «referendar» Timor.

Manobras da diplomacia portuguesa

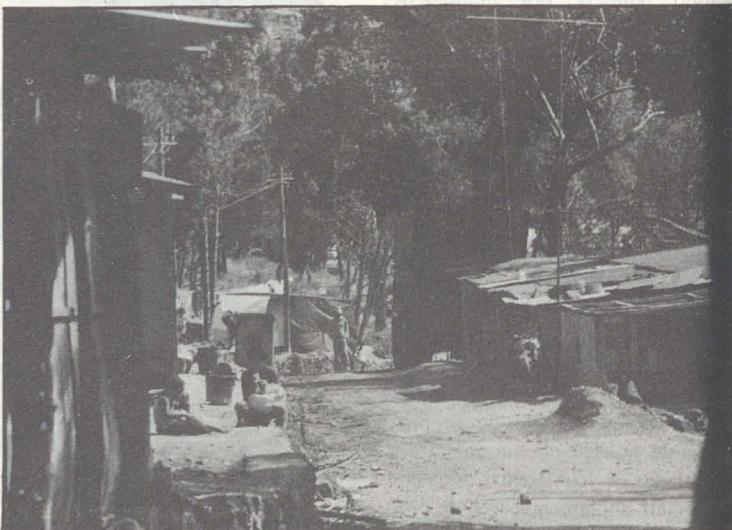
No plano político, não pode passar despercebido o silenciamento, pelo comunicado (tornado documento

oficial da A.G. da ONU) do papel da Indonésia como potência agressora, e a não exigência de retirada do seu exército dum território de que Portugal se continua a declarar potência administrante.

Item importante das primeiras resoluções da ONU em 1975 e 1976, a condenação da Indonésia já não surge, aliás, em termos explícitos, na resolução adoptada a 3 de Novembro deste ano.

A propósito, círculos próximos da Fretelin denunciaram-nos o papel da delegação portuguesa na supressão de todas as referências à participação do povo maubere no processo de autodeterminação e independência. Entre outras alterações, os diplomatas portugueses terão imposto a substituição dos termos dum dos considerandos em que se atribuía às propostas portuguesas o objectivo de «possibilitar ao povo do território exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência», por uma expressão extremamente ambígua visando «encontrar uma solução razoável para o problema».

Caberá aqui interrogarmo-nos sobre as razões que estiveram na origem da fraquíssima votação da reso-



Nos subúrbios de Lisboa, os refugiados timores vivem em condições degradantes

lução sobre Timor, na última Assembleia Geral. A tática que parece ter estado na base da apresentação dum texto mais moderno do que os anteriores, teve afinal como resultado o aumento dos NAO (de 31 em 1979, para 35), e a redução do número dos SIM (de 63 para 58). A comparação será mais chocante se recordarmos que os votos positivos passaram de 73 em 1975 para 58 este ano, e os negativos de 9 para 35, sem que as abstenções tenham variado substancialmente — 43 em 1975, 39 agora.

A avaliarmos pelas declarações de voto, a exigência duma solução para Timor com respeito pelas normas do direito internacional deixou de ser «realista» (Suécia e Canadá exprimiram-se nesse sentido). Alguns observadores pensam que, a partir de agora, a comunidade internacional se preocupará essencialmente com os aspectos humanitários do problema, tese que, a fazer vencimento, implicará, mais tarde ou mais cedo, a retirada da discussão do caso de Timor Leste da agenda da 4.ª Comissão das Nações Unidas.

Legalizar uma situação ilegal

Estaríamos assim, segundo os mesmos observadores, perante uma tentativa de «legalizar uma situação ilegal». Mediante uma subtil mudança de tónica do problema, Timor deixaria de ser um país agredido e anexado, e passaria a ser um território onde se morre de fome e da doença.

A comunidade internacional «esqueceria» deste modo as raízes do problema, para se preocupar apenas com as suas (trágicas) consequências.

Em reforço desta tese, a resposta da Indonésia às propostas do governo português: reconheçam a anexação e depois conversaremos sobre



Manifestação do autoproclamado «Movimento da Juventude de Timor»

as questões humanitárias.

E uma troca que não deixará de servir os interesses da Indonésia, incapaz de fazer calar a crescente indignação internacional perante a situação que criou em Timor. Apesar da conspiração de silêncio em volta de Timor, facilitada pelas condições particulares (e únicas na história das lutas de libertação) em que o povo maubere resiste, a grande informação mundial teve de acolher recentemente os aspectos mais chocantes e moralmente escandalosos da repressão indonésia em Timor.

Colocada por estas razões numa posição incómoda perante os seus parceiros do terceiro mundo e os seus aliados ocidentais, a Indonésia encontra agora na proposta portuguesa a saída ideal do atoleiro em que corre o risco de se afundar por completo (9).

Será ajudada entretanto, pelos interlocutores que o governo português definirá como válidos, a nível interno. Um exemplo: nas Nações Unidas foi ouvido como porta-voz da UDT (partido cujo presidente é Lopes da Cruz, vice-governador de Timor), um elemento que dirige em Lisboa o denominado Gabinete dos Assuntos de Timor, órgão do CDS,

partido de que é presidente o ministro dos Negócios Estrangeiros de então, Freitas do Amaral!... Na sua intervenção perante as Nações Unidas, aquele elemento limitou-se a pedir à Indonésia que acelere projectos de desenvolvimento em Timor e se mostre mais aberta à participação de naturais da ilha na administração pública.

Não será difícil neste modo que as consultas do governo português à Assembleia da República (onde dispõe de maioria absoluta); aos países «directamente interessados no problema» (na sua maioria anti-Fretelin); e aos movimentos «representativos» do povo de Timor (dois deles pelo menos — a UDT e o MNLT — emanações da coligação AD no poder) dêem como resultado, a necessidade de se avançar para uma solução negociada com a Indonésia da qual este país possa sair com «honra»...

E assim, por meios amplamente democráticos e em nome dos direitos humanos, teríamos Timor riscado das preocupações dos meios internacionais!...

E preciso porém que se recorde que a Constituição Portuguesa vincula o país à responsabilidade de



Nenhuma «solução» poderá ignorar aqueles que continuam a combater os invasores

«promover e garantir o direito à independência de Timor Leste», ao mesmo tempo que reconhece expressamente «o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo».

Ainda que os planos do governo português visassem formalmente a garantia destes direitos (e não parece ser o caso) (10) Portugal não poderia nunca substituir-se ao povo timor, definindo unilateralmente quem são os seus representantes e quais portanto os seus interesses.

Para além da retirada das forças indonésias, é óbvio que nenhuma solução poderá ser encontrada sem que nela participem aqueles que, desde há cinco anos lutam de armas na mão, no interior do país, pela libertação do povo timor.

Foi assim em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, no Zimbabwe; será assim na Namíbia, no Sára Ocidental, na Palestina e em Timor Leste.

As soluções de fora para dentro deram sempre como resultado a instauração de regimes fantoches e neocolonialistas.

Timor-Leste: a marginalização desde o 25 de Abril

As forças da esquerda portuguesas, como vem sendo habitual sempre que Timor está em questão, disseram algumas palavras de circunstância e não voltaram ao assunto.

Nisso acompanharam (é forçoso dizê-lo, por mais que custe ou choque) o comportamento dos sucessivos governos pós-25 de Abril.

As forças progressistas nada têm a ganhar com o silenciamiento dos erros cometidos, antes lhe é própria a autocritica como método seguro e imprescindível para a correção dos desvios e para o encontro, momento a momento, da via mais certa. No caso de Timor Leste, o debate ainda está por fazer. Não será esta a tribuna indicada, mas talvez interesse sublinhar que é excessivo proclamar-se (como vem sendo comum) que já foi atingido um dos mais importantes objectivos do 25 de Abril — a DESCOLONIZAÇÃO. Enquanto Timor Leste permanecer sob o jugo colonial, os mais puros dos ideais da Revolução de Abril continuam por cumprir. E as forças progressistas portuguesas não podem nem devem repousar na falsa ideia de que foi feito tudo o que podia ter sido feito, e que agora compete à comunidade internacional resolver o conflito.

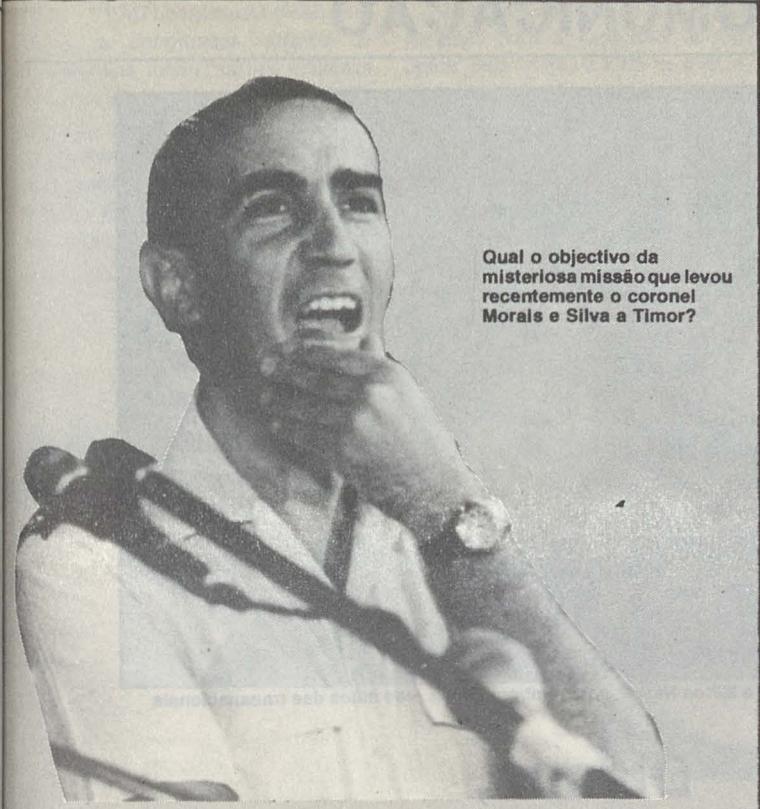
O silêncio, o esquecimento, e um certo lavar de mãos colectivo estarão possivelmente na origem do embaraço com que as organizações de apoio a Timor Leste receberam, num primeiro momento, as propostas do Governo português.

Importa no entanto tentar ver claro, sem dogmatismos excessivos (do tipo «tudo o que vem da AD é mau por natureza») mas também sem ingenuidades que se poderão vir a pagar caro. A esta luz, e para além das reservas que se alinhavam no artigo ao lado, deverá chamar-se a atenção para um outro dado. O governo da AD definiu como uma das prioridades da sua política externa o fim das «diplomacias paralelas». Foi um modo de ferir de morte determinadas iniciativas do presidente da República, mormente as mais viradas para a cooperação com o Terceiro Mundo. No caso concreto de Timor, o governo paralisou totalmente a iniciativa presidencial de constituição dum grupo de trabalho para a resolução conjunta de problemas de repatriamento de portugueses e da autodeterminação e independência do território.

Ora, mesmo o governo que não admite «diplomacias paralelas», não disse uma palavra de crítica em relação a uma recente viagem à Indonésia dum oficial superior da Força Aérea.

(1) Uma dessas organizações — Movimento Nacional para a Libertação e Independência de Timor-Dili — interveio mesmo nas recentes elei-

ções para a Presidência da República. Num comunicado tornado público nas vésperas do acto eleitoral «chora a morte dos homens for-



Qual o objectivo da misteriosa missão que levou recentemente o coronel Moraes da Silva a Timor?

O coronel Moraes da Silva (antigo conselheiro da Revolução e chefe do Estado-Maior da Força Aérea) deslocara-se já àquele país em 1976, para intervir na libertação de 25 militares portugueses mantidos como reféns pela Indonésia durante cerca de um ano.

Considerou na altura este militar-político que era «irreversível a integração de Timor na Indonésia», depois de, conta a imprensa da época, ter sido recebido «como um príncipe» naquele país com quem Portugal estava de relações cortadas, e de se ter encontrado nomeadamente com um oficial que comandou a invasão de Timor e lhe serviu de «guia» na visita de algumas horas a Timor.

A segunda viagem de Moraes da Silva está ainda envolta nalgum mistério, devido à sua recusa em fornecer quaisquer explicações aos órgãos de informação. Observadores não deixam contudo de ligar a viagem com a divulgação das propostas do governo português, tanto pela sua proximidade no tempo, como e sobretudo pelo complacente silêncio com que foi recebida, pelas autoridades, a notícia publicada pelo semanário Expresso em 15.11.80, de que ela se poderá inserir num conjunto de ações «a jogar em próximo futuro a favor da Indonésia».

tes» (referência ao primeiro-ministro Sá Carneiro, vítima dum acidente de aviação), apela «a todos os verdadeiros portugueses que

votem em Presidente forte» (sic), dizendo ainda, numa linguagem de paráfrases camonianas que «a forte gente está à espera para marchar»...

- (2) Portugal cortou relações diplomáticas com a Indonésia no próprio dia da invasão de Timor, a 7 de Dezembro de 1975.
- (3) A Holanda foi a antiga potência colonial da Indonésia e representa junto deste país os interesses de Portugal desde a data do corte de relações diplomáticas.
- (4) Membro do Comité Central da Frelolin, comandante das Forças Armadas de Libertação Nacional e ministro da Defesa da República Democrática de Timor Leste. E irmão do presidente Nicolau Lobato, morto numa emboscada pelos indonésios, em Dezembro de 1978.
- (5) Este jornal é propriedade de Francisco Pinto Balsemão, um dos fundadores do PPD (hoje PSD, partido no poder). Balsemão ocupou o cargo de ministro adjunto do primeiro-ministro de Janeiro a Dezembro de 1980 e foi escolhido pelo seu partido para suceder a Sá Carneiro na presidência do PSD e na chefia do governo. O seu jornal, próximo dos meios liberais, tem acompanhado sempre com atenção particular a questão de Timor Leste.
- (6) Membro do Comité Central e ministro para os Assuntos Económicos e Sociais.
- (7) CIDAC — Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, dirigido pelo conhecido militante anticolonialista Luís Moita; AAPTL — Associação de Amizade Portugal/Timor Leste, com cerca de um milhar de associados em todo o país; Comité 28 de Novembro — formado por refugiados timores militantes da Frelolin, tem colaborado em inúmeros espectáculos e jornadas de luta divulgando a cultura do povo maubere.
- (8) São diferentes a história, a língua e a religião na Indonésia e em Timor Ocidental.
- (9) «A AG das Nações Unidas, diz o 'New York Times' num editorial recente, ofereceu a redenção à Indonésia, ao apoiar a iniciativa de Portugal. Se ela for desprezada, Jacarta confirmará que o seu tipo de colonialismo é tão cruel como o que os países europeus realizavam.»
- (10) Ver nota em anexo.

* Colaborador dos **cadernos**, observador atento da situação em Timor-Leste, onde se encontrava quando as tropas indonésias iniciaram os ataques que antecederam a invasão daquela ex-colónia portuguesa pelo regime de Suharto.

COMUNICAÇÃO



Chico Buarque, Francis Hime e Milton Nascimento: embora contra, nas mãos das transnacionais do disco

Discos, a invasão cultural

ACTUALMENTE, quase 60% de todo o mercado ocidental discográfico é dominado por cinco grandes empresas multinacionais, três norte-americanas e duas europeias. As vendas em 1977, nos mercados da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, África do Sul, México, Brasil e Argentina, foram calculadas em 8 bilhões de dólares. Só nos EUA essa cifra atingiu 4 bilhões de dólares.

A maior das empresas norte-americanas é a *CBS Records Division*, cuja etiqueta mais importante é a *Columbia*. Segundo um estudo feito pelo finlandês Martti Soromaki, a CBS arrecadou nesse mesmo ano aproximadamente 800 milhões

de dólares, 15% do volume total de vendas. A principal companhia de discos britânica, a *EMI*, ficou com outros 15%, seguida pela *Polygram*, um consórcio alemão-holandês, que atingiu a mesma percentagem. Outras duas, a *Warner Communication* e a *RCA*, ambas dos Estados Unidos, alcançaram 7 e 9% do mercado, respectivamente.

A história das companhias gravadoras tem a sua origem no rádio, mas recentemente as indústrias cinematográficas entraram no mercado: em 1974, a indústria do disco representava 18% do total de vendas das oito maiores produtoras de Hollywood, um negócio bem melhor que os contratos feitos com a televisão. A *Paramount*, por exemplo,

comprou 50% da divisão musical da *EMI* e hoje as companhias cinematográficas norte-americanas controlam 35% do mercado do disco dos Estados Unidos, enquanto as cadeias de televisão têm o monopólio de 20% desse mercado.

EMI, a maior

Para a revista *Billboard* — a bíblia dos experts do mundo do disco — a *EMI* é a mais completa em representação no mundo, e fora dos Estados Unidos é a que tem os maiores volumes de negócios: é a primeira na Grã-Bretanha, a segunda em toda a Europa e a primeira a nível mundial. De acordo com um levantamento feito pelo jornalista Fernando Reyes

Matta, a EMI opera em 33 países, em todos os continentes, através de companhias locais; utiliza centenas de pessoas ligadas à promoção de discos e mais de mil vendedores encarregados de estimular a procura. O seu grande salto no mercado discográfico foi dado na época dos Beatles, seu generoso cliente.

Ainda hoje existem zonas privilegiadas para a expansão: a EMI optou pela Ásia, a CBS e a RCA, além do mercado europeu, actuam com agressividade na América Latina, onde somente três países — Brasil, Argentina e México — lhes propiciam um rendimento de 350 milhões de dólares.

O mundo do disco não é apenas um amplo horizonte de rostos, vozes e qualidades técnicas, mas sim uma realidade onde se reflectem, de maneira crescente, práticas e condutas que fazem do cultural muito mais uma questão de mercado do que uma aspiração social. □

Enlatados norte-americanos invadem o mundo

Em 1979, as três cadeias de televisão norte-americanas (ABC, CBS e NBC) receberam 275 milhões de dólares pelas vendas de programas para todo o mundo. O problema é grave se analisado do ponto de vista dos seus efeitos culturais, especialmente nos países do Terceiro Mundo, onde esta invasão é conhecida como «sincronização cultural».

Esses enlatados contêm não só uma história, mas principalmente reflectem um modelo de desenvolvimento, uma visão de vida que beneficia os interesses externos dos EUA; basta observar os programas de televisão tipo Kojak, a Mulher Maravilha, Patrulha Motorizada e muitos outros que marcam a concepção norte-americana da fantasia, do futuro e do mundo.

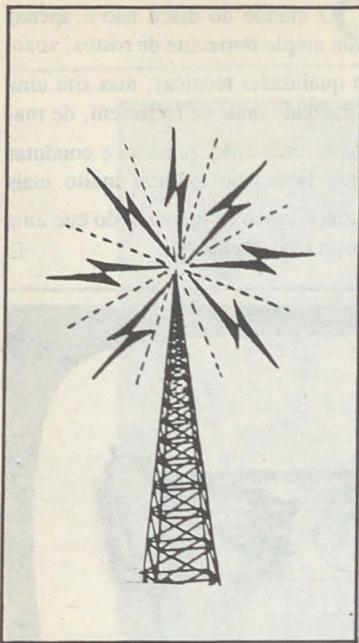
A maioria desses programas são vistos por crianças: nos Estados Unidos, 33 milhões de menores de 12 anos vêem, em média, 25 horas semanais, de televisão. O professor Scott Ward, da Universidade de Harvard, afirma que as crianças norte-americanas são bombardeadas anualmente por 25 mil anúncios comerciais dirigidos especificamente a elas, o que representa um investimento de 600 milhões de dólares. Na opinião do professor, essa publicidade abusa da incapacidade infantil de distinguir a fantasia da realidade e promove hábitos de



consumo desnecessários ou inúteis, que, na maior parte dos casos, não correspondem às expectativas infantis.

Esses dados foram citados numa pesquisa pelo especialista em comunicação, o jornalista Fernando Reyes Matta. Ele estudou a actuação das cadeias norte-americanas de televisão, constatando que as vendas ao exterior representam entre 20 a 25% do total da receita dessas empresas. No entanto, os preços variam de país para país, para assegurar que todos possam adquiri-los. De acordo com um quadro informativo publicado pela revista Variety: meia-hora do programa no Haiti custa entre 30 e 50 dólares; no México a mesma meia-hora custa entre 1200 e 1300 dólares e no Brasil entre 4 mil e 5 mil dólares.

De acordo com um levantamento feito pela revista Television Radio Age, as principais empresas e a seus investimentos em publicidade na televisão em 1979 foram: Procter and Gamble Co., 463 milhões de dólares; General Food Corp., 297 milhões de dólares; American Home Products Corp., 165 milhões de dólares; General Mills Inc., 157 milhões de dólares; e General Motors Corp., 147 milhões de dólares. O total gasto no ano de 1979 pelos 100 maiores anunciantes dos Estados Unidos foi 5529 bilhões de dólares.



Consolida-se a Agência Panafricana de Notícias

O COMITÉ de especialistas da Agência Panafricana de Notícias (PANA) reuniu-se de 1 a 3 de Dezembro na sede da Agência, em Dacar (Senegal), para examinar a colocação em funcionamento da agência e as resoluções adoptadas pelo Conselho Intergovernamental dos países-membros, assim como o resultado dos trabalhos do Comité Técnico.

Para concretizar a colocação em funcionamento definitivo, falta ainda um estudo que deverá estabelecer o custo total dos investimentos, baseado nas seguintes informações:

1) actual estado da comunicação entre os estados-membros e da sede da PANA em Dacar;

2) equipamentos necessários para uma transmissão diária de 100, 200 e 300 palavras;

3) os equipamentos complementares para a sede do *pool* a fim de assegurar a transmissão de informações procedentes e destinadas aos estados-membros;

4) os equipamentos de emissão e recepção necessários para a sede da Agência PANA, em Dacar, para assegurar a emissão e recepção de telegogramas.

Com a finalidade de fortalecer os esforços empreendidos para o estabelecimento da Agência, o seu director foi designado para:

— prosseguir os contactos com a UIT (União Internacional de Telecomunicações), UNESCO e outros organismos das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes;

— efectuar contactos preliminares com os países exportadores de petróleo (OPEP) e com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com a finalidade de garantir a sua cooperação na elaboração dos estatutos e da definição dos mecanismos básicos ao desenvolvimento da Agência.

Os directores das agências nacionais dos países-membros vão reunir-se durante este ano de 1981 para discutirem as recomendações levadas pelos comités.

Uma manobra de direita

Um panfleto infame contra o bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, está a ser distribuído pelo correio como se fosse remetido pela Editora Terceira Mundo Ltd.^a, editora de cadernos do terceiro mundo no Brasil. Um desses envelopes, destinado ao general Adalberto Pereira dos Santos, ex-vice-presidente da República, foi devolvido à nossa editora por não ter sido encontrado o seu destinatário.

A simples leitura do panfleto mostra que uma publicação dessa ordem nada poderia ter a ver com a nossa revista, que sempre demonstrou conside-

ração por D. Pedro e um grande respeito por sua admirável obra evangélica. No entanto, o que chama a atenção, é o método utilizado para este tipo de campanhas, tentando comprometer a nossa revista.

A extrema direita brasileira continua no circuito postal. Seja com bombas, como foi o caso do assassinato na Ordem dos Advogados do Brasil da sra. Lyda Monteiro da Silva, ou usando-o no lançamento e promoção de processos que possam gerar confusão e mal-estar entre duas entidades como, no caso, cadernos do terceiro mundo e a Igreja brasileira.



"Afrique-Asie"

continua

□ Impuseram-se finalmente as «razões de Estado» sobre todas as condenações e reclamações da opinião pública internacional: o jornalista egípcio Simon Malley, director da revista *Afrique-Asie* foi expulso da França, onde residia há mais de onze anos. A acusação, segundo tentou explicar o ministro do Interior francês Assembleia Nacional, foi que «o senhor Malley punha em perigo os interesses da França em Estados com os quais temos relações diplomáticas normais». Em outras palavras, os regimes do Zaire, Gabão, Senegal, a República Centro-Africana e outros satélites de Paris, molestados pelos ataques que lhe dirigia *Afrique-Asie*, recorreram à «mãe-pátria» para que lhes resolvesse esse problema.

Os ditadores ficaram agradecidos. Mas, o acto de expulsão não poria em perigo as relações da França com outros países? Vinte e dois chefes de Estado do Terceiro Mundo intercederam junto do governo francês a favor de Simon Malley, da mesma forma que a quase totalidade da imprensa francesa — inclusive aquela pouco inclinada a apadrinar as opiniões da Malley.

Era mais do que as relações com um punhado de ditaduras o que preocupava Paris. Com a expulsão, quis-se castigar a implacável denúncia da *Afrique-Asie*

do apoio francês aos regimes mais impopulares da África, à intervenção velada ou aberta dos serviços de informação franceses no ultramar, aos interesses pessoais que o presidente Giscard D'Estaing tem em vários países africanos. Enfim, a denúncia do imperialismo francês que continua a existir, mais de um quarto de século depois da derrota de Diem Bien Phu.

Mas esse objectivo não foi conseguido. Fora da França, Simon Malley continua à frente de *Afrique-Asie*. E esta revista irmã continua a exprimir a voz dos povos oprimidos do mundo. Como expressa o editorial do

primeiro número publicado depois da expulsão de Malley, «não mudarão nem a linha de *Afrique-Asie* e nem a vontade da sua equipa de continuar a tarefa».

«Eu não reconheço nos métodos e no procedimentos indignos utilizados contra a liberdade de imprensa, a imagem daquela França cuja história aprendemos antes mesmo daquela dos nossos países», respondeu Malley ao ministro que o expulsou por ordem expressa do presidente francês. «A arbitrariedade — acrescentava — continua a esconder o seu rosto por detrás do belo lema de «liberdade, igualdade e fraternidade».

Uma nova revista

□ Uma nova publicação de interesse para o Terceiro Mundo começou a ser editada nas últimas semanas. O Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México lançou a revista trimestral *El Caribe Contemporâneo*, editada pela professora Suzy Castor que tem sido uma importante colaboradora da nossa equipa editorial. *El Caribe Contemporâneo* substitui uma publicação anterior, *El Caribe Trimestral*, que se dedicava à recompilação de notícias da região, para iniciar uma etapa «dedicada ao exame e discussão das tendências mais im-

portantes na área». A revista propõe-se «ser um vínculo para a comunicação entre as Caraíbas e a América Latina, pois o isolamento e a separação dos nossos povos e das nossas comunidades académicas e científicas foram um agente de desunião, divisão e ignorância».

O preço do exemplar é de US\$ 2,25 (dois dólares e vinte e cinco céntimos americanos). A correspondência deve ser dirigida ao Centro de Estudos Latino-Americanos, Área das Caraíbas, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais. Unam, México, D.F.

Equador

VÁRIAS etnias habitavam o território do actual Equador, quando Tupac Yupanqui iniciou, em 1478, a conquista dessas terras para o seu império Inca. Em poucos anos, a região norte do Tahuantinsuyo, cujo centro era Quito, adquiriu grande importância. Mas a rivalidade pela sucessão entre Atahualpa, de Quito, e Huáscar, de Cuzco, debilitou a tal ponto o poderio inca, que um pequeno bando de duzentos aventureiros, comandado pelo analfabeto espanhol Francisco Pizarro, conseguiu colocar esse império, de cultura avançada e quinze milhões de habitantes, sob o domínio da coroa espanhola.

A partir de então, os indígenas deixaram de ser homens livres, que trabalhavam solidariamente a terra, para se converterem em semi-escravos, explorados sob o regime de encomendas. A situação do campesinato pouco muda com a independência do país. O poder político é usurpado pela oligarquia local, que consolida a propriedade latifundiária da terra.

A incapacidade política da oligarquia governante e a sua falta de sentido nacionalista reflectem-se nas sucessivas mutilações que sofreu o Equador, que tinha 1.038.000 km² sob o domínio espanhol, 706.000 km² em 1830 ao separar-se da Gran Colômbia constituída por Bolívar, juntamente com a Venezuela e a Colômbia, 537.000 km² depois de ceder territórios ao Brasil em 1904, 472.000 km² depois de cláusula cedência à Colômbia em 1916, e finalmente 270.000 km², depois de assinar o Protocolo de Paz com o Perú que pôs fim a uma breve guerra entre os dois países.

Em 1895, a Revolução Liberal dirigida por Eloy Alfaro renova as esperanças do povo numa verdadeira Reforma Agrária. Mas a grande propriedade das terras não é afetada, Alfaro é assassinado e o país sofre a dominação neocolonial do imperialismo britânico.

A transição da «era da borracha» para a «era da banana» marca uma mudança de domínio. O caminho de ferro inglês cede o lugar ao camião norte-americano. As transacionais bananeiras exercem considerável influência sobre a política equatoriana.

122 guia do terceiro mundo

A TERRA: 283.561 km². Atravessado pela linha equatorial, da qual o país tomou o seu nome, está dividido em três grandes zonas: a planície costeira atlântica, de clima e vegetação tropicais, a serra andina, com elevadas altitudes das montanhas dos Andes — com climas variáveis segundo a altitude, e a região amazônica, coberta de selvas e ainda, em grande parte, por explorar. A agricultura foi, tradicionalmente, a base da economia, muita embora o petróleo tivesse modificado esse panorama na década de 1950. A indústria adquiriu uma certa importância de Colômbia ou Guatémala. O país recorre a soberania sobre 200.000 km² de território amazônico, principalmente sob a jurisdição péruana. Os equatorianos reivindicam, além disso, a zona geo-estacionária (espaço sobre o Equador geográfico onde estão «estacionados» os satélites de comunicações) como um recurso natural sobre o qual aspiram a ter controlo.

O POVO: 8.080.000 habitantes em 1979. Etnicamente, os equatorianos procedem majoritariamente dos povos quechua e aymara, que formaram o reino de Quito. Infeliz, além disso, na sua configuração actual, a mistagem com os espanhóis e seus descendentes, o contributo dos escravos africanos e a presença de povos indígenas.



vador e outros grupos menores já dissolvidos. O Partido Liberal, dirigido por Raúl C. Huerta (22%), a Esquerda Democrática, cílio do liberalismo dirigida por Rodrigo Borja, define-se social-democrata (11%). O Movimento Radical Alfarista, de Abdón Calderón (10%). A Frente Amplia de Esquerda (FADE), integrada pelos partidos Socialista Revolucionário e Comunista, os movimentos Segunda Independência e Pela Unidade da Esquerda e o Comitê Popular Democrático, do qual faz parte a fórmula presidencial René Almendros e Muñoz (PC-PSR, respectivamente). Em 1980, o Comitê do Povo e o Movimento Segunda Independência formaram, juntamente com vários sindicatos da costa, a União Revolucionária Popular Equatoriana (URPE). As principais centrais sindicais são a Central Equatoriana de Organizações Clássicas (CEDOC), presidida por Emilio Velasco, e a Central Equatoriana de Organizações Equatorianas Livres, presidida por José Chávez Chávez, e a Central dos Trabalhadores Equatorianos.

ainda que a maior parte das plantações pertença a latifundiários locais, ao contrário do que se passa na América Central.

A banana, o café e o cacau representavam 80% dos rendimentos do país nos princípios da década de 70. Em 1972, o Equador começa a exportar petróleo, e este transforma-se, rapidamente, no primeiro produto da economia nacional. Nesse mesmo ano, a situação política também muda. O velho líder populista José María Velasco Ibarra (cinco vezes presidente, quatro vezes derrubado), é deposto pelas Forças Armadas, que anunciam um amplo plano de reformas. Sob o



Os mesmos interesses que bloquearam a aplicação da Reforma Agrária, opuseram-se ao governo de Rodríguez Lara, que foi substituído, em Fevereiro de 1976, por um triunvirato militar. Este anuciou, em meados de 1978, o fim do boom petrolífero, ao admitir que depestas o país deveria voltar a importar hidrocarbonetos. Promoveu, do mesmo modo, o retorno ao governo civil, que começou em Janeiro de 1978 com a aprovação de uma nova Constituição. O plebiscito apontou para o projeto mais progressista, e a aliança da Concentração de Forças Populares (CFP) com a Democracia Popular (social-crística), que apoiou o binómio Jaime Roldós-Osvaldo Hurtado, triunfou por esmagadora maioria, em ambas as voltas da eleição presidencial.

Roldós assumiu a presidência em Agosto de 1979, anunciando um programa reformista, que dá ênfase à necessidade de integrar as maiores marginalizadas do campo e das cidades, e propõe uma política externa não alinhada e de solidariedade com os esforços do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Económica.

A confrontação entre os grupos empresariais modernos que apoiam Roldós e a antiga oligarquia latifundiária, que encontrou o seu representante no líder da CFP e presidente do Parlamento, Assad Bucaram, tem-se traduzido em sucessivas crises políticas, durante os anos de 1979 e 1980, que estorvam e desgastam o governo e ameaçam frustrar o seu projecto reformista.



1981

guia do terceiro mundo

País por País

guia do terceiro mundo

a sair brevemente

1981

Suplemento anual dos
cadernos do terceiro mundo
Edited by
Tricontinental Editora, Lda.

PANORAMA TRICONTINENTAL

Cabo Verde rompe com PAIGC-Guineense

□ O encerramento da Conferência Nacional de Militantes do PAIGC de Cabo Verde, que reuniu na cidade da Praia 150 membros eleitos pelas bases e 27 representativos do comité central, e que se dá no momento em que fechamos este número dos cadernos, aponta de maneira aparentemente irreversível para a ruptura com o ramo guineense do partido, fundado há 25 anos por Amílcar Cabral.

Causa da ruptura: o golpe de Estado de 14 de Novembro último em Bissau que levou à destituição do presidente Luís Cabral.

A Conferência Nacional de Militantes do PAIGC após um longo e profundo debate, decidiu constituir-se em congresso constitutivo de um novo partido – o Partido da Independência de Cabo Verde (PAICV), orientado para dirigir o Estado e o povo cabo-verdiano. Segundo foi tornado

público, o PAICV recolhe do programa, da ideologia e da organização do PAIGC tudo o que não tenha a ver com a unidade entre os dois países. O novo partido contará com o congresso como órgão supremo de tomada de decisões, um conselho nacional (equivalente a um comité central), uma comissão política e, no topo da sua estrutura, um secretário-geral e um secretário-adjunto, passando estes lugares a serem desempenhados (tal como era esperado) respectivamente por Aristides Pereira e Pedro Pires. Até ao momento de fecharmos esta edição, não se conheciam tomadas de posição por parte das autoridades de Bissau. Certo porém é que a questão da unidade ou da ruptura entre «camaradas» até agora do mesmo partido não se encerrará com a constituição do novo partido cabo-verdiano. Contamos voltar ao tema no próximo número.



Proclamação da independência em Madina do Boé a 24 de Setembro de 1973. Da esquerda para a direita: Aristides Pereira, Nino Vieira e Luís Cabral. A unidade popular derrotava o colonialismo português

cadernos do
terceiro
mundo

Assinaturas:

Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe:

(12 números, via aérea)
Esc. 850\$00
ou US\$18

Portugal

Anual (12 números)
Esc. 500\$00
Semestral (6 números)
Esc. 300\$00

Restantes países:
(12 números, via aérea)
US\$22

Calçada do Combro, 10-1.º
Tel. 320650 - 1200 Lisboa

Argentina: expectativa na troca de generais

O recente saneamento de cerca de 70 oficiais do exército argentino e as advertências de destacadados chefes militares argentinos no sentido de que «não haverá mudanças importantes» reflectem a agitação política no actual período de preparativos para a transferência do poder para o general Viola, apesar de ter conseguido da Junta militar mais independência e maior «margem de poder» do que tinha Videla. A ditadura militar advertiu, no entanto, que apenas permitirá uma incorporação parcial dos partidos e sindicatos na vida política do país.

Viola anunciou «a mudança de métodos mas não da filosofia fundamental do governo» na política económica, que tem sido duramente criticada por sectores políticos, sindicais e até mesmo por certos sectores económicos. Considera-se, porém, que o novo presidente não poderá ir muito longe na mudança de orientação da economia já que o país se encontra agora muito endividado em bancos estrangeiros, especialmente nos norte-americanos.

A impressão geral é que o general Viola deseja governar com «um novo estilo», de forma semelhante ao actual presidente brasileiro. Portanto, é quase certo que na sua equipa não venha a participar o actual ministro da Economia, José Martínez de Hoz, nem nenhum dos seus assessores.

Viola tenta também acalmar alguns sectores do exército, que encaram com grande desconfiança a inclusão, ainda que parcial, de partidos e sindicatos na vida política do país. O principal

temor dessa corrente militar é a possibilidade dos peronistas voltarem ao poder com essa «abertura». Os sectores mais duros sempre estiveram contra a «abertura» e, em 1976, impediram que Viola fosse nomeado presidente.

Por outro lado, no momento em que a fuga de capitais na Argentina alcança um ritmo que alguns

calculam em 50 milhões de dólares por dia, os industriais têm manifestado o desejo de influir mais directamente no destino económico do país. Essa reivindicação surgiu em inúmeros documentos, que incluem, na maioria dos casos, uma elevada dose de crítica à actual política económica.

RODRIGO OSÉS A

A maior parte dos empresários são unânimes em defender uma abertura económica definitiva, na qual considera-se necessário o apoio à criação de um mercado internacional de capitais. Em relação às empresas do Estado e ao défice, eles também se manifestaram, demonstrando, em conjunto, bastante hostilidade à actual equipa económica, ao referirem-se à sua ineficácia para combater o excesso de gastos e melhorar a rentabilidade das empresas do Estado. Os empresários afirmaram também que os sectores que venham a ser subsidiados deverão receber ajuda de forma directa.

No entanto, entre eles existem profundas divergências em outras áreas da política económica. Porém, a maioria dos industriais concorda com a conveniência de se modificar a política cambial, passando esta para um sistema flutuante. Além disso, defendem a existência de um imposto sobre a terra para equilibrar, a longo prazo, a situação da agricultura e da indústria.

Outro aspecto importante reivindicado pelos empresários é o exercício da crítica dentro do processo político do país, incluindo a aspiração cada vez mais generalizada, de uma sociedade pluralista e democrática.



Depois de Videla...



...um novo estilo com Viola?

O pesadelo de Giscard chama-se Bokassa

Jean Bedel Bokassa, o ex-imperador do então Império (hoje República) Centro Africano, condenado à morte à revelia, a 24 de Dezembro, por um tribunal de Bangui, reagiu de pronto à sentença apresentando provas que, não obstante o seu indiscutível valor jurídico, produzem apenas novo embaraço ao seu ex-amigo, o presidente francês, Valery Giscard D'Estaing.

A carta do ditador, derrubado por um corpo expedição francês enviado à capital centro-africana, dirigida ao governo de Paris recorda que, pelo facto de ter cidadania francesa, tendo mesmo recebido a Legião de Honra Militar por «feitos» em combate na Indochina, teria direito a defender-se e a ser julgado por uma comissão internacional nomeada pelas Nações Unidas.

O que pede Bokassa é uma intervenção da França nesse sentido. Para tal, dirigiu um pedido similar às Nações Unidas que, no entanto, não poderiam tomar qualquer iniciativa visto se tratar da iniciativa de um cidadão, apenas podendo fazê-lo por petição de um governo.

Como explica o ex-sargento do exército francês na sua carta, nunca o poderiam julgar em França, pois isso equivaleria a desconhecer a soberania centro-africana. Afirma que tão pouco aceitaria apresentar-se no seu país, pois aí, os seus juízes seriam os seus inimigos políticos, rejeitando toda e qualquer espécie de validade à sentença do tribunal de Bangui, em virtude de não se ter podido defender.

Em Setembro de 1979, ao dar ordem para derrubar o seu amigo centro-africano, que nessa altura se lhe apresentava particularmente incômodo, Giscard certamente pensou que Bokassa, exilado num outro país de regime filo-francês – a Costa do Marfim – preferiria guardar silêncio a troco de poder desfrutar sem incômodos a enorme fortuna que ao longo dos anos havia a expoliado ao seu país.

Mas, entretanto, começaram a desvendar-se os escândalos dos diamantes com que presenteou o seu colega francês e as complexas relações que entre ambos mantinham – tratavam-se inclusive por «pais» – o que lhe veio permitir, aparentemente, uma maior margem de manobra.

Qual o jogo de Bokassa? Se fosse nomeado o tribunal que solicita torna-se evidente que acabaria por ser condenado pelos numerosos crimes que cometeu. Mas ele sabe que nem o governo francês nem o regime que o Eliseu, por via aérea, impôs em Bangui

aceitariam um tribunal imparcial. Pois, é sabido, quem hoje governa na República Centro Africana era cúmplice do autoproclamado imperador Bokassa, que, inclusivamente, agastado, cita dois casos na sua carta a Kurt Waldheim: – o actual presidente David Dacko era seu conselheiro; e Henri Maidou, seu primeiro-ministro, é hoje vice-presidente do país.

Foram estes e muitos outros funcionários do regime deposto quem convocou e manipulou o tribunal de Bangui, para que, omitindo as suas inalienáveis responsabilidades, este incriminasse um só culpado: Bokassa.

O ex-imperador, por sua vez, desautoriza aquele tribunal e reclama um julgamento em que seriam ventiladas as relações do seu regime com o governo francês e a continuidade das ligações do Eliseu com o actual governo centro-africano. O que, a acontecer, faria saltar à luz do dia muitos factos ainda no «segredo dos Deuses» e até os próprios interesses económicos de Giscard e da sua família. Evidentemente, só a oposição poderia ter interesse na comissão investigadora maliciosamente proposta pelo ex-tirano. Dentro desta táctica de extorsão, Bokassa, ao mesmo tempo que escreve as suas cartas de indignação, entrega ao escritor francês Roger Delpuy os documentos que provariam os laços que estreitou com Giscard. Alarmado, este manda deter Delpuy durante seis meses o que viria a provocar outro escândalo de enormes proporções.

A imagem de Giscard tem-se vindo a deteriorar progressivamente e para isso têm jogado um papel de máxima importância os diamantes do seu «parente» agora caído em desgraça. Até o ano passado, Giscard era apontado como incontestável favorito em todas as sondagens de opinião relativas à eleição presidencial de Abril próximo, em que esperava receber novo mandato. No entanto, uma sondagem publicada a 5 de Janeiro pelo *Quotidien de Paris* apresentou pela primeira vez uma inversão de tendência: o líder socialista François Mitterrand apresenta-se neste momento como o candidato favorito dos cidadãos franceses, o que constitui uma novidade absoluta no panorama político francês.

O escabroso «caso Bokassa» continuará, entretanto, a pairar sobre a cena política francesa e a sua projecção não deixará de aumentar à medida que se aproxima o momento da votação. Caso a esquerda chegue ao governo, haverá por certo interessantes revelações sobre o neocolonialismo francês e as suas andanças centro-africanas. □



Abdou Diouf e Leopold Senghor

□ No primeiro dia de 1981, Leopold Sedar Senghor retirou-se oficialmente do poder. Presidente do Senegal desde a independência do país, a 11 de Novembro de 1960, colocou no cargo um homem da sua confiança, Abu Diouf, até então o primeiro-ministro do regime.

Aos 74 anos renunciou às responsabilidades administrativas e saiu do Palácio do Governo para ir ocupar a casa que fez construir num bairro residencial de Dakar, sobre o mar. A questão, porém, é saber até que ponto deixará o poder real, que manteve sempre com mão-de-ferro. Ele próprio declarou tratar-se de uma «semi-retirada» e uma vez que conserva a chefia do Partido Socialista, supõe-se que o seu delírio Diouf o consultará nos assuntos importantes.

Em qualquer caso, a continuidade do regime está assegurada. A decisão de Senghor, todavia, produzirá uma renovação dos quadros do regime, pois muitos membros da velha guarda deverão seguir o exemplo e abrir espaço a dirigentes mais jovens.

A forma de transferência de Governo foi severamente criti-

Senghor e o socialismo secreto

cada pela oposição. Senghor fez alterar a Constituição a fim de que o primeiro-ministro pudesse herdar automaticamente a presidência em caso de renúncia do seu titular. Esta imposição de um novo presidente sem recurso a uma consulta eleitoral, não é senão uma contradição mais entre a democracia que proclama e a autocracia que exerce.

Senghor anunciou dedicar-se a partir de agora à poesia e a organizar a social-democracia na África. O autor de «Cantos da Sombra», «Pérolas Negras», «Etiópicas» e «Nocturnos», voltará a cultivar as actividades poéticas que lhe deram a celebridade, mas talvez deva investir ainda mais imaginação literária no seu projecto paralelo: fundar a Internacional Socialista no continente.

Os observadores interrogam-se como poderá Senghor realizar este plano, já que em vinte anos de Governo, não produziu no seu país nem socialismo nem democracia. A França e suas empresas controlam a economia do Senegal e a influência da ex-metrópole continua preponderante nos restantes sectores-chaves do país: defesa, educação, administração pública. Significa isto estarmos perante um mero caso de capitalismo dependente.

Quanto à democracia de Senghor, ela deixa bastante a desejar. Entre os grupos opositores, seleccionou três que não representavam ameaças para o seu regime e concedeu-lhes legali-

dade e um reduzido espaço parlamentar, mas manteve fora da lei os opositores reais e os partidários de socializar – seriamente – o Senegal. Nos ilegais conta-se o movimento dirigido por Cheik Anta Diop, o opositor mais destacado e defensor de uma política de descolonização real.

Os interlocutores privilegiados de Senghor manifestaram-se de acordo com a sua iniciativa, mas são aqueles que menos títulos podem exibir para se proclamarem partidários da social-democracia.

Um deles é Hassan II de Marrocos. Supor que uma monarquia autoritária pode encaixar nos cânones democráticos é provavelmente a maior liberdade poética cometida por Senghor como também será árduo conciliar a adesão do general Jafaar El Numeiry, ditador do Sudão. Ou a de Habib Bourguiba que conduziu o regime de Tunes para uma posição cada vez mais conservadora e autoritária.

Pelo contrário, não se incluem no imaginativo designio senghoriano os governos que estão a socializar os seus países – como Angola, Moçambique e Etiópia, só para citar estes três – mais parecendo que os planos do poeta-estadista intentam sobretudo opor-se a eles.

A social-democracia africana de Senghor apresenta-se diante dos estudosos da ciência política como um enigma indecifrável e diante dos literatos como um mistério apaixonante cujas chaves simbólicas procuram interpretar.

Não-Alinhados propõem agenda para próxima reunião

□ O Bureau de Coordenação dos Não-Alinhados propôs um projecto de ordem do dia para a próxima conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados, que se realizará de 9 a 12 de Fevereiro em Nova Deli (India). Foi proposto que a reunião comece com a solene comemoração do 20.º aniversário do primeiro Encontro de Cúpula da organização. Em seguida, o Bureau de Coordenação apresentará um relatório sobre a implementação das recomendações e decisões adotadas na 6.ª Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados, realizada em Havana, Cuba, em Setembro de 1979.

Está previsto também um exame geral e uma avaliação da situação política internacional, com referência especial ao papel da organização na eliminação da ameaça de guerra e na consolidação da paz e da segurança internacional. Foi proposto também que a Conferência faça um exame geral da situação económica no mundo e que considere os esforços dos países não-alinhados e de outras nações em vias de desenvolvimento para o estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional.

Uma atenção especial será dedicada aos programas de ajuda mútua e de apoio colectivo,

dirigidos à cooperação sócio-económica entre os países em vias de desenvolvimento.

Na reunião do Bureau de Coordenação, o embaixador jugoslavo, Miljan Komatina, deu informações sobre os trabalhos da comissão mediadora dos Não-Alinhados na guerra Irão-Iraque, integrada por seis membros do Movimento: Cuba, India, Paquistão, Zâmbia, OLP e Jugoslávia. Komatina disse que na sua última reunião os ministros das Relações Exteriores desses países trocaram opiniões sobre a actual situação entre o Irão e o Iraque, estando nos seus planos uma visita a Bagdade e Teerão. Os seis ministros decidiram reunir-se mais uma vez em Nova Deli.

O discutido triunfo de Burnham

□ As eleições realizadas na Guiana em 15 de Dezembro a três níveis – presidencial, legislativo e municipal – foram denunciadas como fraudulentas pelos partidos da oposição e observadores internacionais que assistiram ao acto eleitoral.

O principal movimento de oposição, o Partido Popular Progressista (PPP), dirigido por Cheddy Jagan, participou na campanha e aceitou depois que os seus eleitos integrassem a câmara, apenas para denunciar o regime e impedir a imposição de um estado autoritário dirigido por um partido único.

O governo atribuiu um amplo triunfo a favor do seu partido, o Congresso Nacional do Povo (PNC). Este, segundo os resultados oficiais, recebeu 78% dos votos; o PPP, 19% e o terceiro corrente, Força Unida, 2,8%. Como consequência, o partido do

governo conta com uma maioria esmagadora no parlamento, ocupando 41 lugares, contra 10 e 2 mandatos dos seus rivais.

As eleições consagraram o domínio de Forbes Burnham e do PNC no país. Burnham é primeiro-ministro desde 1964 e o PNC apoia-se na população de origem africana, assim como o PPP representa principalmente a outra componente étnica importante na Guiana, a de ascendência hindu.

Nos últimos anos, Burnham nacionalizou a economia em cerca de 80%, mas também estendeu o seu controlo sobre a imprensa e deixou à oposição um espaço muito reduzido. Esta afirma que, não obstante subsistirem as formalidades legais e parlamentares, o regime é autoritário. Em 1978, o primeiro-ministro convocou um referendo para

modificar a constituição, abandonando o sistema parlamentar de estilo inglês que foi substituído por um regime presidencial onde o titular terá amplos e quase exclusivos poderes. O governo anunciou que o referendo foi aprovado por uma grande maioria, mas os meios para a obter foram também denunciados como fraudulentos.

Observadores afirmam que no país reina o descontentamento, devido em particular à crise económica. Apesar de ter sido a base do triunfo do PNC, há sectores de origem africana que passaram a identificar-se com a oposição. E isso leva os analistas a concluir que se as recentes eleições se tivessem desenrolado com garantias plenas e igualdade de condições para todos os partidos, os resultados teriam sido muito diferentes.

Peru: a esquerda avança



Belaúnde Terry aquando da tomada de posse

Os resultados das eleições municipais no Peru revelaram um avanço expressivo das forças populares. Poucos meses depois da eleição do actual presidente, Belaúnde Terry, um liberal conservador, quando os partidos de esquerda, divididos e com conflitos internos, sofreram grande derrota, essa situação inverte-se totalmente.

A Esquerda Unida ganhou as eleições em oito capitais de Departamento (estados ou províncias), apenas menos um que a Acção Popular, que é o partido do governo, deixando a APRA com o controlo de apenas quatro. Além de Arequipa, a coligação de esquerda venceu em Puno, Pucalpa, Moquegua, Huaráz, Huancavelica e, provavelmente, Pasco. Em Tácnia, na fronteira do Chile, os votos da Esquerda Unida e dos grupos trotskistas que não se juntaram à Coligação superaram os 40% dados aos candidatos da Accção Popular.

Quando não obteve o primeiro lugar, a Esquerda ficou em segundo, superando a APRA e o Partido Popular Cristão, de direita, que foi virtualmente varrido dos mapas eleitorais fora de Lima, onde esperava ganhar mas não foi além do terceiro lugar.

Sem dúvida, a vitória mais expressiva da Esquerda foi em Arequipa onde Belaúnde obtivera ampla vitória. Um prefeito (governador) marxista administra agora o Departamento, o segundo do país.

Todas as análises dos resultados são unâmines em evidenciar que o principal factor do êxito da esquerda foi a unidade. Fora da coligação, ficou apenas o partido de Hugo Blanco (trotskista) que, assim, se isolou política e popularmente e obteve uma escassa dimensão das suas forças. Os restantes grupos integraram a frente e, com isso, criaram as condições para o avanço verificado.

Esse não foi, contudo, o único factor que ajudou a Esquerda Unida. O desgaste do governo de Belaúnde foi mais rápido do que se esperava. O desemprego aumenta, a inflação cresce vertiginosamente e os seus ónus são descarregados sobre as massas populares. A política económica e financeira passou a ser orientada pelo Fundo Monetário Internacional.

É possível, também, que uma parte dos eleitores da esquerda da APRA tenham preferido a coligação popular ao velho partido, que, bloqueado por sectores de direita, não conseguiu levar aos seus eleitores uma plataforma realmente progressista.

Embora nem todos os sectores de esquerda peruanos estejam dispostos a reconhecê-lo, não há dúvidas de que as medidas da revolução de 68, como a reforma agrária, a cogestão e uma firme política anti-imperialista e antioligárquica, começam a ser reconhecidas pelos seus aspectos positivos, sobretudo sabendo-se que os conservadores no poder as combatem sem tréguas. A consciência de que todas essas conquistas estão em perigo com a política direitista de Belaúnde, debilitou ainda mais o apoio aos seus candidatos.

Sobre estas eleições muito se escreverá no futuro. Mas não há dúvida de que elas podem ter marcado um momento de mudança na actual situação do Peru. O essencial é que os partidos de esquerda saibam avaliar corretamente a importância da sua unidade e a defendam nos tempos que virão contra os ventos e as marés do personalismo e dos interesses menores de grupos e facções.



□ O ex-ministro venezuelano Aristides Calvani denunciou numa conferência de Imprensa em Caracas que o governo ditatorial haitiano tem perseguido violentamente jornalistas da Imprensa e da rádio locais que fizeram críticas ao regime de Duvalier. Foram detidas destacadas personalidades da imprensa, como o director do «Programa de Notícias», Marcus Garcia, o re-

Aumentam as prisões no HAITI

dactor Pierre Cililandre, o colunista Jean Robert Herard, o jornalista independente Compte Plume, Compte Filo da rádio Haiti Inter, o administrador Richard Brisson, o jornalista Constant Pongnon, e o pintor e artista François Dominique.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros venezuelano revelou ainda que entre os presos se encontram também o presidente do Partido Social-Cristão do Haiti, Eugène Grégoire, o ex-ministro e político independente, Honorat Lamartinière, o secretário-geral da Liga de Direitos Humanos, Joseph Lafontant, e a senhora Claude, esposa de Sylvio Claude, presidente do Partido Democrata-Cristão, detido com sua filha desde Outubro último. Além disso, a rádio Haiti

Inter permanece sob vigilância militar dos conhecidos *tontons macoutes* e a rádio Cacique foi saqueada.

Aristides Calvani classificou a situação como alarmante: «será necessário denunciar esta situação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e levar o caso à OEA, mas, enquanto isso, tem que ser reforçada uma campanha para pressionar a opinião pública internacional, a fim de que cesse a perseguição política no Haiti.»

Apesar das informações obtidas situarem o número de detidos em torno de pouco mais de 50, o governo haitiano apenas confirmou 15 prisões, enquanto que exilados políticos garantem que mais de 200 pessoas foram detidas nos últimos dias.

Seaga: um Plano Marshall para o Caribe

□ O primeiro-ministro da Jamaica, Edward Seaga, afirmou em entrevista à imprensa que irá promover o estabelecimento de um «Plano Marshall» na região das Caraíbas. Para isso, fará consultas ao Banco Mundial, ao Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), à Corporação Internacional de Finanças e ao Fundo Monetário International (FMI), assim como à equipa do novo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

Seaga sugeriu que uma ajuda adicional de 1600 milhões de dólares, além dos 1330 milhões de dólares que a região recebe anualmente, produziria «uma mudança substancial nas perspectivas de desenvolvimento das

Caraíbas». Essa região, afirmou, «merece a preocupação especial dos Estados Unidos, Europa e Japão».

O primeiro-ministro jamaicano disse ainda aos jornalistas que a eleição de Reagan e as perspectivas da nova administração em Washington proporcionam uma «excelente oportunidade» para uma «nova actuação» dos Estados Unidos nas Caraíbas, uma região que – segundo ele – se converteu num «problema de urgência», a partir dos acontecimentos que transformaram os sistemas económico-político-sociais de Granada e da Nicarágua.

Edward Seaga rejeitou algumas medidas tomadas pelo governo anterior de Michael Manley

no sector da bauxite. Importantes planos de expansão na área desse minério, iniciados por Manley, estão em marcha no país.

Interrogado sobre as referências que fez durante a sua campanha eleitoral aos modelos de desenvolvimento de Porto Rico e Singapura, Seaga explicou «as virtudes desse modelo tradicional para as Caraíbas». Na sua opinião, esse modelo caracteriza-se pela «economia de mercado» e por sindicatos activos que protegem – na sua visão – «os direitos e o nível de vida dos trabalhadores».

Seaga havia denunciado que estava a ser implantado na Jamaica um «modelo cubano», baseado «no planeamento económico centralizado e num governo de um só partido». Como resposta propôs os modelos de desenvolvimento de Porto Rico e Singapura, o que faz pensar que ele venha a introduzir importantes mudanças na vida do seu país.

A ONU condena ditaduras

A sessão da Terceira Comissão Social das Nações Unidas emitiu um voto de condenação contra «as flagrantes violações dos direitos humanos na Bolívia, Chile e El Salvador». O projecto de resolução sobre a Bolívia obteve 77 votos a favor, oito contra e 49 abstenções, enquanto o do Chile foi aprovado com 90 votos a favor, oito contra e 37 abstenções. A mais controversa resolução – sobre El Salvador – teve como resultado 63 votos a favor da condenação, 13 contra e 48 abstenções.

A resolução sobre a Bolívia – a primeira adoptada pelas Nações Unidas desde o golpe militar de Julho passado – exige das autoridades daquele país a garantia de que será assegurado o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais do homem, incluindo a liberdade de expressão e os direitos sindicais. Ela pede ainda que a Comissão aceite o convite das autoridades bolivianas para que visite o país a fim de estudar a situação dos direitos humanos no local dos acontecimentos e elabore um relatório a esse respeito na 37.ª Sessão, que se realizará em Fevereiro próximo. Os países que votaram contra a resolução foram, entre outros, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Guatemala, Brasil e Filipinas.

Em relação ao Chile, a Terceira Comissão Social das Nações Unidas demonstrou uma grave preocupação

pela deterioração dos direitos humanos naquele país. Oito nações votaram contra: Guatemala, Bolívia, Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Líbano. O texto da resolução, preparado pela Suécia, México, Holanda, Cuba, Dinamarca, Argélia, Jugoslávia e Nicarágua, marca o sexto ano consecutivo em que as Nações Unidas condenam o regime chileno pela sua permanente violação dos direitos humanos.

Foi também incluído no texto um parágrafo sobre o recente plebiscito no Chile. Considerou-se que o referendo não pode ser reconhecido como uma «auténtica expressão do povo chileno». Exigiu-se ainda das autoridades de Santiago o esclarecimento do destino dado às «pessoas desaparecidas» por razões políticas.

A resolução sobre El Salvador deplorou os assassinatos, desaparecimentos e outras violações dos direitos humanos e pediu garantias de segurança pessoal para monsenhor Arturo Rivera Damas, da Arquidiocese de São Salvador.

Os Estados Unidos votaram contra mas não conseguiram que os seus aliados da Europa tivessem a mesma posição. Depois da votação, representantes da Frente Democrática Revolucionária classificaram a resolução como «o inicio do colapso diplomático da Junta salvadorenha».

Venezuela: oposição critica projecto petrolífero

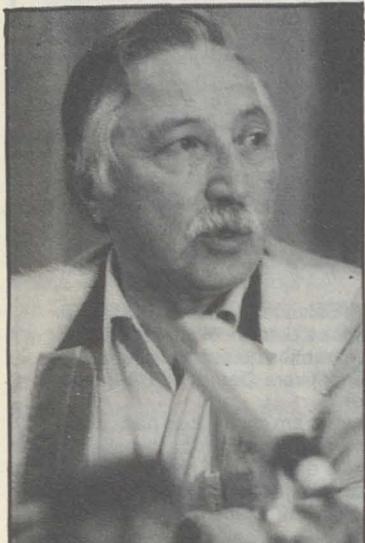
Tem-se travado na Venezuela uma importante discussão sobre a faixa petrolífera do rio Orenoco, a maior concentração mundial de petróleo pesado não-convençional. Os partidos políticos de esquerda põem em questão a meta de produção prevista pelo governo (um milhão de barris por dia antes do final do século) e o método proposto para alcançá-la. A exploração desse petróleo poderá reactivar a produção do país, que já chegou a ocupar o primeiro lugar entre os exportadores mundiais, de 1929 a 1969. Hoje, a Venezuela é o sexto exportador do mundo.

Os políticos que estão contra os planos da indústria estatal venezuelana, criticam não só a rapidez com que se deseja desenvolver o projecto, como a falta de medidas adequadas para a protecção do meio ambiente e a reduzida utilização de técnicos e serviços nacionais, em favor de especialistas estrangeiros. O presidente do Colégio de Engenheiros da Venezuela, Edgar Pardo Stolk, afirmou que o governo concedeu 81% dos trabalhos na faixa petrolífera do Orenoco à empresa transnacio-

nal norte-americana **Bechtel**, «que cobra adiantado, através de carta de crédito, as quantias que espera gastar no mês seguinte para serviços de inspecção». Na sua opinião, «foram marginalizados os profissionais venezuelanos, que só obtiveram cinco por cento dos estudos de engenharia da faixa».

Há dois meses, a **Lagoven** – uma das quatro empresas venezuelanas encarregadas de planificar o projecto – enviou telegramas a 18 companhias internacionais para participarem num concurso destinado a seleccionar as empresas para a coordenação dos trabalhos de engenharia e de supervisão das obras em construção. Segundo fontes do sector de minas e energia, foram pré-qualificadas três companhias norte-americanas – **Fluor**, **Bechtel** e **Lummus** – uma francesa e outra britânica, para participarem no projecto de Cerro Negro, o principal da faixa. A **Bechtel** está incorporada actualmente nas mais importantes obras de desenvolvimento da Venezuela.

Unidade da esquerda Chilena



Luis Corvallan, secretário-geral do PC chileno



Anselmo Sule, presidente do Partido Radical

Os dirigentes dos oito partidos da esquerda chilena assinaram durante o mês de Janeiro uma «Declaração de Unidade», a primeira desde que foi derrubado o presidente Allende, em 1973.

Num comunicado entregue à imprensa internacional, em Santiago, os dirigentes dos partidos da oposição indicam que o acordo foi assinado no exterior do Chile pelo Partido Comunista, os dois principais movimentos socialistas, o Partido Radical, o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) e o Movimento de Ação Popular Unitária Operária e Camponesa, na sua maioria membros da Frente Popular que apoiou o presidente socialista Salvador Allende.

Argélia pesquisa energia alternativa

A Argélia está a elaborar uma estratégia de desenvolvimento energético até ao ano dois mil. Apesar das suas riquezas petrolíferas, o governo argelino está a investigar outras fontes de energia: a possibilidade de utilização da energia solar e nuclear, assim como a investigação de novas fontes de petróleo e de gás natural. O país produz hoje anualmente cerca de 75 milhões de toneladas de petróleo e o equivalente em gás natural, com um consumo que ronda os 21% dessa produção.

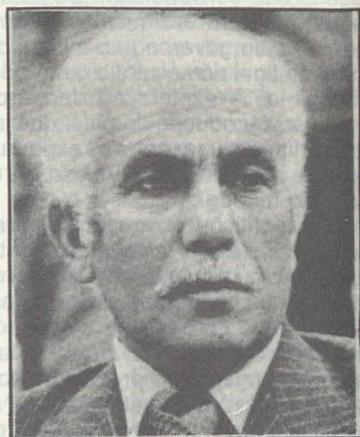
O petróleo da Argélia é de óptima qualidade, mas as suas fontes actuais e futuras não são tão ricas como as de outros países. Por isso, o governo está a incen-

tivar o consumo de gás natural, do qual dispõe de grandes quantidades.

Entre as medidas para economizar petróleo, menciona-se frequentemente nos planos energéticos a energia solar. Alguns acumuladores solares já se encontram em uso experimental. Calcula-se que a Argélia, em meados dos anos oitenta, possa iniciar a exploração de urâno (o país dispõe de importantes quantidades) para exportação e para a sua produção de energia nuclear no futuro.

Entretanto, prosseguirão as investigações de novos poços de petróleo e de gás natural na região do Sara. Os investimentos são grandes e neste trabalho participam também companhias

estrangeiras, entre as quais se encontra a empresa jugoslava Naftagas.



O presidente Benjedid Chadli

Morreu Campora



A ditadura só o largou quando a morte estava próxima

□ Em 19 de Dezembro último faleceu no México com 71 anos de idade, Héctor Cámpora, ex-presidente e líder dos sectores progressistas do peronismo. Estava exilado no México desde Novembro de 1979, mas havia passado cerca de três anos e meio alojado na embaixada mexicana em Buenos Aires, onde se refugiou após o golpe de Estado de extrema-direita executado a 26 de Março de 1976 pelos militares argentinos comandados pelo general-presidente Jorge Rafael Videla. Durante esse período, a ditadura negou a Cámpora o salvo-conduto que lhe devia outorgar segundo as leis internacionais e os acordos assinados pela Argentina.

Só depois de tornado público que o ex-presidente padecia de cancro e de uma vigorosa campanha internacional encabeçada

pelo governo do México ter denunciado a atitude do regime militar, este se viu forçado a conceder-lhe o salvo-conduto que foi qualificado de «passaporte para a morte», pois quando recuperou a liberdade e pôde submeter-se a tratamento, o mal tinha avançado de forma inexorável.

Cámpora aderiu ao movimento peronista desde o seu início. Foi presidente da Câmara de Deputados durante os governos do general Juan Domingo Péron (1946-1955). A 11 de Setembro de 1955 Péron foi derrubado por militares reaccionários e o movimento operário, que apoiava este governo escolhido por ampla maioria eleitoral, foi duramente perseguido.

Cámpora compartilhou a prisão com numerosos militantes populares. Durante os anos posteriores

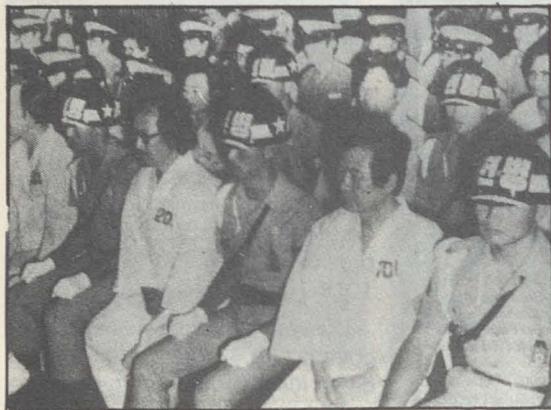
aos governos peronistas foi-lhe limitada ou negada a participação eleitoral. Mas em 1971, a ditadura castrense instalada em 1966, desgastada e dividida pela resistência popular, convocou eleições. Péron, a quem se vedou a entrada no país e a possibilidade de ser candidato à presidência, designou Cámpora como seu delegado pessoal e candidato. Apesar das desfavoráveis condições impostas, Cámpora conduziu uma campanha decidida e tenaz, vencendo por mais de 50% da votação e assumiu a presidência em 25 de Maio de 1973.

Durante a campanha e o seu governo de 43 dias, o ex-presidente identificou-se com os sectores progressistas e populares do seu partido e apresentou o programa de governo mais avançado que a Argentina conheceu até hoje. Nesse breve período foram repostos, na íntegra, todos os direitos democráticos, atitude que valeu a Cámpora a aversão dos sectores de direita do complexo movimento peronista. Mas nada nem ninguém pode pôr em questão a sua lealdade a Péron, a cujo regresso abriu as portas com a renúncia à presidência. Após a morte de Péron e depois do golpe militar de 1976, Cámpora era a figura mais importante para os que desejavam a reunificação do movimento em torno das bandeiras nacionais e populares. Por isso foi perseguido pela ditadura, que apenas o deixou partir para o exílio quando esteve segura de que o velho líder sofria de enfermidade incurável.

elex telex telex telex telex tel

Africa do Sul – Continua a onda de protesto contra a discriminação no ensino por parte da população de cor com manifestações e boicotes às aulas.

O ensino obrigatório para os negros, decretado oficialmente no passado dia 19 de Dezembro, suscita a contestação da grande maioria das organizações militantes negras que consideram o ensino proposto de qualidade inferior e destinado a divulgar a ideologia oficial.



Kim Day Jung perante o tribunal que o condenaria à morte

Coreia do Norte – As autoridades deste país rejeitaram oficialmente a proposta apresentada pelo actual presidente sul-coreano, Chun Doo Hwan, que sugeria que os dirigentes de ambos os países se encontrassem primeiro em Pyongyang e depois em Seul com o objectivo de discutir a reunificação. Na base da rejeição estaria o próprio Chun Doo a quem as autoridades norte-coreanas acusam de «traidor», considerando a sua investidura de «ilegal». Segundo a rádio de Pyongyang, o presidente Kim Il-Sung teria pedido às autoridades de Seul a libertação do líder da oposição Kim Day Jung e de outras personalidades sul-coreanas actualmente presas.

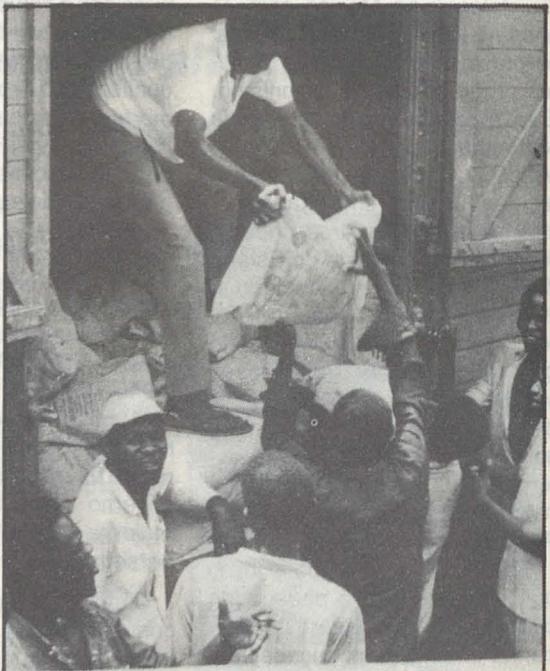
Moçambique – Ao abrigo do programa mundial das Nações Unidas, foram entregues ao governo moçambicano 250 toneladas de leite em pó. Durante o mês de Fevereiro deverá ser entregue idêntica quantidade com destino aos infantários e hospitais do país. Por sua vez, a Índia ofereceu a Moçambique mil toneladas de arroz e dez de medicamentos para as vítimas da seca que se fez sentir no último ano.

Gâmbia – Mais duas mil toneladas de arroz vão ser doadas à Gâmbia pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) destinado às regiões afectadas pela seca. A ajuda concedida ao país totaliza agora seis mil toneladas de cereais que representam 2,2 milhões de dólares.

Panamá – O Programa Regional de Emprego para a América Latina (Prealc), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ligado às Nações Unidas, realizou no Panamá, em finais do ano de 80, a segunda conferência dos responsáveis pela planificação de empregos na região. O seu director, Victor Tockman, tal como há dois anos, apresentou um relatório sobre a evolução da utilização da mão-de-obra e dos salários na América Latina e nas Caraíbas. Hoje, afirma o relatório, aproximadamente 113 milhões de trabalhadores estão em actividade na América Latina, 66% dos quais vivem em zonas urbanas. Destes, quase 6% estão desempregados e 41% são subempregados.

Índia – O prémio Jawaharlal Nehru foi dado ao líder negro africano Nelson Mandela, que foi condenado a prisão perpétua há 16 anos pelo regime racista sul-africano.

Tunísia – A revista *Al-Zafra*, editada em Abu Dhabi, divulgou que o governo tunisiano propôs aos Estados Unidos a compra de 300 mísseis anti-aéreos, no valor de 24 milhões de dólares. O país já recebeu 328 mísseis do mesmo tipo. As compras para a defesa incluem ainda 130 aviões de transporte C-130 e tanques N-48, M-60, MX-13 e M-41.



lx telex telex telex telex telex



Estados Unidos – Os estudantes da Universidade de Harvard, em Boston, fizeram uma marcha de protesto contra a discriminação racial das autoridades norte-americanas em relação aos cidadãos negros do país. Um porta-voz estudantil afirmou que a discriminação racial está a ser abertamente praticada na Universidade, sendo os estudantes negros vítimas de sérios ataques. O porta-voz estudantil denunciou ainda que a *Liga dos Estudantes Negros* dos Estados Unidos recebeu ameaças diretas de agressão física e morte, caso persista em opor-se às práticas discriminatórias.

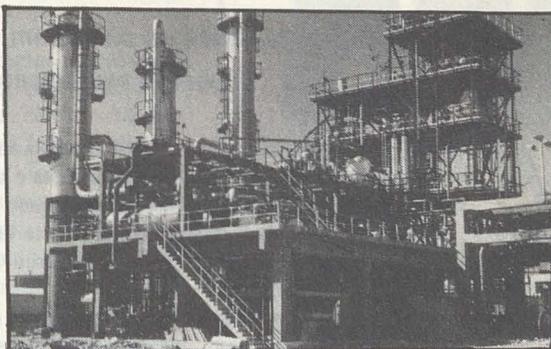
Nigéria – O presidente Shehu Shargari declarou na Assembleia Nacional que os planos para desenvolver a produção de gás natural se encontram actualmente em fase de preparação para estimular o seu uso em projectos industriais. O presidente anunciou ainda que a refinação de petróleo será desenvolvida para aumentar o seu valor de comercialização. Foram assinados contratos no valor de 8162 milhões de dólares para serviços de exploração de petróleo e mais 2 milhões de dólares para a intensificação de projectos na indústria siderúrgica na Nigéria, em 1981.

Arábia Saudita – Um jornal dos Emirados Árabes Unidos revelou que o governo saudita ameaçou reduzir para metade a sua produção de petróleo se a administração americana não entregar os aviões F-15 adquiridos pelo país. O diário *Al Khaleej* revelou ainda, em artigo de primeira página, que a Arábia Saudita aumentou as suas pressões, pois o presidente Carter teria deixado o assunto pendente para a nova administração de Reagan. Além dos aviões, a Arábia Saudita comprou também carros de combate de reserva.

França – O jornal comunista *L'Humanité*, num artigo sob o título «O Governo Francês apoia Baby Doc», criticou duramente a posição de Giscard D'Estaing pelo silêncio mantido desde o dia 11 de Novembro passado, quando foi denunciado que dois opositores haitianos, que haviam chegado a Paris em Agosto, tinham sido entregues ao regime de Jean Claude Duvalier. O jornal revelou ainda que durante a recente visita ao Haiti feita pelo ministro da Cooperação, Robert Galley, ele «reafirmou em Porto Príncipe o seu apoio à política haitiana de desenvolvimento e democratização». Segundo *L'Humanité*, «a ajuda francesa à ditadura será triplicada durante o corrente ano, importando pouco que Jean Claude Duvalier seja responsável por centenas de prisões e feroz repressão».

Gana – Nações amigas e organizações internacionais continuam a ajudar o governo do Gana na recuperação da sua devastada economia. Recentemente, a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) fez um empréstimo de 8,76 milhões de dólares ao país para aquisições de peças de reposição. A República Democrática da Alemanha propôs-se também fazer um empréstimo de 50 milhões de dólares, a ser pago em sete anos com juros baixos. O ministro de Terras, Recursos Naturais, Combustíveis e Energia do Gana, George Benneh, declarou que o governo está a negociar com o Banco Mundial um empréstimo para o restabelecimento da indústria da madeira, a terceira mais importante do país.

Angola – A Conferência sobre Políticas Nacionais de Energia na África Austral terá lugar em Angola no início do corrente ano de 1981. Trata-se de uma reunião internacional de nível técnico sobre os recursos existentes e potenciais na região e, também, sobre comércio inter-regional no sector da energia. A conferência procurará, na base de documentos e dados preparados por Angola, desenvolver políticas e projectos. A energia representa um assunto de grande importância para a maioria dos países da África Austral.





Indústria farmacêutica, um privilégio das transnacionais

A cooperação entre os países em vias de desenvolvimento ajudaria a impedir a exploração a que são submetidos

A indústria farmacêutica é um dos sectores que oferecem melhores perspectivas para a cooperação entre os países em desenvolvimento, através de formas conjuntas de aquisição, distribuição e produção de medicamentos, assim como investigação e outros esforços

para se atingir a auto-suficiência tecnológica. Esta é a conclusão de um estudo divulgado pelo Secretariado da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Das iniciativas tomadas até agora nesse sentido, a mais avançada é a

criação de um centro farmacêutico para as Caraíbas, já em vias de estruturação, com possibilidade de passar para uma etapa operacional em breve. Há também esforços de cooperação regionais e sub-regionais entre as ilhas do Pacífico Sul e o seu mercado comum, na comunidade

económica da África Ocidental e das onze nações da África Austral.

A ideia de se criarem centros regionais de produção e tecnologia cooperativas (CRPTC) surgiu pela primeira vez durante a reunião da UNCTAD em Nairobi, no Quénia, em 1975. Um grupo de trabalho constituído para estudar a iniciativa recomendou a criação de três a seis CRPTC's num prazo de dois anos, sugestão aceite pela reunião de chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados realizada em Havana, em Setembro de 1979.

A partir daí, nasceu o Centro Farmacêutico das Caraíbas, que, de acordo com os ministros da Saúde Pública da região, deveria promover a cooperação industrial entre os países na produção farmacêutica; compilar uma lista de medicamentos das Caraíbas; difundir informações sobre o assunto; ajudar as nações da área a estabelecerem sistemas conjuntos para a aquisição de medicamentos, controlo, etc.; prestar assistência a esses países para a revisão das suas legislações sobre patentes; assistir os produtores farmacêuticos locais para a obtenção de equipamentos tecnológicos e outras matérias-primas nas melhores condições possíveis, etc.

Nas ilhas do Pacífico Sul decidiu-se organizar um sistema colectivo de aquisição de medicamentos com a assistência de um comité de peritos, para a criação de um centro farmacêutico regional. Os países membros da ASEAN — Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia — também já estão a tomar medidas nesse sentido.

Concentração

Um outro estudo da UNCTAD sobre políticas tecnológicas nos países em vias de desenvolvimento afirma que uma política global, formulada por cada país de acordo com

as suas condições, permitiria obter, produzir e fornecer medicamentos vitais a preços razoáveis, desenvolver uma tecnologia auto-suficiente e reduzir a dependência tecnológica, assim como utilizar ao máximo os seus próprios recursos.

O planeamento deveria compreender a formulação de uma lista de medicamentos essenciais segundo uma denominação genérica — como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS) — um sistema centralizado de aquisição, mecanismos de controlo de preços combinados com incentivos para a produção de medicamentos essenciais e mudanças nas patentes e no sistema de marcas registadas. Alguns países em desenvolvimento tomaram já algumas medidas concretas a este respeito, como é o caso de Moçambique.

Actualmente a produção farmacêutica está concentrada fundamentalmente nos países industrializados. A quota de produção do Terceiro Mundo só atinge os 10% — Brasil, México e Índia produzem metade dessa percentagem — ao mesmo tempo que importam cerca de 52% das suas necessidades. Aliás, a importação de medicamentos tem vindo a aumentar progressivamente, como informa o jornalista Chakravarthi Raghavan, da agência IPS, que obteve os seguintes dados: de 800 milhões de dólares em 1968, cresceu para 1600 milhões em 1973 e depois para 2500 milhões em 1976. Calcula-se que chegue a 4500 milhões em 1980 e a 8500 milhões em 1985.

Os medicamentos constituem entre 40 a 50% do orçamento destinado à saúde no Terceiro Mundo, enquanto que esse índice é de 15 a 20% nos países industrializados. Assim, uma política apropriada para o sector farmacêutico é fundamental para qualquer política global dos países do Terceiro Mundo. Em virtude disso, a OMS declarou-se energicamente a favor de uma lista

de medicamentos essenciais baseada na sua denominação genérica ou seja, o nome médico, já que o mesmo medicamento é vendido com diferentes nomes comerciais, dependendo do laboratório que o produz. E aqueles que a adoptaram já demonstram resultados médicos e económicos favoráveis.

Segundo o estudo da UNCTAD, a partir do seu conhecimento e experiência, os peritos deveriam preparar um formulário sobre esses medicamentos. Para garantir a qualidade uniforme, esses remédios deveriam ser fabricados de acordo com especificações precisas, numa unidade do sector público. Caso não seja possível, em unidades seleccionadas do sector privado.

Um outro aspecto é o de que nem sempre os medicamentos mais novos e mais caros são melhores. Numa



O Terceiro Mundo apenas produz 10% dos medicamentos



A produção farmacêutica está concentrada nos países industrializados

experiência clínica realizada recentemente na Tailândia no tratamento da anquilostomíase, averiguou-se que tanto o *bephenium* como o *pyrantel* e o *tetrachlorothylene* produziam efeitos clínicos semelhantes. A proporção dos seus custos correspondia a uma progressão de 13:8:1, respectivamente.

As patentes

O estudo da UNCTAD demonstra que a indústria farmacêutica controlada pelas transnacionais utiliza um amplo sistema de patentes para impedir a importação de produtos mais baratos e estimula as empresas locais a iniciarem a produção de remédios

similares. O argumento da indústria farmacêutica de que o sistema de patentes «cria um ambiente propício para investimentos, transferência de tecnologia e incentivo à criatividade» é desmentido pela realidade. Nos países em vias de desenvolvimento esse sistema de patentes só serve para explorar o consumidor. Nesse sentido, é impressionante o volume de publicidade comercial nos meios de comunicação, sobre medicamentos.

Na prática as actuais licenças de patentes de produtos farmacêuticos não são mais do que autorizações especiais para a importação. A maioria das patentes não é aproveitada pelos países do Terceiro

Mundo. O estudo da UNCTAD sugere que, para reformar o sistema, eles deveriam excluir a concessão de patentes.

Sob um outro aspecto, esse trabalho refere que a diferenciação dos medicamentos mediante marcas registadas e essa hábil publicidade nos meios de comunicação permitem que as empresas farmacêuticas transnacionais obtenham altos preços pelo seu produto e assegurem a lealdade do consumidor. As transnacionais da indústria farmacêutica gastam mais dinheiro em publicidade (uns 20% do que em pesquisa e desenvolvimento (cerca de 10%).

Um método discutível

Grande parte da informação sobre novos produtos no mercado é feita aos médicos pelas indústrias através de representantes de vendas, amostras grátis e literatura enviada pelo correio.

Seria importante que os médicos reavaliassem a utilidade de cada medicamento, pois o método actual é bastante discutível.

O ideal, segundo a UNCTAD, seria fornecer a informação através de organismos profissionais como as associações médicas, em colaboração com as autoridades sanitárias e com total independência das empresas. As marcas registadas nos medicamentos não representam garantia de qualidade. Essa qualidade deve ser garantida, frisa o estudo, por um eficaz controlo do medicamento e, sobretudo, pelo controlo de qualidade e leis de protecção ao consumidor. □

leia e assine o semanário

NOTÍCIAS DO SUL

Largo Severim Faria, 9 — Apartado 63 — Telef. 24899 — 7001 ÉVORA CODEX



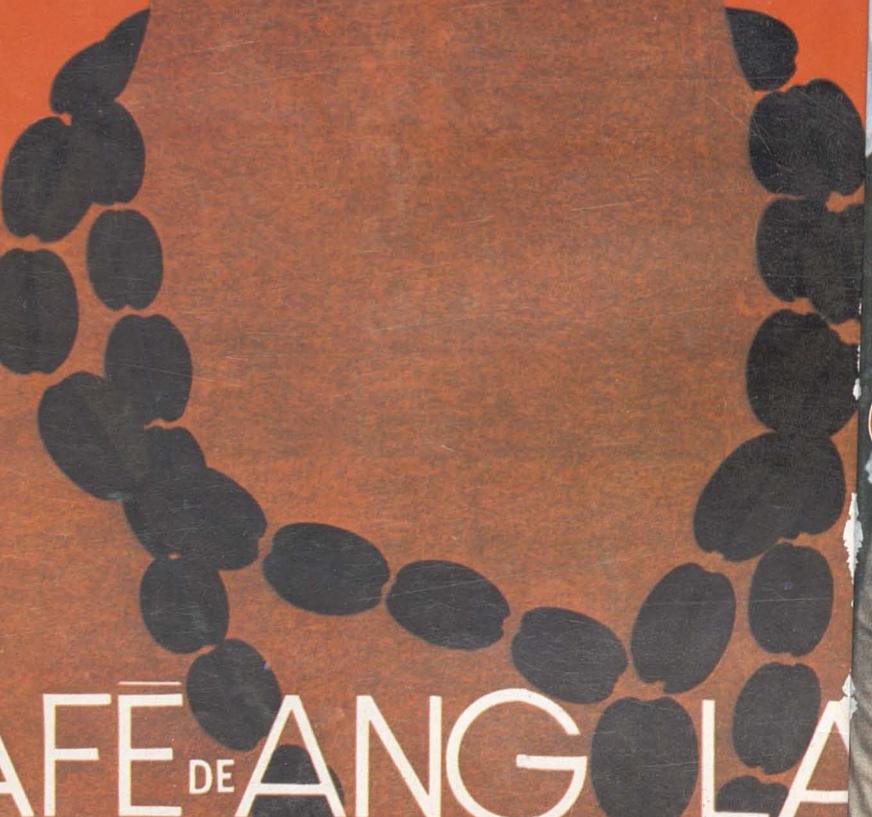
TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

★
ANGOLA AIRLINES



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!



CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Telf. 73571 2/3 CP.
Teleg. "IN CAFE" LUSA